



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM HISTÓRIA**

LUCIANA RODRIGUES FRACADOSSO

OS NORDESTINOS NA FORMAÇÃO DE PALMAS (1990-2002)

**GOIÂNIA-GO
2017**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM HISTÓRIA

LUCIANA RODRIGUES FRACADOSSO

OS NORDESTINOS NA FORMAÇÃO DE PALMAS (1990-2002)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado em História) da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Cultura e Poder. Linha de pesquisa: Identidades, Tradições e Territorialidades. Orientadora: Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante.

GOIÂNIA-GO
2017

F798n

Fracadosso, Luciana Rodrigues

Os nordestinos na formação de Palmas (1990-2002)[
manuscrito]/ Luciana Rodrigues Fracadosso.-- 2017.

126 f.; il. 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em História, Goiânia, 2017

Inclui referências f. 104-115

1. História cultural - Palmas (TO). 2. Cultura - Civilização
- Brasil, Nordeste - Palmas (TO). I.Cavalcante, Maria
do Espírito Santo Rosa. II.Pontifícia Universidade
Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 930.85(43)

OS NORDESTINOS NA FORMAÇÃO DE PALMAS (1990-2002)

Dissertação aprovada em 27 de junho de 2017, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro
PUC Goiás / Presidente



Prof. Dra. Maria de Fátima Oliveira
UEG / Examinadora Externa



Prof. Dra. Margareth Pereira Arbués
UFG / Examinadora Externa

Prof. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida
PUC Goiás / Suplente

Ao meu pai, Pedro Fracadosso (*in memoriam*),
que nunca mediu esforços para me ajudar e
sempre esteve ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que permite, ao longo da minha vida, a concretização de todos os meus projetos.

Aos meus pais, irmãos e esposo Crisólito Sousa Lopes, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À professora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro, pela orientação, apoio e confiança.

Aos professores, por me proporcionarem o conhecimento. A palavra mestre nunca fará justiça aos professores dedicados, os quais, sem nominar, terão os meus eternos agradecimentos.

Muito obrigada a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação.

*Até mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Então eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração
Então eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração*

Luiz Gonzaga
(versos da música Asa Branca)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo demonstrar quais os elementos da cultura nordestina exercem maior influência em Palmas. Desse modo, buscamos conceituar tempo presente, tempo histórico e cultura. Também apresentamos um quadro sintético da criação do Tocantins e da formação de Palmas, apresentando-a como área de grande atração populacional. Conceituamos região e regionalidade, apresentando a migração como fator de resistência. Abordamos o Nordeste como uma invenção cultural e, por fim, discorremos sobre os elementos da cultura nordestina presentes em Palmas: as feiras, o *Arraíá da Capital*, as comidas típicas e o projeto de cordel. Utilizamos como metodologia a História oral, colhendo depoimentos e entrevistas de nordestinos que moram em Palmas.

Palavras-chave: cultura; nordestinos; Tocantins; Palmas.

ABSTRACT

This research aims to demonstrate which northeastern cultural elements has more influence on Palmas, the capital of the Tocantins state. Given this reality, we investigate concepts of present time, historical time and culture. Besides that, we present a synthetic outlook about the creation of the Tocantins state as well as the formation of Palmas's city, introducing it as an area of strong population attraction. Region and regionality were conceptualized and the migration was shown as a resistance element. The Northeast region was approached as a cultural invention, and finally we analyze which elements of the northeastern culture are present in Palmas: the popular street markets, the *Capital Arraiá*, the typical food and the cordel project. The oral history was applied as methodology. Therefore, we interviewed the northeasters who live in Palmas.

Keywords: culture; northeastern; Tocantins; Palmas.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1

Palmas (TO): localização da área destinada à cidade planejada..... 69

FIGURA 2

Vista de Palmas em 1993.....70

FIGURA 3

Localização das quadras em Palmas..... 72

FIGURA 4

Vista aérea do traçado inicial do centro do poder em Palmas.....83

FIGURA 5

Feirante Edilson Conrado dos Santos.....90

FIGURA 6

Farinha de puba.....90

FIGURA 7

Feijões variados.....90

FIGURA 8

Feirante dona Glória (com mocotó)..... 91

FIGURA 9

Dobradinha — buchada..... 91

FIGURA 10

Seu Joaquim e sua esposa Francisca..... 92

FIGURA 11

Folder do *Arraiá da Capital* de 2016..... 95

FIGURA 12

Destaque para a quadrilha, no *Arraiá da Capital*..... 96

FIGURA 13

Fotografia e montagem da Festa Junina Borocoxó..... 98

FIGURA 14

Professor Valdemar em sala de aula..... 99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 — Tempo histórico, tempo presente, cultura e história oral: aportes teóricos para compreender a participação dos nordestinos na formação cultural de Palmas.....	17
1.1 Tempo histórico em Foucault, Koselleck e Hartog	17
1.2 História do tempo presente	27
1.3 Civilização e cultura	32
1.4 A cultura como uma teia de significados.....	34
1.5 A tradição inventada e a cultura.....	37
1.6 A identidade cultural.....	39
1.7 A história oral enquanto metodologia.....	40
CAPÍTULO 2 — Palmas: um novo começo para o norte goiano	47
2.1 O discurso autonomista do Tocantins	47
2.1.1 O norte goiano no contexto da capitania de Goiás — anos 20 do século XIX.....	48
2.1.2 O discurso autonomista no século XX — anos 1950	53
2.1.3 O discurso autonomista no final do século XX — anos 1980	56
2.2 Palmas: a última cidade planejada do século XX.....	62
2.2.1 A cidade enquanto pertencimento	62
2.2.2 A origem das cidades	65
2.2.3 Palmas: uma cidade do tempo ausente.....	67
2.2.4 Processo histórico de criação de Palmas	68
CAPÍTULO 3 — Migrações, região e regionalidade: os nordestinos e a nova capital.....	73
3.1 Região, regionalização e regionalidade	73
3.2 Nordeste: uma construção histórica.....	75
3.3 O sertão como espaço de saudade	77

3.4 Migração como fator de luta.....	79
3.5 As grandes construções em Palmas como fator de atração migratória ..	82
3.6 Elementos culturais nordestinos presentes em Palmas.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXOS — Transcrição das Entrevistas	116

INTRODUÇÃO

Em 1989, quando eu tinha apenas 12 anos, meu pai reuniu nossa família e partimos de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, para o recém-criado estado do Tocantins. Fizemos uma longa viagem de caminhão e, após um percurso de quase 2 mil quilômetros, permanecemos na cidade tocantinense de Fátima para, em seguida, fixarmos residência na zona rural de Porto Nacional. Sair de um grande centro urbano rumo ao interior do antigo norte goiano foi uma experiência muito impactante para nossa família. Somos migrantes que, no intuito de reconstruir nossas vidas em um lugar mais promissor, deixamos grande parte de nossas referências culturais na terra natal.

Não posso deixar de mencionar meu primeiro encontro com Palmas, município alvo dessa pesquisa. Em 1994, parti de Porto Nacional em direção à capital do Tocantins, quando pude avistar ruas e avenidas amplas e quadras bem delineadas, o que me conquistou de imediato. Passando pela Praça dos Girassóis, também pude contemplar as construções das Secretarias Estaduais e os prédios que abrigam o Palácio Araguaia, a Assembleia Legislativa e o Palácio da Justiça. Fiquei encantada com a beleza daquela arquitetura. No ano seguinte, eu e minha família nos mudamos para a capital, onde ainda estamos, ajudando a construí-la.

O encontro com o novo, o diferente e o planejado foi o que mais me cativou quando cheguei a Palmas e, conforme revela a presente pesquisa, motivou muitos migrantes que aqui se estabeleceram. Dentre os grupos de migrantes mais expressivos, destacamos os nordestinos, que tiveram papel relevante no processo de construção da capital tocantinense.

Devemos pontuar que a presente dissertação, guiando-se pela linha de pesquisa *Identidades, Tradições e Territorialidades*, constante do mestrado em História, apresenta Palmas como um espaço de atração migratória, bem como de recomeços, de modo que analisamos os nordestinos lá residentes tendo em vista o que os impulsionou a buscar uma nova perspectiva de vida em uma capital ainda em construção.

Propusemos, diante disso, um recorte historiográfico que abrange os anos de 1990 a 2002, período que registrou expressiva atração migratória para o Tocantins. O recorte finaliza em 2002, quando foi concluída a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, encerrando-se também a fase que mais atraiu migrantes para o estado tocantinense.

É dentro desse contexto que se explicita o motivo central de nossa pesquisa — analisar o papel dos nordestinos na construção de Palmas, demonstrando como eles difundiram seus elementos culturais nesse município durante os anos de 1990 e 2002. Para tanto, pretendemos verificar o que motivou esse grupo a migrar rumo a uma cidade ainda em construção, bem como avaliar o impacto dos elementos culturais transmitidos por ele ao longo do processo histórico em questão. Desse modo, analisar-se-á não só a contribuição cultural dos nordestinos na formação de Palmas, mas também o papel de uma cidade projetada na manutenção da memória coletiva dos nordestinos.

A dissertação está estruturada em três capítulos, seguidos de uma conclusão que sintetiza suas principais ideias. No primeiro capítulo, apresentamos parte dos referenciais teóricos que corroboram nossa pesquisa. Assim, discorreremos sobre *tempo histórico*, considerando o pensamento de Reinhart Koselleck, Michel Foucault e François Hartog. Apresentamos ainda o conceito de *tempo presente*, fundamentando-nos nas investigações de Marieta de Moraes Ferreira. Em seguida, utilizamos o conceito de *cultura* proposto por Norbert Elias e Clifford Geertz, apresentando-a como uma teia de significados. Também estabelecemos uma relação entre cultura e o conceito de *tradição inventada*, proposto por Eric Hobsbawm, sobretudo tendo em vista que os elementos culturais deixados em Tocantins pelos nordestinos podem ser abordados sob o enfoque de tradição inventada.

Ainda no primeiro capítulo, utilizamos o conceito de *identidade cultural*, assinalando a capacidade de o indivíduo identificar a si mesmo como pertencente a determinado grupo. Definir a questão da identidade é importante para compreendermos que o norte goiano (atual Tocantins) é muito distinto de Goiás, o que contribuiu para impulsionar o movimento separatista analisado ao longo desse trabalho. Encerrando o primeiro capítulo, discorreremos sobre a *história oral*, amplamente utilizada nessa pesquisa. Conforme pudemos verificar, a história oral ordena e estabelece procedimentos para captar informações através de entrevistas

e depoimentos. Para verificarmos a influência nordestina na capital tocantinense, as fontes utilizadas correspondem a entrevistas,¹ depoimentos e relatos jornalísticos.

No segundo capítulo, demonstramos que a criação de Palmas aconteceu em sintonia com o surgimento do próprio estado do Tocantins. Utilizando as investigações formuladas pela professora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, em seu livro *O discurso autonomista do Tocantins*, observamos que as origens do pensamento autonomista equivalem a um “discurso inventado”, cujo intuito foi justificar os ideais separatistas da década de 1980. Mais adiante, apresentamos Palmas, considerando, sobretudo, sua projeção como representante de um novo estado, bem como a influência dos nordestinos na criação desse município. Para tanto, servimo-nos da análise proposta pela professora Valéria Cristina Pereira, em seu livro *Palmas, a última capital projetada do século XX: uma cidade em busca do tempo*.

Além disso, para aprofundarmos o significado da criação de Palmas, analisamos a importância da cidade enquanto pertencimento. Desse modo, baseamo-nos no pensamento de Sandra Jatahy Pesavento, cujas reflexões também revelam que a capital, em virtude de não ter um passado, insere-se no que ela chama de cidade do tempo ausente. Encerrando o segundo capítulo, esboçamos um histórico da criação de Palmas, discorrendo, em especial, sobre seu sítio urbano. Este foi projetado em sintonia com a preservação do meio ambiente, dos recursos hídricos e das matas de galeria presentes na capital que, acomodada entre o rio Tocantins e a Serra do Lajeado, favorecia a construção de um projeto urbanístico e paisagístico linear.

No terceiro capítulo, traçamos um panorama sobre os nordestinos, lançando luz sobre suas origens e abordando o processo migratório que os conduziu à capital tocantinense. Primeiramente, no intuito de delimitarmos o espaço denominado Nordeste, conceituamos região e regionalismo. Também apresentamos essa região como uma construção histórica, servindo-nos, mais uma vez, do conceito de invenção das tradições formulado por Hobsbawm, bem como do livro *A invenção do Nordeste*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Mais adiante, abordamos o sertão nordestino como um “espaço de saudade”, utilizando como referência o livro *Fronteiras móveis*, organizado pelas professoras Maria do Espírito Santo Rosa

¹ A transcrição destas entrevistas encontra-se anexada ao final deste trabalho. Foram entrevistadas 4 pessoas, todas residentes na capital tocantinense.

Cavalcante Ribeiro e Cléria Botelho da Costa. Em seguida, discorreremos sobre a migração, considerando o pensamento de Póvoa Neto, para quem a migração pode ser entendida como uma forma de resistência. Ademais, demonstramos porque Palmas insere-se em um contexto de forte atração migratória. Por fim, apresentamos os elementos culturais nordestinos presentes nesse município, dentre os quais a culinária, as Festas Juninas, as feiras populares e a literatura de cordel.

CAPÍTULO 1

Tempo histórico, tempo presente, cultura e história oral: aportes teóricos para compreender a participação dos nordestinos na formação cultural de Palmas

Iniciamos este estudo apresentando alguns aportes teóricos, os quais nos darão subsídios a fim de que expliquemos como os nordestinos participaram da construção do município de Palmas, situado no estado do Tocantins. Para tanto, apresentaremos os conceitos de tempo histórico, tempo presente, cultura e história oral, todos importantes para darmos sustentação aos elementos que iremos demonstrar.

1.1 Tempo histórico em Foucault, Koselleck e Hartog

Começamos nossa análise buscando conceituar o que é tempo histórico, pois este conceito é determinante em nosso estudo. Investigar o papel dos nordestinos na construção de Palmas nos conduzirá a um tempo ainda presente, visto que as entrevistas serão direcionadas aos moradores que se estabeleceram nesse município em um passado não muito distante.

Dentre as muitas questões que incomodam os historiadores está aquela que define o que é tempo histórico. Quanto a isso, José Carlos Reis ressalta que:

O tempo aparece sob o signo do paradoxo: ser e não ser, nascer e morrer, aparecer e desaparecer, criação e destruição, fixidez e mobilidade, estabilidade e mudança, devir e eternidade. Sob o signo da contradição, do ser e do nada, o tempo parece inapreensível. Ele é descrito de modo contraditório: a pior e a melhor das coisas, fonte da criação, da verdade e da vida e portador da destruição, do esquecimento e da morte. Ele engendra e inova e faz perecer e arruína. Ele é pai e destruidor de todas as coisas, origem e fim, a sua passagem é aflitiva (“isto não vai acabar nunca?”) e consoladora (“vai passar!”). Ele não é apreensível, pois invisível, intocável, impalpável, mas pode ser “percebido” (REIS, 2011, p. 2).

Ainda conforme esse autor, o tempo, enquanto problema, perpassa toda a historiografia moderna sem que haja uma posição consensual entre os historiadores. Nesse debate sobre o tempo histórico e suas implicações nas análises históricas, iremos investigar o pensamento de Reinhart Koselleck, Michel Foucault e François Hartog, propondo uma discussão sobre as possibilidades estabelecidas por eles e problematizando o modo como abordam a escrita da História. Por meio da junção do conceito de tempo histórico elaborado por esses três autores explicaremos o momento histórico do nosso estudo.

Iniciamos nossa análise sobre o tempo histórico tendo em vista as considerações de Michel Foucault, cujas reflexões recaem sobre o problema da continuidade histórica e sobre a revisão do valor dos documentos.

Foucault não faz críticas à História, no entanto não concorda com a forma como os historiadores de seu tempo têm pensado o processo histórico.

Há dezenas de anos que a atenção dos historiadores se voltou, de preferência, para os longos períodos, como se, sob as peripécias políticas e seus episódios, eles se dispusessem a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos [...]. As velhas questões de análise tradicional são substituídas, de agora em diante, por interrogações de outro tipo (FOUCAULT, 2008, pp. 3-4).

A crítica à história tradicional se fundamenta, sob o enfoque d'*A arqueologia do saber*, nas mudanças operadas em relação ao modo de analisar a continuidade histórica, de modo que Foucault tece uma série de críticas àquela forma de pensar a história de forma contínua e global.

E assim, o grande problema que se vai colocar — que se colocou — a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos, das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu — o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos (FOUCAULT, 2010, p. 6).

Foucault questiona a historiografia tradicional dos séculos XIX e XX que, ancorada em um discurso cientificista, distanciava-se do discurso literário e propunha uma história contínua, linear e feita de grandes nomes e eventos políticos,

cujos temas principais abordavam a ideia de nação, civilização e revolução; noutros termos, uma história em busca de recuperar grandes nomes e grandes feitos. Conforme observa Luciano Rocha Pinto:

É este “estatuto do real” que Foucault critica em sua ilusão de recompor a realidade, como se fosse possível ao pesquisador descobrir o que de fato aconteceu. Partindo do pressuposto que a realidade é uma construção discursiva passa-se a questionar um verismo que por muito tempo marcou o fazer histórico, fruto da ilusão cientificista de dominar a realidade. “Saber o que aconteceu” definiu por muito tempo o procedimento do historiador. A materialização dos fatos históricos, como entes ordenáveis e preexistentes, dava segurança e cientificidade à História. Como as ciências naturais, caberia à História descobrir a lógica da realidade, suas leis e, assim, ordená-la (PINTO, 2011, p. 152).

A preocupação central de Foucault está evidente: não se trata de procurar continuidades ou origens de certos objetos históricos, uma vez que os recortes e os limites entre estes são totalmente distintos. Logo, o autor está focado nas descontinuidades e na singularidade dos objetos, observando e descrevendo os jogos em que estão inseridos.

Outro elemento apresentado por Foucault diz respeito ao uso e valor dos documentos. De acordo com ele, os documentos históricos não falam por si mesmos e a História não se escreve sozinha, como quiseram impor alguns historiadores que apostavam que a interpretação fiel dos documentos históricos proporcionaria a verdade histórica. Não se trata de reconstruir o passado como se fosse um quebra-cabeça, buscando as conexões e ligações entre os documentos de forma a construir a realidade. Nas palavras do autor:

A história mudou sua posição acerca do documento: ela considera, como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta e distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 2008, p. 7).

Dessa forma, o documento passa a ter uma valoração diferente na construção do processo histórico. Foucault não quer desprezar o documento, quer apenas dar-lhe uma ressignificação; também não quer interpretá-lo, tampouco

determinar-lhe a veracidade, mas trabalhá-lo desde seu interior. Conforme podemos notar:

[...] a história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 2008, p. 8 — grifos no original).

Outro teórico que se deteve sobre o tempo histórico foi Reinhart Koselleck, cujas análises têm-se tornado familiares para os que estudam história no Brasil, sobretudo para aqueles particularmente interessados nas discussões teóricas da disciplina. Koselleck está associado à chamada escola da história dos conceitos, cujas investigações propõem uma análise das mudanças ocorridas no período a que ele chama de emergência da modernidade.

Na história dos conceitos, estes, ao contrário das palavras, transmitem uma carga de teorização e atuam na organização social. Todos os textos produzidos ao longo do tempo podem ser considerados fontes históricas. No entanto, aponta Koselleck, existem experiências extralinguísticas que fundamentam a escrita desses textos. Para ele:

Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto a relação entre conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível, uma relação necessariamente tensa. [...] Isto porque considero teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica. Se assumíssemos semelhante postura, teríamos que admitir que o trabalho do historiador se localiza no puro campo da hermenêutica (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Ainda segundo Koselleck, os conceitos possuem realidades específicas situadas no interior de determinadas estruturas temporais, o que permite que um conceito seja construído por diversos tempos históricos. Dessa forma, na concepção do conceito, é possível perceber uma história contínua de longa duração, cujas transformações não são suficientemente fortes para abalar a continuidade do processo dentro dos conceitos na história. Tendo em vista essas perspectivas

teóricas e metodológicas é que podemos adentrar as definições de Koselleck acerca do tempo histórico.

Na concepção historiográfica desse autor, o tempo histórico tem como fundamento a historicidade humana constituinte do fenômeno linguístico. A relação entre as categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” é tomada pelo autor para a tematização do tempo histórico. Conceituando o espaço de experiência, Koselleck afirma que:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (KOSELLECK, 2006, p. 309).

Seguindo a mesma conceituação, Koselleck expõe seu ponto de vista sobre o horizonte de expectativas:

Também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006, p. 310).

As expectativas que objetivam o futuro correspondem àquelas sensações que repousam sobre o que ainda virá, ou seja, todas as nossas ansiedades e expectativas quanto ao futuro fazem parte do “horizonte de expectativas”. Neste sentido, Koselleck (apud BARROS, 2013, p. 29) lembra que, tal como a experiência — esta herança do passado — se realiza no presente, “também a expectativa se realiza no hoje”, constituindo-se, portanto, em um futuro presente.

A partir das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” é possível deduzir que mesmo uma proposição a princípio irrefutável da experiência não deduziria expectativas rigorosas. O que abre o horizonte de expectativas é o espaço de experiência que se liga ao futuro. Esse espaço de experiência, no entanto, não atinge o horizonte de expectativas a ponto de

determiná-lo. É, portanto, dessa relação tensa e assimétrica entre experiência e expectativa que se configura aquilo que Koselleck nomeia de futuro passado.

José D'Assunção Barros, ao comentar a obra de Koselleck, esclarece que:

[...] Reinhart Koselleck, em sua célebre obra *Futuro Passado* (1979), desenvolveu uma singular perspectiva de que cada Presente não apenas reconstrói o Passado a partir de problematizações geradas na sua atualidade — tal como propunham os Annales e outras correntes historiográficas do século XX — mas também de que, cada Presente *ressignifica* tanto o Passado (referido na conceituação de Koselleck como “campo da experiência”) quanto o Futuro (referido conceitualmente como “horizonte de expectativas”). Mais ainda, para Koselleck cada Presente concebe, também, de uma nova maneira a *relação* entre Futuro e Passado, ou seja, a assimetria entre estas duas instâncias da temporalidade (BARROS, 2013, p. 28 — grifo no original).

A conexão entre “experiência” e “expectativa”, como categorias históricas, tem sido considerada uma das mais importantes contribuições historiográficas da atualidade. Estas categorias entrelaçam passado e futuro e são capazes, cada temporalidade, passado, presente e futuro, de se alterar, contrair ou se expandir de acordo com a época e a forma como são sentidas e percebidas as relações entre elas. Segundo Koselleck (2006, p. 309), “o tempo histórico não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa”.

A esse respeito, a figura abaixo, extraída do texto de José D'Assunção Barros (2013), pode ser ilustrativa:



Mais especificamente, José D'Assunção Barros observa que:

O “Passado Presente” pode melhor ser representado como um espaço porque concentra um enorme conjunto de coisas já conhecidas. Pensemos na figura acima como uma possibilidade de representação. Ela é composta de uma linha horizontal, que representará o horizonte de expectativas, e de um semicírculo colado a esta, que representará o campo de experiências. Existe uma infinita região do Passado que não é conhecida, e que, na verdade, jamais será conhecido. Podemos entender este Passado incognoscível, do qual jamais saberemos nada a respeito, como estando fora do semicírculo. Aquilo que não deixou memória, ou cujas memórias já pereceram; aquilo que não deixou vestígios, nem fontes para os historiadores; aquilo que não está materializado no presente a partir das permanências, das continuidades, da língua, dos rituais ainda praticados, dos hábitos adquiridos, tudo isto faz parte de uma experiência perdida, que se situa fora do semicírculo. O que está dentro do semicírculo, contudo, corresponde ao “espaço de experiência”. Tudo o que ficou do que um dia foi vivido, e se projeta hoje no presente de alguma maneira, está concentrado neste espaço que é fundamental para a vida, e particularmente vital para os historiadores — pois estes só podem acessar o que foi um dia vivido através deste espaço de experiências que se aglomeram sob formas diversas, e dos quais eles extraem as suas fontes históricas (BARROS, 2013, pp. 30-31).

Devemos esclarecer que os conceitos de “passado presente” e “futuro presente”, ou “campo de experiências” e “horizonte de expectativas” não são simétricos, ou seja, um pode interferir e perpassar o espaço do outro. De igual forma, Koselleck afirma que o tempo histórico é construído na interposição entre expectativas e experiências e é elaborado a partir do momento presente.

Se partirmos do conceito de *experiência* proposto por Koselleck, poderemos dizer que a experiência pertence ao passado que, por sua vez, concretiza-se no presente de múltiplas maneiras: através da memória, dos vestígios, das permanências e, para os historiadores, das fontes históricas.

Isto posto, é importante ressaltar que, ao avaliarmos a influência dos nordestinos em Palmas, utilizaremos o conceito de *experiência* aqui debatido, pois todos os caracteres deixados por eles para a construção dessa cidade se revelam no presente, espaço de manifestação da experiência.

Ainda dentro da discussão sobre tempo histórico, apresentamos outro teórico que também dialoga com Koselleck e Foucault — François Hartog. Ele é professor na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, onde ministra, desde meados dos anos 1980, o seminário de historiografia antiga e moderna. Além disso, dedica-se, há algum tempo, a pensar as variadas formas de prática

historiográfica no Ocidente, bem como as diferentes modalidades de experiência de tempo que definem a cultura ocidental.

Guiando-se pelos estudos de Fernand Braudel e Reinhart Koselleck, Hartog debate sobre o tempo histórico, apresentando-nos os conceitos de “regime de historicidade” e “presentismos e futurismos”. Dos autores citados, Hartog traz a ideia de simultaneidade de tempos históricos (ideia presente na história de qualquer sociedade) e de modernidade temporalizada, ou seja, um processo que atribui conteúdos inovadores à noção de passado, presente e futuro, permitindo que o passado e o futuro fiquem mais distantes e o presente se manifeste como área de estudo do mundo atual.

Hartog, referindo-se ao regime de historicidade, demonstra que:

[...] essa noção [é] uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscribe um espaço de trabalho e de pensamento. Ele dá ritmo à escrita do tempo, representa uma “ordem” à qual podemos aderir ou, ao contrário (e mais frequentemente), da qual queremos escapar, procurando elaborar outra (HARTOG, 1996, p. 129).

Explicitando um pouco mais o conceito, Hartog (2013) afirma que o regime de historicidade “não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos: é construído pelo historiador”. Além disso, não é um sistema que veio substituir outros existentes e nem está confinado ao mundo ocidental. Seria, pois, um instrumento de análise histórica. O uso do regime de historicidade proposto por Hartog pode ser:

[...] tanto amplo, como restrito: macro ou micro histórico. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria-Luísia de Áustria), ou a de um homem comum; com ele pode-se atravessar uma grande obra (literária ou outra), tal como as *Mémoires d'outre-tombe* de Chateaubriand (onde ele se apresenta como o “nadador que mergulhou entre as duas margens do rio do tempo”); pode-se questionar a arquitetura de uma cidade, ontem e hoje, ou então comparar as grandes escansões da relação com o tempo de diferentes sociedades, próximas ou distantes. E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade (HARTOG, 2013, p. 13).

Dessa forma, o regime de historicidade não se apresenta ligado diretamente à linguagem das fontes; é, antes, uma construção teórica com a capacidade de encontrar soluções e ajudar a entender e melhor apreender “não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro” (HARTOG 2013, p. 37). É um conceito de comparação, pois se coloca de maneira distinta ao articular o tempo e permite um olhar distanciado, ou seja, conduz a um distanciamento em relação ao presente, possibilitando ver o processo histórico de forma mais clara.

Nesse novo regime de historicidade, segundo Hartog, cabe ao futuro esclarecer o passado:

As lições da história são substituídas pela exigência de previsões. O historiador não mais elabora o exemplar, mas ele busca o único. Na *historia magistra*, o exemplo ligava o passado ao futuro através da figura do modelo a imitar. Com o regime moderno, o exemplar, como tal, desaparece para dar lugar àquilo que não se repete. O passado está, por princípio, ultrapassado. O futuro, isto é, o ponto de vista do futuro domina. [...] Este futuro que esclarece a história passada, este ponto de vista e este *telos* que lhe dão sentido, adquiriu, sucessivamente, com as vestes da ciência, a imagem da Nação, do Povo, da República ou do Proletariado. As lições da história são substituídas pela exigência de previsões. O historiador não mais elabora. Se ainda resta uma lição da história, ela vem, por assim dizer, do futuro e não mais do passado. Ela está em um futuro que acontecerá como diferente do passado (HARTOG, 1996, pp. 130-131).

Hartog ainda demonstra que em 1989 deu-se o fim de um regime de historicidade iniciado em 1789, chamado por ele de regime moderno de historicidade. Este é um período em que o ponto de vista do futuro dominou a relação da sociedade atual com o tempo. Noutros termos, um período da história vista como processo, em que a humanidade caminhava para o progresso. É importante ressaltar que existe uma diferença entre época e regime. Época é um recorte linear que só é percebido depois de ser superado e encerrado, ao passo que regime é uma experiência presente da relação que se estabelece com o tempo.

Conforme demonstrado acima, Hartog (1996) sugere que com o fim do regime moderno não é mais possível escrever a história do ponto de vista do passado. Desse modo, o historiador, no intuito de explicar o presente, busca o futuro, não mais o passado, visto que este se tornou incompreensível.

O tempo, neste sentido, torna-se o ator, uma vez que os acontecimentos não seriam mais produzidos somente no tempo, mas através do tempo. É isso que Hartog, em seu moderno regime de historicidade, vai chamar de “futurismo”.

Futurismo deve ser entendido aqui como a dominação do ponto de vista do futuro. Este é o sentido imperativo da ordem do tempo: uma ordem que continua acelerando ou se apresentando como tal. A história é feita então em nome do futuro e deve ser escrita do mesmo modo. (HARTOG, 2013, p. 141)

Hartog (1996) ainda nos apresenta os anos 1960 e 1970 como aqueles em que as utopias revolucionárias foram encerradas:

Nessa progressiva invasão do horizonte por um presente mais e mais ampliado, hipertrofiado, está claro que a força motriz foi o crescimento rápido e as exigências sempre maiores de uma sociedade de consumo, onde as descobertas científicas, as inovações técnicas e a busca de ganhos tornam as coisas e os homens cada vez mais obsoletos (HARTOG, 1996, p. 135).

Dessa forma, o futurismo, importante na conceituação do moderno regime de historicidade, deteriorou-se sob o horizonte desse novo contexto (a crise dos anos 1960 e 1970), cedendo lugar a uma nova concepção, o “presentismo”, assim explicitado por Hartog:

Passamos, portanto, em nossa relação com o tempo, do futurismo ao presentismo: a um presente que é seu próprio horizonte, sem futuro e sem passado, ou engendrando quase diariamente o passado e o futuro, dos quais necessita quotidianamente. Não faltam indícios desta atitude: a morte, sobre a qual Ariès, vindo do tradicionalismo, foi o primeiro a chamar nossa atenção, é cada vez mais escamoteada; a valorização crescente da juventude nas sociedades que já começavam a envelhecer; todas as técnicas de supressão do tempo, graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação (a comunicação dita em “tempo real”). Qualquer um poderia facilmente completar o repertório dos comportamentos que tendem a uma negação do tempo. De resto, considera-se de bom tom que uma pessoa que se dê ao respeito, obrigatoriamente, não tenha tempo (HARTOG, 1996, pp.135-136).

O regime de historicidade dos fins do século XX e início do século XXI será marcado pela ascensão do presentismo, em que o presente se encontra marcado pela experiência de crise da ideia de futuro, bem como por dúvidas sobre o

progresso e um porvir percebido como ameaça: “o futuro não desaparece, de forma alguma, mas parece obscuro e ameaçador” (HARTOG, 2013, p. 250).

Diante das reflexões de Hartog aqui expostas, podemos ressaltar que elas favorecem nossa análise sobre a participação dos nordestinos na construção de Palmas, tendo em vista que esse município se encontra em processo permanente de construção, de modo que o tempo presente dará o tom da narrativa vindoura.

1.2 História do tempo presente

O estudo sobre a participação dos nordestinos na construção de Palmas apresenta um complicador natural: a proximidade com os fatos históricos. Palmas é uma cidade nova e planejada, cujo processo de formação cultural está em constante realização.

Uma das grandes questões sobre o estudo dos acontecimentos atuais é a proximidade deles com o fato histórico. Diante disso, como manter o distanciamento necessário para que uma visão clara do processo histórico em questão seja esboçada? A este olhar sobre o contemporâneo, ainda que confuso e opaco, a historiografia chama de história do tempo presente.

Em seus estudos sobre o tempo presente, Marieta de Moraes Ferreira, em artigo intitulado “História, tempo presente e história oral”, expõe a dificuldade de se trabalhar com a história da atualidade. Segundo a autora:

O ponto de partida para entender esse processo é a constatação do triunfo de uma determinada definição da história, a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre o passado e presente, atribuía à história a interpretação do *passado* e sustentava que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa (FERREIRA, 2002, pp. 314-315).

Esta história institucionalizada — baseada em métodos rígidos que buscavam um distanciamento do presente e que só os especialistas poderiam executar — entra em declínio no início do século XX. Neste sentido, Ferreira observa que:

A fundação na França da revista *Annales*, em 1929, e da *École Pratique des Hautes Études*, em 1948, iria dar impulso a um profundo movimento de transformação no campo da história. Em nome de uma história total, uma nova geração de historiadores, conhecida como *École des Annales*, passou a questionar a hegemonia da história política, imputando-lhe um número infindável de defeitos — era uma história elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante. Em contrapartida, esse grupo defendia uma nova concepção, em que o econômico e o social ocupavam lugar privilegiado (FERREIRA, 2000, p. 5).

Esta nova concepção de história vai se afastar daquela história política, linear e oficial, buscando elementos sociais e econômicos como forma de interpretar o processo histórico. Assim, o coletivo passa a se sobrepôr ao individual e a análise das estruturas passa a se sobrepôr ao acontecimento isolado.

O grande espaço para essa concepção de história do tempo presente — o Institut d'histoire du temps présent (IHTP), fundado em 1978 e pertencente ao Centre national de la recherche scientifique (CNRS) — torna-se um lugar onde reflexões epistemológicas até então pouco habituais passam a ser investigadas.

Embora até hoje não se tenha firmado plenamente uma definição consensual, a denominação formulada por François Bédarida, *histoire du temps présent*, é a que parece melhor preencher os requisitos. Mas que cronologia, que evento-chave e reconhecido deve ser adotado como marco inicial da história do tempo presente? Para alguns trata-se do período que remonta à última grande ruptura; para outros trata-se da época em que vivemos e de que temos lembranças, ou da época cujas testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador e colocá-lo em cheque (VOLDMAN, 1993 apud FERREIRA, 2000, p. 8).

Apesar da legitimação do tempo presente como objeto de estudo da história, existem objeções à utilização dessa nova perspectiva de análise histórica. Tradicionalmente, duas são as principais críticas aos historiadores do tempo presente: a inexistência de certo distanciamento dos fatos históricos em questão — distanciamento que possibilitaria uma objetividade histórica e científica —, bem como a carência de fontes históricas. Hobsbawm observa que:

A despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente, é necessário fazê-la. Não há escolha. É necessário realizar as pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmos critérios que para os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio” (HOBBSAWM, 1998, p. 244).

Se tomássemos como referência a crítica que diz ser necessário, no processo de construção de uma história “verdadeira” e ética, o distanciamento do historiador do fato histórico poderíamos pressupor que uma história do tempo presente não é viável. Todavia, segundo Huff Júnior (2009), as questões éticas saltam à vista do historiador quando se trata do tempo presente. Nesse aspecto, dois elementos são importantes: o fato de o objeto de estudo poder “interagir” com o pesquisador e a auto implicação temporal, social e cultural do pesquisador com o objeto. Para o autor:

Mais que as outras histórias, assim, a história do tempo presente coloca a questão do papel fundamental das escolhas do historiador e de sua condição política. Há uma exigência ética na base de seu trabalho, a qual se manifesta mais na busca que no conteúdo, diz Bédarida. Normalmente, fazer história do tempo presente começa pela definição de um problema de pesquisa que tem implicações existenciais para o pesquisador, de modo mais agudo que na pesquisa de épocas mais distantes. Ou seja, há também uma questão de sentido que se impõe ao historiador diante de seu presente, seu passado e seu futuro (HUFF JÚNIOR, 2009, p. 20).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Santos (2009) observa que fazer história no auge dos acontecimentos merece atenção redobrada, assinalando que:

[...] continuamos no campo da história. Antes de tudo, fazemos história bem antes que história do tempo presente. Como mostra Jean-François Sirinelli (1999) o historiador trabalha sobre o passado, mesmo que próximo, isto é, sobre o que está abolido. O historiador do presente trabalha sobre um passado mais próximo, com os acontecimentos indefinidos ou até mesmo no meio dele. Dessa forma, a história do presente é primeiramente e antes de tudo história (SANTOS, 2009, p. 8).

Outra crítica feita ao estudo do tempo presente é que este seria o terreno dos jornalistas, não dos historiadores. Ora, a história do tempo presente, apesar do nome, é uma história de duração, não do instante, o que, historicamente, permite um processo de problematização que difere de um trabalho jornalístico.

Apesar da insistência de alguns historiadores em não reconhecer a história do tempo presente como um terreno possível de estudo, Marieta Ferreira demonstra que essa história, na Antiguidade clássica, era amplamente aceita:

É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática. Na Antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser

preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia, portanto, nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa (FERREIRA, 2000, p. 1).

Conforme mencionado anteriormente, a outra objeção à história do tempo presente diz respeito à carência das fontes históricas, em especial àquela que tem sido a principal fonte dos historiadores que trabalham com essa perspectiva: os testemunhos. O que seria essa fonte histórica específica e quais os empecilhos para sua utilização? Rodrigues demonstra que:

Prova documentária, o testemunho histórico é visto como uma memória viva do passado, ou seja, como uma palavra, uma narração que implica em um processo de transferência de informação, por parte da testemunha, àquele que a recebe. [...] Ora, as precauções exigidas pelos historiadores dizem respeito às fontes históricas, em geral, sejam escritas ou orais. [...] Como definir, então, a testemunha? Trata-se de um ator ou de um espectador da história? Que papel desempenha uma “testemunha ocular” na interpretação histórica ou no julgamento de um processo histórico? A testemunha seria, então, detentora de uma verdade ou de uma fidelidade? [...] Com efeito, essas questões acima exprimem situações e sentidos diversos. Um primeiro, de ordem histórica, se inscreve num campo memorial: a testemunha encontrava-se “ali” no momento dos fatos. Seu testemunho se refere, portanto, à sua vivência passada (RODRIGUES, 2008, p. 4).

Percebemos, dessa forma, que muitas são as interrogações quanto ao uso dos testemunhos como fonte histórica durante uma pesquisa sobre o tempo presente; em suma, inúmeros problemas metodológicos surgem quando utilizamos o testemunho como fonte de pesquisa para a escrita da história. Rodrigues elenca pelo menos três deles:

O primeiro diz respeito à natureza subjetiva dessa narração histórica. O segundo concerne à fiabilidade dessa fonte (falsos testemunhos, negação, posterior, de uma afirmativa). O terceiro remete a situações de uma interpretação histórica duvidosa. Mas a crítica de documentos pressupõe, como sabemos, um necessário distanciamento crítico (RODRIGUES, 2008, pp. 5-6).

Para resolver a questão da metodologia, os pesquisadores têm utilizado a entrevista como forma de arquivamento dos testemunhos.

Quanto à metodologia, desde os anos 1980, a entrevista (método sociológico), cuja técnica consiste na classificação, gravação, numeração, transcrita, é utilizada como fonte escrita, não só pelos historiadores, mas

por arquivistas (em arquivos nacionais e em comitês de história em administrações públicas). Aprendendo a se servir dos aportes das ciências humanas, como a psicanálise, o historiador realiza uma melhor interação com a testemunha. Trabalhando com a noção de testemunho, os historiadores do presente descobrem os mecanismos da escuta, o papel do silêncio e a função das chamadas transferências e contratransferências (RODRIGUES, 2008, p. 6).

Para além dos testemunhos existe ainda a questão temporal, ou seja, a definição de uma cronologia do objeto a ser estudado, redefinindo, assim, o conceito de tempo presente. Quanto a isso, Delgado e Ferreira avaliam que:

Na verdade, o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. Está inscrito nas experiências analisadas e intervém nas projeções de futuro elaboradas por sujeitos ou comunidades. Nesse sentido, o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa (DELGADO & FERREIRA, 2013, p. 25).

Haja vista as constatações aqui apresentadas, a história do tempo presente será uma ferramenta determinante na pesquisa sobre o papel dos nordestinos na construção de Palmas. A pesquisa será feita dentro de um período curto e as entrevistas e testemunhos envolverão pessoas atuantes no fazer histórico. Pensar as vantagens da história do tempo presente na atualidade e avançar nas pesquisas é, na verdade, reconhecer que, apesar das dificuldades e das diferenças, este tipo de pesquisa reafirma o fazer histórico.

Vale ressaltar que o distanciamento do objeto de estudo e a carência de fontes escritas em nada diminuem a importância da história do tempo presente. Essas são questões que o historiador não pode desconsiderar, mesmo quando lida com a dificuldade de definir o objeto de estudo.

1.3 Civilização e cultura

Iniciamos nossas análises investigando o pensamento de Norbert Elias que, ao debater sobre as diferenças entre os conceitos de civilização e cultura, ressalta que os dois não são universais, tampouco são controlados pelo tempo.

Para Norbert Elias (1994), embora esses conceitos estejam vinculados às realizações da sociedade, à sua organização política, estrutura econômica e tecnológica, eles representam dois movimentos contrários: a cultura se refere a um plano intelectual e abstrato, ao passo que a civilização está ligada a um plano mais prático e concreto. Cultura também se refere à especificidade, ou seja, a cultura de um povo ou de uma sociedade é uma cultura única e específica. A civilização, por outro lado, refere-se a um princípio de universalização — civilização é aquilo que todas as sociedades alcançariam em um dado momento, é um movimento da “Humanidade”, algo em comum entre as sociedades.

A princípio, o autor analisa a aristocracia da corte alemã em confronto com a burguesia que não tinha acesso à sociedade da corte, composta apenas de quem participava das rotinas aristocráticas. Como se nota, a análise de Norbert Elias dá enfoque, primeiramente, aos modos e etiquetas aristocráticas.

Mais adiante, ele observa que a língua alemã era rejeitada pelos aristocratas, porque, segundo estes, a língua refinada “civilizada” era a francesa; ademais, essa era uma forma de separá-los da classe dominada. A burguesia, no intuito de alcançar o reconhecimento da corte e obter cargos privilegiados, tentava aprender a língua francesa:

O francês espalha-se das cortes para a camada superior da burguesia, todas as *honnêtes gens* (gente de bem), todas as pessoas de “consequência” o falam. Falar francês é símbolo de *status* de toda classe superior (ELIAS, 1994, p. 30).

No entanto, isso não foi o bastante, de modo que restou à classe burguesa o acesso às universidades. Assim, um grupo de intelectuais começa a ser formado, o que reforça o campo cultural e intelectual da Alemanha.

Ao mesmo tempo, clérigo e professor chamam atenção para o centro social mais importante na modelação e disseminação da cultura de classe média alemã: a universidade. Dela, geração após geração de estudantes disseminaram pelo país, como mestres, clérigos e administradores de nível

médio, um complexo de ideias e ideais marcados de uma maneira particular. A universidade alemã foi, nesse sentido, o contrapeso da classe média à corte (ELIAS, 1994, p. 41).

Elias ainda observa que “cultura” é um termo de autoafirmação, ou seja, um termo que a classe burguesa alemã usava para legitimar sua diferença principal com a aristocracia:

[...] o destino peculiar da burguesia alemã, sua longa impotência política e a tardia unificação nacional atuaram continuamente na mesma direção, reforçando conceitos e ideais desse tipo. Desta maneira, o desenvolvimento do conceito de Kultur e os ideais que o mesmo corporificava refletiram a posição da *intelligentsia* alemã, destituída de uma hinterlândia social importante e que, sendo a primeira formação burguesa no país, desenvolveu uma autoimagem manifestamente burguesa, ideias especificamente de classe média e um arsenal de conceitos incisivos dirigidos contra a classe alta cortesã (ELIAS, 1994, p. 44).

No segundo capítulo do seu livro, *O processo civilizador*, que trata sobre a sociogênese do conceito de *civilisation* na França, Elias apresenta a forma como a burguesia francesa teve acesso aos elementos que a tornaram detentora do conhecimento necessário para se igualar à nobreza francesa:

As convenções de estilo, as formas de intercâmbio social, o controle das emoções, a estima pela cortesia, a importância da boa fala e da conversa, a eloquência da linguagem e muito mais — tudo isto é inicialmente formado na França dentro da sociedade de corte, e depois, gradualmente, passa de caráter social para nacional (ELIAS, 1994, p. 52).

Na Alemanha, a burguesia conquistou espaço via o conhecimento adquirido nas universidades, ao passo que na França a participação da burguesia na sociedade aconteceu mais cedo, pois havia uma sinergia entre as camadas burguesas e aristocráticas.

Tanto a burguesia de corte como a aristocracia de corte falavam a mesma língua, liam os mesmos livros e observavam, com gradações particulares, as mesmas maneiras. E quando as disparidades sociais e econômicas explodiram o contexto institucional do *ancien regime*, quando a burguesia tornou-se uma nação, muito do que originariamente fora caráter social específico e distintivo da aristocracia de corte e depois também dos grupos burgueses, de corte, tornou-se, em um movimento cada vez mais amplo, e sem dúvida com alguma modificação, caráter nacional (ELIAS, 1994, p. 52).

Embora na Alemanha a tensão entre as duas camadas tenha sido muito maior, foi exatamente na França que essa tensão se manifestou tão fortemente, conforme observamos no trecho a seguir:

A longa recusa da política real a conceder o exercício de funções políticas à nobreza francesa, o envolvimento desde cedo de elementos burgueses no governo e na administração, o acesso deles até mesmo às mais altas funções governamentais, sua influência e promoções na corte — tudo isto teve duas consequências: por um lado, contato social íntimo e contínuo entre elementos de origem social diferente e, por outro, a oportunidade de elementos burgueses se empenharem em atividade política logo que amadureceu a situação social e, antes disso, um forte treinamento político e uma tendência a pensar em termos políticos. (ELIAS, 1994, p. 53)

Diante do exposto, devemos salientar que o conceito francês de *civilisation* e o conceito alemão de *kultur* surgem no mesmo período histórico.

1.4 A cultura como uma teia de significados

Retomando um pensamento de Max Weber, em que ele afirma que o homem é um animal que vive preso a uma teia de significados por ele mesmo criada, Clifford Geertz sugere que essa teia e sua análise sejam o que chamaremos de cultura. No trabalho de análise dessa teia, a missão do antropólogo, segundo Geertz, é desvendar esses significados, estabelecendo relações entre si, de forma a ensejar uma interpretação semiótica do objeto analisado.

Geertz é um dos mais originais e estimulantes antropólogos de sua geração e o mais destacado proponente do movimento intelectual para revigorar o estudo da cultura como sistema simbólico. Em seu livro *A interpretação das culturas*, o autor consolida as concepções geertzianas sobre o que é cultura, o papel que ela desempenha na vida social e como ela deve ser estudada, no intuito de, sistematicamente, tentar esclarecer o próprio conceito cultural e suas relações com o comportamento real de indivíduos e grupos.

Geertz afirma que a cultura nunca é igual, é sempre uma recriação que traduz tudo aquilo que dá significado à vida. O ser humano expressa sua experiência vivida; sob este enfoque, as especificidades são complexas e possuem um caráter único, de modo que as generalizações devem ser feitas com critérios. Para

compreender o que o ser humano faz, é necessário entender uma ação dentre várias outras, localizá-la e caracterizá-la. No estudo da cultura, a tarefa essencial da construção teórica não é sistematizar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas, ou seja, uma descrição densa. Segundo o autor:

Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (Quanto mais eu tento seguir o que fazem os marroquinos mais lógicos e singulares eles me parecem). Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade (GEERTZ, 2013, p. 10).

Geertz assegura que cultura é uma ciência interpretativa, em busca do significado:

A análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do Continente dos Significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea. Assim, há três características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social; e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o "dito" num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis (GEERTZ, 2013, p. 14).

Os positivistas defendiam que todo conhecimento científico deve ter leis gerais. Nesse aspecto, a cultura deve universalizar o homem. Para Geertz simplificar a cultura não resolve:

Essa circunstância faz com que seja extraordinariamente difícil traçar uma linha entre o que é natural, universal e constante no homem, e o que é convencional, local e variável. Com efeito, ela sugere que traçar tal linha é falsificar a situação humana, ou pelo menos interpretá-la mal, mesmo de forma séria (GEERTZ, 2013, p. 27).

Ainda segundo Geertz, a cultura é fundamental para o homem. A primeira ideia apresentada pelo autor, neste sentido, é de que a cultura é um mecanismo de controle capaz de governar o comportamento humano; a segunda é de que o homem é um animal e, por isso, depende da cultura para ordenar seu comportamento. Geertz chega a afirmar que o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável sem cultura, ou seja, equivaleria a um caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, conforme podemos notar:

[...] não exist[e] o que chamamos de natureza humana independente da cultura. Os homens sem cultura não seriam os selvagens inteligentes de *Lord of the Flies*, de Golding, atirados à sabedoria cruel dos seus instintos animais; nem seriam eles os bons selvagens do primitivismo iluminista, ou até mesmo, como a antropologia insinua, os macacos intrinsecamente talentosos que, por algum motivo, deixaram de se encontrar. Eles seriam monstruosidades incontroláveis, com muito poucos instintos úteis, menos sentimentos reconhecíveis e nenhum intelecto: verdadeiros casos psiquiátricos (GEERTZ, 2013, p. 35).

Portanto, não existe uma natureza humana independente da cultura. A cultura nos moldou como somos e ainda o faz, mas de maneira distinta, conjunta e individualmente. Assim, cada cultura é única e cada indivíduo dentro dessa cultura também o é, mas, de uma forma ou de outra, esse indivíduo é, acima de tudo, um ser cultural.

Sem os homens certamente não haveria cultura, mas de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens. Somando tudo isso, nós somos animais incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura —não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura: dobuana e javanesa, hopi e italiana, de classe alta e classe baixa, acadêmica e comercial. (GEERTZ, 2013, p. 36).

A partir de um trecho de Geertz, retomamos as observações de Max Weber inicialmente apresentadas:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. Todavia, essa afirmativa, uma doutrina numa cláusula, requer por si mesma uma explicação (GEERTZ, 2013, p. 4).

Diante dessas constatações, pretendemos abordar — durante a análise dos elementos culturais deixados pelos nordestinos em Palmas — a cultura como uma teia de significados, o que vai contribuir para que possamos ver esses traços culturais se perpetuando na nova capital.

1.5 A tradição inventada e a cultura

Em seu estudo *A invenção das tradições*, Eric Hobsbawm nos apresenta a tradição como um elemento constituidor da cultura de um povo. Segundo ele, muitas vezes, "tradições" que parecem ou são consideradas antigas são, na verdade, mais recentes do que imaginamos, quando não são inventadas.

O termo "tradição" inventada é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo, às vezes coisa de poucos anos apenas e se estabelecem com enorme rapidez (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

Segundo o autor, as tradições genuínas são aquelas que surgem naturalmente, de modo que é difícil localizá-las temporalmente. As tradições inventadas, por outro lado, são um conjunto de práticas e ritos cujo objetivo é fixar valores e normas de comportamento, no intuito de continuar o passado.

Mais adiante, Hobsbawm apresenta a diferença entre tradição e costume. A tradição tem por objetivo e característica a invariabilidade, impondo práticas fixas com a repetição. Já o costume abre espaço para inovações, até certo ponto, pois é limitado pela "exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente".

O "costume" não pode se dar o luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. [...] "Costume" é o que fazem os juízes; "tradição" (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado. A decadência do "costume" inevitavelmente modifica a "tradição" à qual ele geralmente está associado (HOBSBAWM, 1984, p. 11).

Para Hobsbawm, há uma diferença, menos importante, entre tradição e rotina (convenção). A exemplo disso, o autor reflete sobre a realidade daquelas sociedades que se desenvolveram após a Revolução Industrial e foram impelidas a formarem novas redes de costume a partir da rotina, simplesmente por uma necessidade mecânica.

Tais redes de convenção e rotina não são "tradições inventadas", pois suas funções e, portanto, suas justificativas são técnicas, não ideológicas (em termos marxistas, dizem respeito à infraestrutura, não à superestrutura). As redes são criadas para facilitar operações práticas imediatamente definíveis

e podem ser prontamente modificadas ou abandonadas de acordo com as transformações das necessidades práticas, permitindo sempre que existam as inovações por parte das pessoas que adotaram esse costume (HOBSBAWM, 1984, p. 11).

O autor ainda classifica as tradições inventadas em três categorias:

- a) As que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou condições de admissão de um grupo ou comunidades.
- b) As que estabelecem ou legitimam instituições, status, ou relação de autoridade.
- c) Aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento. (HOBSBAWM, 1984, p. 12).

No decorrer do texto, Eric Hobsbawm, com o auxílio da antropologia, demonstra a diferença entre práticas inventadas e os velhos usos tradicionais, afirmando que é preciso inventar tradições ou redes de costumes quando velhos usos não se mantêm conservados. Conforme assinala o autor, as tradições inventadas só conquistaram espaço a partir do momento em que a tradição genuína se degenerou.

Diante do exposto, compreendemos que os historiadores estão diretamente envolvidos na construção da tradição inventada e na sua interpretação, uma vez que isso permite a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertenciam não só ao mundo passado da investigação especializada, mas também à esfera pública, onde o homem atua como ser político.

É importante ressaltar que Hobsbawm analisa este tema com o auxílio de questões interdisciplinares, demonstrando que o historiador tem o papel de perceber a historiografia, no processo de interpretação das relações humanas com o passado, como parte comum também aos antropólogos.

[...] o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal (HOBSBAWM, 1984, p. 22).

É, pois, dentro da concepção de tradição inventada que buscaremos entender os elementos culturais deixados pelos nordestinos no estado do Tocantins,

em especial em Palmas, nosso foco de estudos. Ao mesmo tempo que observamos essa tradição inventada agindo em Palmas, observamos uma tradição sendo inventada na simbiose entre os caracteres culturais nordestinos e outros caracteres culturais, compondo as tradições culturais da nova capital.

1.6 A identidade cultural

A questão da alteridade, do outro e do reconhecimento desse outro sempre foi um problema a ser entendido, decifrado e superado pela humanidade. Reconhecer o outro, o “jeito de ser” do outro, é uma tarefa complexa, na medida em que tememos aquilo que não conhecemos. É exatamente esse “jeito de ser” que chamamos de identidade cultural.

No mundo moderno, caracterizado pelos efeitos da globalização, tornou-se premente conceituar o que é identidade cultural e qual a sua importância nas relações interétnicas. De acordo com Fredrik Barth:

[...] um grupo étnico designa uma população que: a) “se perpetua principalmente por meios biológicos”; b) “compartilha de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito”; c) “compõe um campo de comunicação e interação”; d) “tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem” (BARTH, 1969 apud OLIVEIRA, 2003, p.117).

Segundo Oliveira (2003), a identificação étnica se dá quando uma pessoa passa a usar determinados termos raciais, nacionais ou religiosos para caracterizar a si mesmo ou a outros denominados por ele de iguais, desenvolvendo, assim, a noção de grupo. É isso que Hall chama de “noção de sujeito sociológico”:

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção clássica da questão, a identidade é formada da interação entre o eu e a sociedade [...]. A identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” — entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a nós próprios nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural” (HALL, 2001, p. 11).

A identidade não nasce com o indivíduo; ao contrário, ela é construída de forma sociológica na interação com outros indivíduos iguais e também na relação com a alteridade.

Neste sentido, apresentar a questão da identidade será fundamental para esclarecer porque o norte goiano, ao destoar do estado de Goiás, contribui para definir o movimento separatista que iremos analisar. A esse respeito, Cavalcante assinala que:

Considerando o caráter histórico da reivindicação autonomista norte/ centro-sul de Goiás e a sua consolidação somente no final da década de 80, pode-se perceber na leitura desse discurso de autonomia regional a síntese, [...] “síntese como produto contraditório das contradições” desse longo processo de construção da identidade do norte goiano como unidade política, econômica, cultural, geográfica e histórica. A oposição econômica lentamente foi gestando as significações da identidade regional. Nesse sentido, associa-se à denúncia, de um passado de abandono administrativo e segurança pública, as peculiaridades daquela região quanto ao povoamento, o linguajar, as comidas típicas, enfim, o jeito de ser do habitante do norte goiano que em nada ou quase nada se identificava com o centro-sul regional e, até mesmo do ponto de vista da geomorfologia o Paralelo 13º, onde começava a região, era designado de região da Amazônia Legal, caracterização que confirmava uma peculiaridade, também, ditada pela geografia física (CAVALCANTE, 2016, p. 5).

Como se nota, a identidade do norte goiano vai-se definindo de forma distinta do restante de Goiás.

1.7 A história oral enquanto metodologia

História oral é um termo tão novo quanto o gravador, já nos afirmava Paul Thompson, o que não significa que ela não tenha um passado. Conforme relata Sônia Maria de Freitas (2006), Heródoto ouviu testemunhos do seu tempo e Michelet colheu depoimentos dos que vivenciaram a Revolução Francesa. Isso sugere que história oral é tão velha quanto a própria História. Para Matos e Senna:

O que conhecemos como história oral é uma prática muito antiga, intimamente ligada aos contos populares, ao universo da comunicação humana. A História surgiu contada, até constituir-se na escrita do depoimento realizado, das impressões registradas, da legislação

disciplinada em sólidas escritas que a legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar, de maneira mais segura e perene, nosso passado. Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar — e, portanto, perpetuar — impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS & SENNA, 2011, p. 97).

Segundo Freitas (2006), a primeira experiência da história oral como atividade organizada aconteceu em 1948, quando Allan Nevisque lançou, em Nova Iorque, na Columbia University, o *The Oral History Project*. Atualmente este projeto chama-se *Oral History Research Office* (OHRO) e possui grande acervo, constituindo-se uma referência para os pesquisadores nas áreas de multiculturalismo, movimentos estudantis e minorias.

Inicialmente, a história oral objetivava armazenar informações que pudessem ser utilizadas por futuros historiadores. Na década de 1960, ela se expandiu para a Europa, conforme podemos observar no trecho abaixo:

Na Itália, já em fins dos anos 60, os antropólogos De Martino, Bosio e o sociólogo Ferraoti, com o objetivo de reconstruir a cultura popular, foram precursores da segunda geração de historiadores orais. Mais ambiciosos, não tomavam a fonte oral como um complemento, mas sim como “outra história”. Essa nova forma de pensar surgiu em meio aos conflitos e movimentos de feministas e sindicalistas de 1968. Pregava-se o “não-conformismo sistemático”, isto é, uma história alternativa em relação a todas as construções historiográficas a partir do escrito (MATOS & SENNA, 2011, p. 97).

No Brasil, a história oral surge apenas na década de 1970, com o auxílio de historiadores ligados a instituições americanas. Como ela sempre esteve muito vinculada aos movimentos sociais, seria de se pressupor que encontraria terreno fértil para prosperar nos países em desenvolvimento; no entanto, não foi isso que ocorreu, chegando aqui bem tardiamente.

A produção científica pioneira nesta modalidade foi a do Centro de Pesquisas e Documentações (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, a partir dos anos 1970. É preciso esclarecer, todavia, que só no início dos anos 1990 a história oral conseguiu expressividade nos meios acadêmicos. Neste sentido, foi significativo o trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisadores da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), da Universidade de São Paulo. Segundo Ferreira:

As primeiras experiências sistemáticas no campo da história oral no Brasil datam de 1975, a partir de cursos fornecidos por especialistas norte-americanos e mexicanos patrocinados pela Fundação Ford. Esses cursos foram ministrados na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e voltavam-se para um público de professores e pesquisadores de história e ciências sociais oriundos de diferentes instituições. Pretendia-se difundir o uso da metodologia de maneira a implantar programas de história oral em diferentes universidades e centros de pesquisa por todo o país, privilegiando a investigação de temas de interesse local. Pretendia-se também estabelecer canais regulares de intercâmbio entre esses pesquisadores através da criação de uma associação de história oral (FERREIRA, 1998, p. 1).

Para além da criação de um histórico em torno da história oral, é preciso conceituá-la e explicitar suas possibilidades de usos. Esse terreno, aliás, é movediço: embora não seja difícil conceituar história oral, as inúmeras possibilidades de seu uso dificultam-lhe a compreensão. Seria correto falar em história oral ou fontes orais? Seria a história oral uma técnica, um método ou um procedimento de pesquisa? Afinal, o que é história oral? Para Freitas:

História oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. Definida por Allan Nevis como “moderna história oral” devido ao uso de recursos eletrônicos, a história oral é técnica e fonte, por meio das quais se produz conhecimento (FREITAS, 2006, p. 6).

Matos e Senna, de outro modo, assinalam que:

O que conhecemos como história oral é uma prática muito antiga, intimamente ligada aos contos populares, ao universo da comunicação humana. A História surgiu contada, até constituir-se na escrita do depoimento realizado, das impressões registradas, da legislação disciplinada em sólidas escritas que a legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar, de maneira mais segura e perene, nosso passado. Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar — e, portanto, perpetuar — impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS & SENNA, 2011, p. 97).

Ainda a esse respeito, Verena Alberti, uma das pesquisadoras pioneiras da história oral, afirma que:

[a história oral é] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de

mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Como podemos perceber, a história oral, quando inserida em programas de graduação ou pós-graduação no meio acadêmico, pode ser utilizada como “disciplina”. Também pode ser utilizada como “método” ou “técnica”, eis a forma como a utilizaremos neste trabalho.

Os questionamentos e desconfianças levantados pelos pesquisadores quanto ao uso da história oral têm muito a ver não só com a própria concepção do que é uma pesquisa histórica, mas também com a forma como se fazia história até bem pouco tempo. Esta forma de fazer história estava vinculada aos processos de longa duração e às fontes históricas (sobretudo a escrita), como origem do fato histórico. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira:

Esta maneira de fazer história, ao valorizar o estudo dos processos de longa duração, atribuía às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. Em contrapartida, ao desvalorizar a análise do papel do indivíduo, da conjuntura, dos aspectos culturais e políticos, desqualificava o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias. Condenava a sua subjetividade, levantava dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentavam, enfatizava a dificuldade de se obter relatos fidedignos. Alegava-se que os depoimentos pessoais não podiam ser considerados representativos de uma época ou de um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações. Não é preciso dizer que estavam excluídas as possibilidades de incorporação das fontes orais ao campo de investigação do historiador (FERREIRA, 1998, p. 3).

O fazer histórico, concebido dessa forma, distanciava-se de tudo que não pudesse ser documentado e tangível. Diante disso, a incorporação de fontes orais ao campo de investigação do historiador permanecia excluída em virtude da subjetividade de sua origem e da proximidade de seu acontecimento. Marieta de Moraes Ferreira esclarece que:

Este modelo de história estabelecia ainda uma desconfiança em relação ao estudo dos períodos recentes, definido por alguns historiadores como a *história do tempo presente*. A história do tempo presente tem forçosamente de lidar com testemunhas vivas, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem por terem presenciado o desenrolar dos fatos. Mas o que se sustentava era a necessidade do distanciamento temporal do pesquisador frente ao seu objeto, através daquilo que os historiadores costumam chamar de *visão retrospectiva*. Debruçando-se apenas sobre processos históricos cujo desfecho já se conhecia, a história

criava limitações para o trabalho com a proximidade temporal, por temer que a objetividade da pesquisa pudesse ficar comprometida (FERREIRA, 1998, p. 3 — grifos no original).

A escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente. Precisamos entender também que as fontes orais não servem apenas para dar sustentáculo às fontes escritas, que diferem muito das fontes orais na sua constituição e na sua utilidade. Por vezes, é possível ter acesso à determinada informação através das fontes orais, fato que jamais conseguiríamos com as fontes escritas. A forma como cada ser humano subjetiviza seu mundo é diferente e não buscamos mais utopicamente uma história verdadeira.

Outro questionamento quanto ao uso das fontes orais na pesquisa histórica diz respeito à sua forma de obtenção, ou seja, por meio de relatos, de testemunhos e da própria oralidade. A crítica aqui reside no fato de que toda a “verdade” se encerra na versão do narrador, o que permite que a veracidade da memória como uma fonte confiável seja questionada. Camargo, neste sentido, observa que:

O ponto central da questão é o problema da lógica da memória, ou seja, se essa memória é confiável ou não, se produz verdades ou mentiras. O que se pode dizer, e que é meio óbvio, é que ela produz ao mesmo tempo verdades e mentiras. Mas não é isso o que nos interessa. O que nos interessa é a capacidade de entender mentiras repetidas, porque se vários atores mentem da mesma maneira, deve se pensar que esta mentira é importante (CAMARGO, 1993, p. 84).

Tendo em vista o que Joutard (2000) diz sobre os objetivos da história oral — “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono” — podemos afirmar que o narrador passa a ser peça importante nesse processo e sua palavra não pode ser questionada. Segundo Costa:

[...] narrar é contar o vivido, é colocá-lo em uma temporalidade e, assim, humanizar o tempo, alinhar os personagens, tecer uma intriga; é, ainda, transgredir o discurso oficial em busca da criação; é, sobretudo, aliar o tempo vivido ao tempo friccionado (COSTA, 2014, p. 49).

Dessa forma, dar voz ao narrador para que ele, a partir disso, conte a sua história contribui para a autonomia dele diante da própria história. Ao dar voz ao

narrador estamos adentrando o terreno da subjetividade e da memória, local onde o real e o imaginário se encontram. Para romper com essa encruzilhada, Costa assinala que:

Pens[a] a história como representação do real, na qual o vivido e o refletido se misturam na construção de novos quadros teóricos. V[ê] a história como descontínua, posto que trabalh[a] com as memórias como uma polifonia de vozes que compõem uma orquestra, na qual o pesquisador ocupa o lugar de maestro [...]. A [sua] memória e o [seu] lastro cultural, construídos ao longo de anos, e os conflitos entre os diferentes grupos sociais a que perten[ce] — familiar, profissional, recreativo, partidário — fazem parte do [seu] eu. Então, no momento da interpretação, esses conflitos são reavivados sob a marca da subjetividade e se confrontam com as vozes que pululam no *corpus* interpretado (COSTA, 2014, p. 52).

O historiador, sob este enfoque, também se apresenta envolvido pela subjetividade na interpretação dos fatos narrados. Todavia, ao dar voz ao narrador, o pesquisador precisa, igualmente, dar sentido aos fatos narrados, decodificando os símbolos e mitos corporificados nas lembranças do narrador. Costa assim se manifesta quanto à capacidade de interpretação do pesquisador:

Por essa senda, interpretar é fazer uma viagem pelo imaginário do outro, na busca de decifrar o indizível, o sentido oculto do que é dito; é possibilitar que a pluralidade de sentidos se manifeste na construção do conhecimento histórico; é também permitir que na construção desse conhecimento aflore a polifonia de vozes que se esconde no *corpus* pesquisado; é, antes de tudo, dar visibilidade ao outro, deixar que a voz do outro aflore no texto interpretativo. [...] O oral, o escrito e o imagético carregam em si o não dizer; cabe ao pesquisador abrir as portas para a obscuridade do que não pode ser dito com palavras, mas pode ser decifrado por detrás dos gestos, do olhar, dos sons das palavras, dos silêncios, pela via da imaginação e da subjetividade (COSTA, 2014, p. 51).

Percebemos, dessa forma, que o historiador não permanecerá imparcial nessa interação com o narrador, visto que será seu papel criar as conexões necessárias para dar sentido aos relatos catalogados e estabelecer relações entre o narrador e o histórico social do momento. Para Costa:

[...] usar a imaginação não deve ser entendido como desfigurar as imagens apresentadas no relato, mas recriá-las, atribuir sentidos aos fatos narrados, decifrar o não dito que se esconde nas palavras do narrador. Por último, é estabelecer relações entre o narrado e o histórico social, uma vez que toda narrativa expressa o tempo em que foi produzida (COSTA, 2014, p. 58).

A história oral, como qualquer metodologia, apenas ordena e estabelece procedimentos de trabalho para a captação das informações através das entrevistas e depoimentos. De posse dessas informações, os historiadores da oralidade podem imergir nas relações entre história e memória e possibilitar a elaboração de novos conhecimentos. A história oral ganhou, nos últimos anos, confiabilidade e alcançou reconhecimento nos meios acadêmicos. Neste sentido, Joutard esclarece que:

Estamos persuadidos de que a história oral não está mais em suas primícias. Chegou já à primavera e é cada vez mais reconhecida e compreendida nos círculos acadêmicos mais tradicionais. Os que contestam a fonte oral travam combates ultrapassados. Em contrapartida, como em todo fenômeno que atinge a maturidade, o risco de perda de vitalidade, de banalização é real. Seu segundo desafio é o de permanecer fiel à sua inspiração inicial. Neste segundo desafio é preciso saber respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono (JOUTARD, 2000, p. 33).

Diante do exposto, iremos utilizar a história oral como metodologia de nossa pesquisa. As entrevistas e depoimentos serão coletados junto aos nordestinos e a seus descendentes que residem em Palmas. Além disso, faremos rico levantamento fotográfico de eventos, festas e manifestações de origem nordestina juntamente com os respectivos históricos.

CAPÍTULO 2

Palmas: um novo começo para o norte goiano

Tecida de significados fragmentados, Palmas, capital do estado do Tocantins, constitui-se num território da utopia e abriga em seu tecido projeções de uma visão de mundo refratária à modernidade, possível de ser compreendida nos limiares, ao longo de suas quadras, no contorno de suas construções, nas mentes vivas que a habitam, no enfebrecimento das possibilidades intelectuais a penetrar profundamente na sua linguagem imaginativa.

Valéria Cristina Pereira da Silva, 2009, p. 147.

Este capítulo tem como objetivo inserir os nordestinos dentro do contexto de criação de Palmas e, ao mesmo tempo, inserir Palmas no contexto de criação do Tocantins.

2.1 O discurso autonomista do Tocantins

O livro *O discurso autonomista do Tocantins* — resultado da tese de doutorado da professora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante — reflete sobre as origens da ideia de autonomia política do norte de Goiás. A autora enfatiza que a ideia de um discurso autonomista contínuo e único durante todo o período estudado é errada, existindo, na verdade, discursos específicos e circunstanciais em função de certas particularidades e momentos históricos distintos.

Como esse discurso autonomista é retomado pela autora em vários momentos diferentes, o tempo histórico por ela analisado se torna relativamente longo. Assim, seu texto divide-se em três momentos históricos específicos: os anos 20 do século XIX (1821-1823); a década de 1950 (1956-1960); e as duas últimas décadas do século XX (1985-1988). Tomaremos como fio condutor do processo histórico de criação do estado do Tocantins a periodização feita pela professora Cavalcante.

Antes de adentrarmos as concepções do discurso autonomista, precisamos lançar certo olhar para a questão da manutenção do conceito de território nacional, presente desde a independência brasileira. Comparado à América Espanhola, o Brasil manteve-se unificado no contexto de sua separação em relação a Portugal. No entanto, apesar de não existir nenhum movimento de esfacelamento territorial no contexto geral, isso não foi verificado dentro das fronteiras internas. Neste sentido, Martins comenta que:

O território nacional não se esfacelou, é verdade, pois as elites políticas souberam garantir a unidade territorial e a vigência do domínio do poder central dentro do território brasileiro, derrotando as forças do “particularismo” e da separação. Entretanto, o mesmo não pode ser dito quando se observa o interior do estado nacional brasileiro, marcado pela existência de mais de uma dezena de movimentos separatistas ou autonomistas, alguns existentes desde o período colonial. Se o Brasil não se esfacelou “para fora” (forças centrífugas) ele fragmenta-se “para dentro” (forças centrípetas). Ao longo da história política e social brasileira, observa-se esse fenômeno, isto é, o de fragmentação das capitanias, depois das províncias e agora dos estados (MARTINS, 2001, p. 266).

2.1.1 O norte goiano no contexto da capitania de Goiás — anos 20 do século XIX

O Tocantins ou norte de Goiás (como era conhecido), está inserido no contexto da descoberta de veios auríferos no sertão de Minas Gerais e, por extensão, nas regiões mais centrais durante o processo de interiorização do país. Seguindo a periodização histórica proposta por Cavalcante, iremos analisar os antecedentes históricos que culminaram nos episódios de 1821.

Desde meados do século XVIII, já havia sido estabelecida a capitania de Goiás que, em 1748, foi desmembrada da capitania de São Paulo, fixando sua sede em Vila Boa. Mais ao norte, para além de Vila Boa, outros veios auríferos surgiram, levando povoamento para aquela região e estabelecendo o que chamaremos, posteriormente, de norte da capitania.

Diante disso, surge a questão sobre a cobrança de impostos na região, em especial no norte da capitania, que passou a ter uma cobrança de impostos diferente daquela direcionada ao centro-sul de Goiás. Segundo Palacin:

Acreditava-se que, em vez de ser cobrado o quinto em ouro em pó sobre a produção das minas auríferas, seria mais seguro determinar uma taxa de imposto sobre cada escravo utilizado, acrescida de uma sobretaxa para as minas do norte. Nesse sentido, ficou estabelecido que a cobrança para as minas do Sul seria a mesma que vigorava em Minas Gerais, isto é, “quatro oitavas e três quartos. Em Crixás, de mais alto rendimento, elevou-se a seis oitavas e um quarto” (PALACIN, 1990, p. 9).

Como se nota, era uma discussão sobre utilizar o quinto ou a capitação. Nos casos em que o controle da circulação do ouro era mais difícil, como acontecia no norte de Goiás, a Coroa Portuguesa geralmente utilizava a capitação. Para isso, as casas de fundição foram criadas. Alencastre observa que:

Regressando à capital em setembro, foi-lhe presente a provisão de 3 de dezembro de 1752, que mandava fundar em Traíras, ou São Félix, uma casa de fundição para maior comodidade dos povos; teve por isto que seguir de novo para o norte, e, chegando a S. Félix, fez comprar do padre Luís de Cerqueira uns prédios que aí possuía, e os terrenos precisos para a construção da casa de fundição, intendência e quartel (ALENCASTRE, 1979, p. 123).

No final do século XVIII, a colônia viu a produção aurífera entrar em decadência e a estrutura administrativa na capitania de Goiás tornou-se desnecessária. Neste sentido, duas medidas foram tomadas: o fechamento da casa de fundição do norte de Goiás, localizada em São Félix, e a divisão da capitania em duas comarcas — a de Goiás e a do norte goiano. Cavalcante relata esse fato:

O Alvará de 18 de março do ano de 1809 declarava, conforme Silva (1982, p. 79), criada a nova Comarca com sede em São João das Duas Barras. E estabelecia que a sua jurisdição se estendia aos julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Traíras e Flores, tendo sido o desembargador Joaquim Teotônio Segurado, Ouvidor de Capitania

de Goiás desde 1804, designado para o seu Governo (CAVALCANTE, 2003, p. 25).

De acordo com o alvará, a nova comarca deveria ser construída na confluência do rio Araguaia com o rio Tocantins, ou seja, nos limites do extremo norte daquela capitania. Desde o início, Teotônio Segurado, grande conhecedor da região e ouvidor da nova comarca, mostrou-se contrário a esse projeto e obteve do Príncipe Regente um outro local para construir a nova sede:

Como meio de fomentar o comércio e a navegação do Tocantins e do Araguaia, se mandara criar a vila de S. João das Duas Barras para a cabeça da comarca do norte; mas, não podendo realizar-se esta criação, por não quererem os povos estabelecer-se na localidade escolhida, que ficava a grande distância dos arraiais, requereu-se a sua transferência para outro ponto que proporcionasse mais comodidades aos povos, entretanto conciliasse os mesmos interesses que se teve em vista promover. Por alvará de 25 de fevereiro de 1814 ordenou-se que, na Barra da Palma, fosse criada uma nova vila com a denominação de S. João da Palma, a cujos habitantes se concedeu isenção de décimas e dízimos por tempo de dez anos; e, porque não queria o príncipe regente extinguir a S. João das Duas Barras, foi conservada a denominação de vila comarca, gozando os seus habitantes dos mesmos favores, apenas com a diferença de não ser a cabeça da comarca (ALENCASTRE, 1979, pp. 321-322).

Dessa forma, a sede da nova comarca foi construída e nomeada de São João das Duas Barras; posteriormente, São João das Palmas; hoje é a cidade de Paranã. Desde cedo, Teotônio Segurado entendeu a importância do rio Araguaia para a região, até mesmo em virtude da decadência da mineração. Neste sentido, incentivou a rota comercial fluvial em detrimento da rota terrestre:

[Teotônio Segurado] tinha a convicção de que, para a Província se desenvolver, seria necessário, obrigatoriamente, o incremento do comércio com o Pará, privilegiando, assim, a via de comunicação natural entre essas regiões — a via fluvial — em detrimento daquela de que se valia a rota comercial mais importante até então — a via terrestre — que ligava a Província à Bahia, a Minas Gerais e a São Paulo e que prejudicava o comércio regional por causa do elevado custo dos produtos importados (CAVALCANTE, 2003, pp. 29-30).

O papel de Teotônio Segurado na região foi tornando-se cada vez mais relevante, uma vez que, como ouvidor, ele representava a autoridade governamental mais importante naquela área da capitania.

À frente do processo de separação entre Portugal e a colônia, Teotônio Segurado foi escolhido para ser o representante da comarca do norte nas cortes portuguesas; esperava-se, com isso, que o sentimento de independência fosse aplacado. Sob este enfoque, o capitão-general Sampaio, da província de Goiás, foi deposto e uma junta provisória assumiu o seu lugar. Em função dos acontecimentos na sede da província, houve uma repercussão no norte de Goiás, conforme demonstra Oliveira:

Nessa perspectiva, à instalação do governo independente no norte goiano contava com a adesão e o total apoio do ouvidor Joaquim Teotônio Segurado que, como forma de viabilizar a implantação do governo, elaborou e defendeu a imediata adoção de determinadas medidas econômicas, tais como a abolição de vários impostos, a organização da força policial e a suspensão de remessas de dinheiro para o sul de Goiás. Nessa linha, organizou, e instalou em 14 de setembro de 1821, o governo provisório do norte de Goiás, tendo como presidente Joaquim Teotônio Segurado e secretário o padre Francisco Coelho de Matos (OLIVEIRA, 2004, p. 15).

Os argumentos utilizados por Teotônio Segurado para a ruptura podem ser encontrados nas suas próprias palavras, já como presidente da recém-instalada província do norte de Goiás:

Habitantes da comarca de Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou por ser rebatido por força superior. Eles continuam na escravidão, e até um dos principais habitantes desta comarca ficou em ferros. Palmenses! Sejamos livres e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos gozar as vantagens que nos promete a Constituição! [...] Palmenses, ânimo e união! O Governo cuidará de vossa felicidade. Viva a nossa santa religião, viva o Senhor D. João VI, viva o Príncipe Regente e toda a casa de Bragança; viva a constituição que se fez nas Côrtes reunidas de Lisboa (SEGURADO, 1821 apud ALENCASTRE, 1979, pp. 358-359).

Segundo Cavalcante (2003), o discurso acima perpassou gerações e foi apropriado por todos os políticos que, posteriormente, abraçariam a bandeira de separação entre o norte goiano e o restante de Goiás.

No caso das articulações de autonomia política das lideranças do norte do Goiás, em seus momentos peculiares — 1821/1823 e anos 1980 — o discurso é repetitivo quanto ao posicionamento de algumas lideranças municipais. Entretanto, no que se refere às relações sociais e políticas e econômicas em jogo, a transformação é peculiar em cada um de seus tempos. Tanto que o município de Arraias, significativo politicamente no norte do Goiás, repetiu, no discurso dos anos 1980, a divisão das lideranças

políticas ao apoiar o projeto de autonomia regional. Entretanto, no campo de relações políticas, no mesmo projeto de autonomia dos anos 1980, a posição que venceu foi a das lideranças de Arraias, mas expressivas politicamente, com representações federal e estadual em Goiás, favoráveis à criação do estado do Tocantins (CAVALCANTE, 2003, p. 39).

Ao encerrar as discussões sobre os anos iniciais do século XIX, Cavalcante levanta uma questão importante quanto ao discurso autonomista de Teotônio Segurado: autonomia em relação às cortes em Lisboa ou ao governo estabelecido no Rio de Janeiro? Duas vertentes podem ser identificadas: a primeira assinala que houve tentativa de dificultar o movimento de independência nacional, ao passo que a segunda afirma que Teotônio defendia apenas a causa independencista do norte goiano, sem preocupar-se com a questão nacional:

A instalação do Governo Provisório de Cavalcante insere-se nos movimentos nacionais de emancipação política nas primeiras décadas do século XIX. [...] Contudo, considerar a posição de Segurado — de não abraçar a causa da independência nacional — como um fator decisivo quanto à desintegração do Governo Independente do Norte parece não corresponder aos fatos que evidenciaram o desfecho dos acontecimentos em 1823. Isso porque bastou apenas uma tentativa concreta da Comarca do Sul de reunificação da Província, na pessoa do padre Camargo Fleury, para que ela se realizasse (CAVALCANTE, 2003, p. 47).

Naquele momento, dentre as lideranças políticas do norte de Goiás, Teotônio Segurado foi quem melhor expressou o ideal autonomista ao instalar a comarca do norte e ao romper com a sede da província de Goiás, entre 1821 e 1823, quando o norte tornou-se autônomo e independente de Vila Boa. Todavia, com a proclamação da independência nacional e a separação em relação a Portugal, o ideal de separação do centro-sul goiano foi sufocado, pois o próprio Imperador D. Pedro I não reconheceu a junta que governava o norte. Logo, com o passar dos anos entre o Império e o início da República, o norte de Goiás, quando comparado ao centro-sul, manteve-se isolado do restante do país e relegado a segundo plano.

2.1.2 O discurso autonomista no século XX — anos 1950

Seguindo a periodização proposta pela professora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, observamos o surgimento — em Porto Nacional, já no período da República, entre 1956 e 1960 — de uma (re)criação do discurso autonomista pelas elites do norte de Goiás. Durante o início da República e as primeiras décadas do século XX, essa região não tinha nenhuma representação, de modo que todo o processo político era monopolizado pela capital e girava em torno de duas famílias políticas: os Bulhões e os Caiados. Esse quadro muda um pouco, conforme expõe Cavalcante:

O monopólio da capital só será suplantado com o arranjo político oligárquico denominado democrático. O “arranjo democrático”, expressão do domínio oligárquico dos Caiado, perdurou incontestemente até 1930. Considera-se que sua base de sustentação política seja resultado do tripé: Goiás, Morrinhos e Porto Nacional (CAVALCANTE, 2003, p. 61).

Apesar do isolacionismo político em relação à capital, o sentimento de autonomia do norte de Goiás não desapareceu:

O discurso autonomista no norte goiano, portanto, sobreviveu, nas primeiras décadas da República — por intermédio da imprensa local, ainda que restrito geograficamente o Porto Nacional — uma situação compreensível, considerando-se que, do ponto de vista econômico, a cidade ocupava posição de destaque e influência sobre toda a região Norte, dado o vínculo comercial com Belém, através do rio Tocantins. Politicamente, foi também a única cidade da região que manteve representação constante na Câmara Federal. Entretanto, não interessava à oligarquia dominante local, naquele momento, a autonomia política do norte goiano, uma vez que a unidade do estado facultava-lhe manter compromisso coronelista com as oligarquias do centro-sul, que consolidava o seu domínio político na região, e impedia a coesão política interna em torno de uma causa que colocasse em risco os interesses das lideranças locais que, até o “arranjo democrático”, permanecera incógnita no contexto político goiano. [...] Esta posição política da elite regional evidencia o pacto coronelista da oligarquia caiadista com a oligarquia Ayres, de Porto Nacional. O discurso autonomista, nesse momento, aparece vinculado a posições pessoais de disputas, afirmação e representação do poder na região norte do Goiás. Ainda que ali já existissem partidos políticos, estes não representavam “a adoção de uma corrente ideológica”, mas o pragmatismo e o poder pessoal local (PALACIN, 1990 apud CAVALCANTE, 2003, pp. 62-63).

Vale mencionar que, mesmo sem ser a bandeira oficial dos políticos da região, o tema da autonomia permaneceu nas pautas de discussões políticas durante as décadas de 1930 e de 1940:

Mesmo a partir dos anos 1930, com a nova composição de poder, a problemática da configuração geográfica nacional fora retomada nas discussões internas da Assembleia Nacional Constituinte, convocada para elaborar a Constituição de 1934. A questão prossegue na Constituição de 1937, com tendência ao fortalecimento do executivo federal, e, a partir daí, a divisão territorial passa a ser atribuição exclusiva do presidente da República (CAVALCANTE, 2003, p. 65).

Também, nos anos 40, no norte de Goiás, houve quem estivesse a favor do Território do Tocantins, o citado major brigadeiro do ar, Lysias Augusto Rodrigues. Este chegara à região no início da década de 30, a fim de verificar as possibilidades de ali se instalarem campos de aviação para estabelecer uma nota econômica entre Miami e Buenos Aires. Para tanto, percorreu todo o Vale do Tocantins a cavalo e a canoa. E pôde constatar: “não há lugar do Tocantins em que se chegue que não fale das riquezas que há” (CAVALCANTE, 2003, p. 66).

Em 13 de maio de 1956, foi lançado, em Porto Nacional, o Movimento Pró-Criação do Tocantins, como um grito emancipacionista do norte goiano. Cavalcante assinala que:

A manifestação de 13 de maio de 1956, lançada em Porto Nacional, insere-se nessa conjuntura econômica nacional. A reivindicação se justificava, também, pela política de o Governo Federal promover a integração do Brasil via ocupação do Centro-Oeste. Assim como Brasília, o estado do Tocantins viabilizaria esse propósito de integração nacional. [...] A “proclamação autonomista” fez-se representar, inicialmente, pelo Judiciário de Porto Nacional, Juiz dessa comarca, dr. Feliciano Machado Braga, que, a partir daí, assumiu a liderança do movimento com o apoio político de César Fabrício Freire e Osvaldo Ayres da Silva, ambos de Porto Nacional (CAVALCANTE, 2003, p. 79).

Para garantir que o movimento se efetivasse de forma concreta, algumas medidas foram tomadas pela Câmara Municipal de Porto Nacional:

A Comissão de Estruturação Jurídica (CEJET), citada no artigo 3º dessa Resolução, foi criada em agosto de 1956, sob a presidência do Juiz de Direito da Comarca de Porto Nacional, dr. Feliciano Machado Braga, com a finalidade de dar sustentação jurídica a todos os atos necessários à criação do novo estado. Essa Comissão tinha um caráter suprapartidário e congregava lideranças de diversos partidos políticos ou, ainda, quem não estivesse vinculado a nenhuma agremiação. Em matéria publicada no jornal *O Estado do São Paulo*, essa particularidade do movimento foi ressaltada como fator favorável para que “a campanha se desenvolva fora do âmbito das refregas políticas” e reconheceu-se que, de fato, durante as reuniões e assembleias realizadas em Porto Nacional, e mesmo nas conversas mantidas pelo enviado especial com os mais fervorosos e entusiasmados pelas ideias do estado do Tocantins, não se fez, mesmo de passagem, alusão a este ou àquele grupo político. As siglas dos partidos somente eram citadas quando se perguntava a que agremiação pertencia um ou outro vereador presente à convenção da cidade (CAVALCANTE, 2003, p. 81).

Vale resaltar que o discurso autonomista retomado em 1956 era bem diferente daquele feito por Teotônio Segurado e buscava, entre outras coisas, apresentar as diferenças entre o centro-sul e o norte de Goiás. No que diz respeito ao impacto desse movimento, Cavalcante assinala que:

[...] a campanha de mobilização popular conduzida pelo Juiz não fora, em princípio, levada a sério pelas autoridades políticas de Goiás, que entendiam ser aquele gesto uma diversão do magistrado “à custa da ingenuidade de alguns emancipacionistas fanáticos”. Os acontecimentos em Porto Nacional só começaram a ser questionados pelas autoridades goianas quando o referido Juiz, em documentos despachados para a capital do estado, imprimiu nos envelopes e nos papéis oficiais as palavras: “Porto Nacional — estado do Tocantins”, seguidas da data do despacho. Entretanto, acreditavam que a construção de Brasília enfraqueceria a reivindicação autonomista do norte de Goiás, que o esvaziamento desse discurso autonomista era só uma questão de tempo, isto é, até o termo da instalação da capital federal em Brasília. Mas não era esse o pensamento do dr. Feliciano Machado, que, em entrevista ao jornal [*O Globo*, 25.9.1958], declarou: “O estado do Tocantins é uma consequência e um complemento lógico de mudança da capital federal para Brasília. Pensa-se com determinação na construção de uma, mas não relega-se a segundo plano a estruturação jurídica do outro. Compreende-se a oportunidade de ambos. O estado do Tocantins vem corroborar tudo aquilo que Goiás pregou, ou seja, a interiorização da civilização, fixação do homem ao solo, marcha para o Oeste, e ainda, a valorização e defesa da Bacia Amazônica” (CAVALCANTE, 2003, p. 83).

Em 1957, a deputada Almerinda Arantes apresentou uma emenda à Constituição Estadual, criando o estado do Tocantins a partir do Paralelo 13. Nesse mesmo ano, vários movimentos foram realizados em prol do Tocantins, dentre os quais a comemoração de um ano da autonomia, no dia 20 maio do referido ano. Utilizando como referência o jornal *O Estado do Tocantins*, publicado em oito de agosto de 1957, Cavalcante assinala o discurso do deputado Paulo Malheiros sobre a autonomia do norte de Goiás:

Em discurso pronunciado na tribuna do Legislativo, o deputado Paulo Malheiros chamou a atenção para os seguintes aspectos: primeiro, lembrava aos companheiros de bancada que a ideia autonomista era “todo o povo do norte goiano desde que é norte”; segundo, a tese de criação do estado do Tocantins foi uma das que mais apaixonaram os congressistas brasileiros por ocasião do Congresso dos Municípios Brasileiros, realizado naquele ano, no Rio de Janeiro, e no qual, também, foi levantada a proposta de se criar o estado do Tapajós, uma área que deveria ser desmembrada do Pará; terceiro, advertia para o fato de a criação do estado do Tocantins e a construção de Brasília serem “ideias-irmãs, gêmeas, que nasceram numa mesma época, em 1832, com o objetivo de transplantar a civilização para o interior do Brasil. Assim, ambos se completariam e concorreriam para uma mesma finalidade: a interiorização do progresso” (CAVALCANTE, 2003, p. 91).

Em maio de 1961, o dr. Feliciano Machado Braga foi transferido para Anápolis e o sonho de criação do estado do Tocantins foi novamente enterrado. Aliado a esse fato, o governo estadual já havia se manifestado contrário ao processo de separação do norte goiano:

O Executivo Estadual havia, definitivamente, se posicionado contra, por considerar o norte de Goiás sem as mínimas condições econômicas ou populacionais de erigir-se como estado. Essas razões foram apontadas pelo governador Juca Ludovico em entrevista publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, tendo como título “Problemas que surgirão com a criação de um novo estado”. Salientou o fato de a região não dispor de recursos próprios, considerando que a arrecadação de impostos ali gerados não oferecia fundos suficientes para sua manutenção. A problemática da legalização das terras devolutas também contribuiria para despovoar a região, uma vez que a população rural pobre não teria condições de pagar os impostos que o novo estado imporia às terras. A extensão da região e sua peculiaridade, matas inexploradas e acesso difícil [...] (CAVALCANTE, 2003, p. 99).

Encerra-se, assim, mais um ciclo do discurso autonomista de Tocantins sem que, de fato, existissem condições concretas para sua criação.

2.1.3 O discurso autonomista no final do século XX — anos 1980

O discurso autonomista reaparece nas décadas de 1970 e 1980, o que permite que reflitamos sobre a criação do estado do Tocantins dentro da Constituinte de 1988.

É bem verdade que, desde a década de 1950, esse discurso sempre foi recorrente, de modo que pelo menos duas entidades, ainda que não oficiais, surgiram nesse processo: a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog) e a Comissão de Estudos do Norte Goiano (Conorte). Ambas contribuíram, em larga medida, para que o tema da autonomia permanecesse na pauta de discussões, bem como para promover estudos que aprofundassem a distinção entre o norte goiano e o restante do estado.

O trecho abaixo revela em que circunstâncias históricas a Conorte foi fundada:

O momento de redefinição do poder político nacional abriu espaço para que se levantassem questões buscando o princípio democrático de autodeterminação e representação dos povos e, com este, o princípio do

federalismo, vigente na Constituição Brasileira. A expectativa de uma nova composição de poder que validasse esses princípios estimulou a recriação do discurso em defesa dos interesses do norte goiano — sustentado, inicialmente, por lideranças políticas e intelectuais, radicadas em Goiânia e Brasília e comprometidas com o desenvolvimento daquela região. Para tanto, fundaram, em 1981, na capital federal, uma Comissão de Estudos do Norte Goiano (Conorte) que, segundo o seu presidente, Joacir Camêlo Rocha, era “uma entidade civil, apartidária e defensora intransigente do desenvolvimento da região norte do estado de Goiás em cujo escopo situava-se também a criação da nova unidade federativa” (CAVALCANTE, 2003, p. 110).

Apesar dos esforços empenhados pela Conorte, o norte goiano continuava à mercê de questões ligadas à posse de terras, ao isolacionismo com relação aos principais órgãos do governo estadual e ao velho e mesmo abandono das classes políticas. Todavia, o discurso autonomista se reforça no momento em que o sul do Mato Grosso decide se separar do restante do estado, graças à prosperidade econômica que havia alcançado. Em 1977, o governo federal aprova o projeto de criação do Mato Grosso do Sul, separando-o do restante do Mato Grosso, cuja capital continuou sendo Cuiabá. Nos anos seguintes, os debates envolvendo a abertura política do Brasil passaram a sintonizar com a defesa da criação do estado do Tocantins.

Nesse contexto, a Conorte foi responsável pela sistematização das causas que explicariam a criação do Tocantins. No intuito de elaborar um projeto efetivo que justificasse a criação do novo estado, a comissão realizou estudos e articulou reuniões. Desse modo, em abril de 1982, foi promovido um congresso para que a viabilidade econômica da região fosse debatida, o que resultou, em 13 de maio de 1982, n’A *Carta do Tocantins*. Esta foi assinada pela Conorte e apresentava, dentre outras questões, a viabilidade econômica da região.

Diante dos novos rumos da política brasileira e motivado pelas possibilidades de criação de um novo estado, Siqueira Campos elaborou, na Câmara dos Deputados, o projeto de Lei Complementar nº 1, de 1983, que, ao passar pelo Senado Federal, recebeu o nº 218, em 1984. As duas casas legislativas o aprovaram por unanimidade. Todavia, o então presidente da República, José Sarney, alegando os elevados custos de implantação de um estado, vetou o projeto por duas vezes.

Apesar dos vetos, José Sarney demonstrou-se favorável à criação do estado do Tocantins na Constituinte de 1986. A esse respeito, transcrevemos abaixo o depoimento do senador Henrique Santillo:

Siqueira Campos e eu estivemos com José Sarney e o José Sarney fez um acordo comigo. Estávamos iniciando o processo constituinte, as eleições para a Constituinte, e o presidente Sarney vetara aquele projeto, naquele momento, mas se comprometeria conosco de ser favorável na Constituinte na criação do novo estado. Foi assim que nós fizemos: o acordo com o presidente José Sarney, aceitando o veto, mas, ao mesmo tempo, obtendo dele o compromisso de que ele estaria favorável na Constituinte. A constituinte que se elegeria naquele ano e assumiria em janeiro de 87 seu papel e ele na constituinte estaria do nosso lado, portanto, favorável à criação do novo estado (HENRIQUE SANTILLO, 1985 apud CAVALCANTE, 2003, p. 116).

A criação de Tocantins ficaria mesmo a cargo da Assembleia Nacional Constituinte. A prova de que isso seria possível veio com a votação maciça de Henrique Santillo para assumir o cargo de governador no norte goiano, sobretudo porque ele defendia a bandeira de separação entre o norte de Goiás e o restante do estado. Cavalcante assinala que:

A eleição de Henrique Santillo, com votação majoritária na região norte de Goiás, indicava que a aprovação popular do novo Governo estava intimamente associada à posição claramente assumida pelo candidato com as demais representações do PMBD — partido mais estruturado na região — em quase todos os diretórios dos sessenta municípios do norte de Goiás. Ao manter o compromisso, na condição de Governo, rompeu com as práticas denunciadas nos períodos do norte goiano, em distintos momentos de sua história, de que a região só era lembrada por ocasião das eleições, em que os candidatos apareciam com “as malas cheias de promessas”. Passado o pleito eleitoral, o norte voltava a ser o que era antes: esquecido e abandonado. [...] “Pobre norte, é sempre assim!”, relatava a *Folha do Norte*, de 1892, em Porto Nacional (CAVALCANTE, 2003, p. 134).

Sob esta perspectiva, o projeto de criação do estado do Tocantins apresenta-se, pela primeira vez, acompanhado das forças políticas necessárias para sua aprovação, em um ambiente político capaz de promover um debate em defesa da autonomia do norte goiano.

No contexto regional, após a eleição de Henrique Santillo para governador, o norte goiano, responsável por sua vitória, esperava uma maior participação política do novo governo, algo que não se confirmou:

O norte está frustrado. Faltou à região um *lobby* que garantisse o que praticamente estava conquistado, que era a participação de nossos representantes no secretariado do Governo eleito, Henrique Santillo, desabafou o prefeito de Cristalândia/PMDB e vice-presidente da Associação dos Municípios do Vale do Araguaia e Tocantins ante a participação do norte no primeiro escalão do Governo. Segundo o Prefeito, apenas um nome fora indicado para o primeiro escalão e, ainda assim, “para a Secretaria de Desenvolvimento Social, uma Secretaria sem peso, sem força alguma nas decisões a nível de estado”. Entendia que as secretarias que poderiam beneficiar a região norte seriam a da Fazenda, a do Planejamento e mesmo a do Interior, e que, “para ser atingida a proporcionalidade devida ao norte, o certo seria a destinação de quatro secretarias”. Decepcionado com a representação do norte no secretariado do Governo, disse: “o norte fica decepcionado com o anúncio desse secretariado e mais uma vez se sentindo lesado em suas pretensões. Só nos resta agora fazer um *lobby* para colocar a criação do estado do Tocantins decisivamente na Constituinte, pois, assim, o norte deixará de ser iludido em campanhas políticas e de resolver os problemas de votos dos outros” (O POPULAR, 10.10.1987 apud CAVALCANTE, 2003, p. 139).

Com a frustração política e os encaminhamentos ainda incertos na constituinte, os debates sobre a emancipação do norte goiano passaram a ser promovidos pela Assembleia Legislativa de Goiás que:

[...] tornou-se o espaço onde as articulações políticas regionais pela divisão do estado foram viabilizadas. Nesse sentido, o deputado Totó Cavalcante defendeu, em março de 1987, a formação de uma Comissão Especial Pró-Tocantins, com os deputados eleitos pelo norte: João Cruz, Brito Miranda, Hagahus Araújo, do PMDB, e João Ribeiro, do PFL, e propunha a coleta de assinaturas e subsídios a serem apresentados à Assembleia Nacional Constituinte a favor da criação do novo estado. O momento político e econômico vivido pela Nação estava mobilizando toda a população brasileira, e, em Goiás, o assunto dominante era, sem dúvida alguma, a nova estrutura a ser dada pela Constituinte à divisão territorial do estado, com a criação do Tocantins (O POPULAR, 15.3.1987 apud CAVALCANTE, 2003, p. 142).

Além disso, a vasta literatura da época comprova que políticos de diversos partidos apoiavam a luta pela criação do estado do Tocantins. Ademais, existiam outros projetos cujo enfoque também era o desmembramento de estados: o de Santa Cruz (no sul da Bahia), do Triângulo (no oeste de Minas) e de Juruá e Tapajós (na Região Norte), bem como o projeto que previa a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em estados.

A vantagem do norte goiano, sob esta ótica, podia ser verificada nos estudos, já bastante divulgados, sobre a viabilidade econômica do desmembramento, bem como na mobilização social em torno do tema. Em função disso, houve expressivo apoio das lideranças políticas nacionais em torno do

debate. Cavalcante, utilizando trechos extraídos do jornal *O Popular* comprova esse apoio:

O presidente nacional do PDS, Jardas Passarinho, disse: “O estado do Tocantins é o único que tem chances de ser criado em curto prazo”; o relator da Constituinte, Bernardo Cabral/PMDB, afirmou: “dos projetos que tramitam na Constituinte e que estão relacionados à criação de estados, o único que até agora tem recebido a unanimidade de todos os segmentos sociais é exatamente o Tocantins”; o presidente da Constituinte, Ulisses Guimarães, em encontro com lideranças do norte, também afirmou: “queremos o estado do Tocantins, pois a proposta é justa”; o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, defendeu: por entender que esse novo estado atende aos requisitos básicos para a sua efetivação que são: a vontade da população de criá-lo e a existência de recursos econômicos para mantê-lo. Tantas vezes já veio esse pedido aqui que nos dá a sensação que existe uma vontade nessa direção. A Constituinte tem poder para aprovar novos estados, desde que naturalmente ouça a população do estado de Goiás sobre o desmembramento” (O POPULAR, 1987 apud CAVALCANTE, 2003, p. 145).

Apesar de apresentar viabilidade econômica, de contar com o apoio de políticos e da população de Goiás e do norte goiano, o projeto estava ameaçado, tendo em vista que nem todos os estados contemplados pela Comissão de Organização do Estado — comandada pelo senador José Richa, vinculado ao PMDB do Paraná — poderiam ser criados:

A ameaça de o projeto do Tocantins ser excluído do texto constitucional foi amplamente debatida no plenário da Assembleia Legislativa, que formou uma comissão pluripartidária de deputados para tratar exclusivamente a questão com o senador. Essa comissão de deputados era constituída pelos representantes do PMDB: João Ribeiro, Edmundo Galdino, Hagahus Araújo e Brito Miranda; do PFL: João Ribeiro; do PDC: Heli Dourado; do PT: Athos Magno; e do PDS: Wolney Martins. Além dessa comissão, a Assembleia aprovou uma moção de apoio ao Tocantins, por iniciativa do líder do Governo Brito Miranda, para que a Comissão de Organização dos Estados, “não frustrasse essa luta, que não pertence só às autoridades, mas à unanimidade da sociedade de Goiás, em particular à tocaninense”. Segundo o Presidente do Legislativo, essas manifestações eram necessárias para “garantir a criação do novo estado na Constituição que seria promulgada no final do ano” (O POPULAR, 10.6.1978 apud CAVALCANTE, 2003, p. 147).

Diante disso, medidas foram tomadas para que o projeto tramitasse dentro da Comissão, de modo que houvesse a separação entre o projeto de criação do estado do Tocantins e os projetos de criação de outros estados. Sob este enfoque, foi realizada ampla pesquisa sobre o desmembramento do norte goiano e diversas

assinaturas foram coletadas em todo o estado de Goiás, demonstrando-se favoráveis ao desmembramento em questão. Dessa forma, o sonho se concretiza:

O projeto de Tocantins foi apreciado e aprovado, em julho de 1987, pela Comissão de Sistematização, que o incluiu no artigo 438 do projeto da Constituição. Ficava, portanto, separado do artigo 440, que se referia à Comissão de redivisão Territorial do País. O texto aprovado estabelecia o seguinte critério: “a criação de novos estados ou a fusão de unidades da Federação estarão submetidas a plebiscito das populações diretamente interessadas na aprovação da Assembleia Legislativa e do Congresso Nacional” [O Popular, 12.7.1987]. No caso do Tocantins, o plebiscito se realizaria na data das eleições municipais de 1988, e, em todo o estado de Goiás, com instalação prevista para 1990 (CAVALCANTE, 2003, p. 149).

O estado do Tocantins estava finalmente criado, pelo menos dentro dos trabalhos das comissões da constituinte. Faltaria apenas a promulgação da constituinte para que, de fato, a criação se tornasse efetiva. Enquanto aguardavam a promulgação, os políticos se articulavam para o processo pós- criação, o que incluiu uma vigília cívica em todo o norte goiano. Antes mesmo de promulgada a nova Constituição, uma questão agitava os políticos nortenses: como seria a escolha do primeiro governador do Tocantins — uma indicação do presidente da República ou uma eleição direta? Conforme o trecho a seguir:

A exigência de eleições diretas para a escolha do Governo do Tocantins implicou alterações no artigo 6º aprovado, em 15 de novembro de 1987, pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Em 29 de junho de 1988, a Constituinte aprovou por 367 votos, com apenas um contra de 11 abstenções, a fusão de emendas no artigo 6º que criava o estado do Tocantins, eliminava o plebiscito no norte, marcava eleições diretas para governador, vice, deputados e senadores 75 dias após a promulgação da Constituição e posse dos eleitos e a instalação do novo estado 46 dias depois das eleições estaduais. A emenda fora assinada em coautoria pelos deputados Siqueira Campos/PDC, o principal articulador do acordo que viabilizou a fusão das emendas, José Freire/PMDB e pelos senadores Iram Saraiva/PMDB e Mário Covas/PSDB. Este resultado significava que o estado do Tocantins só não seria criado se a Constituição não fosse promulgada (O POPULAR, 30.6.1988 apud CAVALCANTE, 2003).

Definidas as eleições diretas para todos os cargos do governo estadual, as forças políticas do Tocantins logo se articularam, sobretudo porque o prazo era pequeno e muitas eram as variáveis. De um lado, formou-se a União do Tocantins, coligação que tinha como candidato a governador o então deputado federal Siqueira Campos. Do outro, o PMDB lançou também seu deputado federal, José Freire, como candidato a governador. No dia 15 de novembro de 1988, o novo estado foi às urnas

e de lá saiu vitoriosa a coligação União do Tocantins, sendo Siqueira Campos eleito como o primeiro governador do Tocantins.

Definida a estrutura político-administrativa do novo governo, uma outra questão colocou em lados opostos os políticos do Tocantins: a criação da nova capital. Os líderes políticos das principais cidades do Tocantins — Gurupi, Araguaina, Paraíso do Norte e Porto Nacional — pleiteavam que elas fossem a sede do novo estado. Contrariando todas as expectativas, lançou-se como sede uma capital que fora construída onde não houvera nenhuma outra cidade, conforme podemos observar no trecho abaixo:

Finalmente, em 20 de maio de 1989, foi lançada a pedra fundamental da nova capital. Em seu discurso, Siqueira Campos saudou os nomes que o antecederam no projeto político da criação do estado do Tocantins: “Em todas as ações, ao iniciá-las, sempre evocamos uma homenagem que nunca poderá deixar de ser prestada aos nossos vultos históricos. Hoje nós estamos aqui, reunidos, no dia em que transcorre o aniversário de uma data muito importante: o dia da publicação do primeiro manifesto à Nação, assinado pelas figuras maiores do doutor Feliciano, Oswaldo Ayres e Fabrício César Freire”. Escolheu-se esta data para celebrar o aniversário da nova capital, traduzido no gesto simbólico da pedra fundamental, revelando que o processo de autonomia do então norte goiano estava representado e solidificado, a partir daquele momento, na construção da capital definitiva do estado do Tocantins: Palmas. Sobre a fundação de Palmas, assim se expressou Teixeira Neto: “Como símbolo da modernidade que foi Goiânia criada por Pedro Ludovico, Palmas não deixa de ser o símbolo da modernidade do Tocantins. A escolha do sítio, do local e a construção de uma nova cidade. Ela é plena de colocações de símbolos, mas, sobretudo de símbolos que são muitos mais do domínio da psicologia humana do indivíduo” (CAVALCANTE, 2003, p. 170).

Com a criação do estado do Tocantins e escolhida sua capital, o discurso autonomista enfim se concretizou.

2.2 Palmas: a última cidade planejada do século XX

2.2.1 A cidade enquanto pertencimento

A cidade representa, desde sempre, um espaço em que o homem não apenas se realiza enquanto ser social, mas também promove a construção de sua própria humanidade. De fato, previamente à existência das cidades, quando os

indivíduos se organizavam em pequenos grupos ou tribos, esse processo já acontecia. Entretanto, com o surgimento das cidades e toda a complexidade que elas representam, tal processo se potencializa. Pesavento assim se manifesta sobre as cidades:

[...] a cidade foi, desde cedo, reduto de uma nova sensibilidade. Ser cidadão, portar um ethos urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, fosse pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam. Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia a dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos (PESAVENTO, 2007, p. 11).

Essa ideia de pertencimento, de um lugar como referência e de um passado construído por seus iguais permitiu ao homem a possibilidade de ele ser criador ou, na pior das hipóteses, capaz de alterar o espaço, adequando-o aos seus propósitos.

A história das cidades é um fenômeno recente. A ideia de construir o passado de uma cidade por meio das histórias contadas pelos atores que a compõem, todavia, sempre existiu. Tais “histórias” são construídas no intuito de atender aos interesses daqueles que poderiam se beneficiar dessas invenções. Para Pesavento:

São antigas, contudo, as chamadas “histórias de cidades”, muitas delas feitas de encomenda, em que alguém é convocado a escrever e se dispõe a reunir dados sobre uma urbe e a ordená-los, dando a ver um tempo de origens, um acontecimento fundador, acrescido da poesia de uma lenda, por vezes, e frequentemente de uma saga ocorrida nas épocas mais recuadas, realizada pelo povo fundador guiado por suas lideranças. Nessa linha ascensional desde o passado até o presente da cidade, constrói-se o desfile ou a evolução cronológica dos governos municipais com seus momentos marcantes e suas realizações fundamentais. Nada muito diferente, enfim, de uma história política de viés tradicional ou de um *kit* identitário aplicado à evolução de um núcleo urbano. Tais histórias de cidades são antigas, continuam a existir nos tempos atuais, e delas se valem os historiadores até hoje, à cata de algum dado especial, que complemente sua pesquisa nos arquivos [...] (PESAVENTO, 2007, p. 12).

Cabe ressaltar que o estudo historiográfico das cidades data do final do século XX e surge aliado a uma análise de caráter econômico, quando a cidade

passa a ser concebida como um espaço de acumulação de capitais e de formação da força de trabalho. Sob este enfoque, a história do capital sobrepuja a história da cidade propriamente dita. Pesavento pontua que:

[...] a cidade era abordada com base em sua dimensão espacial, mas vista através de um processo econômico-social preciso: ela era o território onde se realizava um processo de produção do capital e onde se produziam as relações capitalistas e, por força da opção teórica, onde se enfrentavam as classes sociais e se podia apreciar o processo de dominação/subordinação em curso (PESAVENTO, 2007, p. 13).

Mas sabemos que a cidade revela muito mais do que a sua produção econômica e sua inserção no capitalismo; ela é a produção máxima do homem e representa um lugar onde ele se realiza como criador, lugar cheio de significados, os quais são fundamentais para a comunidade que o circunscreve. Neste sentido, a cidade é, nos dizeres de Pesavento, espaço de *sociabilidade*:

[...] ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do 'habitar', e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do 'humano': cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Da mesma forma, para a autora, a cidade é espaço de *sensibilidade*:

[...] Cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades pressupõem a construção de um *ethos*, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de *urbano*. A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia (PESAVENTO, 2007, p. 14 — grifos no original).

Isto posto, este espaço imbuído de significados se torna alvo dos estudos sobre o espaço urbano. A cidade é apreendida como um lugar de realização plena do ser humano, bem como de construção cultural. Desse modo, ao contar sua

história, a cidade também constrói a história de todos os atores que a circunscrevem.

2.2.2 A origem das cidades

O homem da atualidade é um ser urbano, de modo que a maioria da população mundial vive em centros urbanos. Mas isso não é uma invenção do mundo contemporâneo, considerando que, desde a passagem do período Paleolítico para o Neolítico, o homem já habitava pequenos centros urbanos. Desde os tempos primitivos, a necessidade de proteção e defesa permitiu que o homem criasse os primeiros aglomerados. O passo seguinte foi dominar o processo produtivo e encontrar as condições efetivas para que ele se consolidasse, estabelecendo-se, assim, a cidade. A esse respeito, Brumes observa que:

Os primeiros aldeamentos se consolidaram, de fato, no Período Neolítico, quando se proporcionou melhores condições de sobrevivência ao homem. Este passou a ter outras visões a respeito de processos como o de fecundidade, de alimentação e, mesmo, o de proteção. Deste período em diante, nota-se que na aldeia passa a se realizar as condições para a origem da cidade, chegando, muitas vezes, a se considerar o número e o tamanho dos aglomerados para se distinguir a aldeia da cidade (BRUMES, 2001, p. 48).

Na verdade, a cidade como conhecemos na atualidade está bem distante da cidade dos tempos primitivos. De qualquer forma, a cidade atual tem sua gênese naqueles primórdios. São os elementos capitalistas estabelecidos que vão proporcionar essas condições: domínio da agricultura e do pastoreio, separação de funções dentro do processo produtivo, privatização da propriedade e desenvolvimento do artesanato. Paul Singer destaca que:

A formalização da existência da cidade foi se dando na medida em que as relações entre os cidadãos e produtores do campo foram sendo institucionalizadas, de forma a assegurar a transferência de mais produtos à cidade (SINGER, 1981, p. 13).

Na Antiguidade, a localização geográfica foi um fator determinante na forma de ocupação da cidade e mesmo na sua função econômica. As grandes civilizações

desse período se desenvolveram às margens de grandes rios, aprendendo como utilizá-los e controlá-los para que o sustento da comunidade fosse garantido. Aquelas cidades que se situavam próximas ao mar empregaram técnicas de navegação, pesca e comércio, a fim de que pudessem se desenvolver.

Ademais, para que essas cidades pudessem existir, o processo exploratório se consolidou como um elemento marcante — na Mesopotâmia e no Egito, servidão coletiva; entre os gregos e romanos, escravidão. Em função da sua própria estrutura, ou seja, da forma como fora concebida, a cidade da antiguidade — como todo sistema em que estava alicerçada — foi, aos poucos, desestruturando-se.

Sobretudo no início da Idade Média, com a desestruturação do Império Romano, a cidade passa a ter outras características:

[...] a cidade na Idade Média é muito diferente daquela que se caracterizou na Antiguidade. A sociedade era extremamente concentrada em pequenos espaços e em lugares de produção e de trocas em que se misturavam o artesanato e o comércio, todos alimentados por uma economia monetária. No seio da Idade Média algumas relações vão se inverter, ou seja, são diferentes do que aconteceria na Antiguidade. O senhor apoiava-se nos campos; dominava um território reduzido e desejava expandi-lo. No que se refere à propriedade feudal, a cidade sai de um processo duplo: a decomposição do Império Romano (que não obstante deixa atrás de si terras cultivadas e vastos espaços já unidos por laços comerciais e políticos) e a chegada dos bárbaros que restabelecem uma comunidade, a dos camponeses (BRUMES, 2001, p. 52).

No decorrer da Idade Média e com a consolidação do Feudalismo, a cidade fica totalmente dependente do campo, ou seja, da estrutura montada em torno do conceito de feudo. Sabemos, no entanto, que — na Baixa Idade Média e com o fim do isolacionismo econômico e cultural imposto pelo Feudalismo — a cidade passa a ter nova configuração. É nessa nova configuração (já inserida em uma proposta capitalista) que estamos interessados. Sobre a configuração da cidade no advento do capitalismo, Brumes diz que:

A cidade atual concentra em seu interior uma gama de possibilidades, é nela que estão capitais, mão de obra, é nela que se concentram os meios de produção, a própria produção e a população com seus bens de consumo coletivos ou privados. E é por concentrar tal grau de possibilidades, funções e complexidades que, em alguns casos, é chamada de metrópole (BRUMES, 2001, p. 55).

No entanto, Palmas, foco de nossa pesquisa, insere-se dentro de outras possibilidades e distancia-se de uma explicação puramente capitalista de sua origem. Noutros termos, o município em questão faz parte das chamadas cidades planejadas, cujas origens não se explicam por meio do processo de sua formação; ao contrário, a origem de Palmas deve ser explicada tendo em vista a determinação de que fosse construída em um espaço previamente determinado. Mais adiante, retomaremos os motivos que ensejaram a construção da capital tocantinense.

2.2.3 Palmas: uma cidade do tempo ausente

Para entendermos a inserção dos nordestinos no contexto de criação do estado do Tocantins e, em especial, a projeção da capital que representará esse novo estado iremos apresentar uma análise sobre Palmas proposta pela professora Valéria Cristina Pereira em seu livro intitulado *Palmas, a última capital projetada do século XX: uma cidade em busca do tempo*.

Palmas insere-se no chamado tempo ausente, ou seja, equivale àquelas cidades projetadas e planejadas dentro de uma ausência de tempo, este destituído de um passado que lhe dê significado. Palmas, cujo marco inicial concentra-se em Brasília, apresenta elementos da modernidade e da pós-modernidade. Silva assinala que:

Algumas cidades [...] surgem marcadas por uma ausência de tempo e de memória, saídas do lápis de um arquiteto, do projeto do urbanista, de uma afirmação política, digamos que nascem de um modo artificial. [...] As instâncias de poder, todavia, competentes em discernir essa dimensão mais ampla da esfera social, e dela se apropriar, concorrem numa procura para dar à cidade um conjunto de insígnias, opera-se uma busca por símbolos formadores de uma identidade, um rapto de histórias que não lhes pertencem materializa-se no espaço, processa-se uma busca desenfreada pelo tempo e pela formação de um imaginário social (SILVA, 2010, p. 16).

Nesses termos, Palmas é constituída no contexto de tempo ausente. É necessário, no entanto, construirmos um quadro histórico de sua criação para entendermos mais profundamente a inserção dos nordestinos no processo de maturação cultural dessa cidade.

2.2.4 Processo histórico de criação de Palmas

Como demonstrado anteriormente, uma questão produziu divergências na elite tocantinense após a criação do estado do Tocantins: qual seria a capital do novo estado? Várias cidades tocantinenses pleiteavam ser a nova capital, dentre as quais: Gurupi, Araguaína, Paraíso do Norte e Porto Nacional. Contrariando todos os líderes políticos desses municípios, lançou-se a pedra fundamental de Palmas, de modo que a nova capital foi edificada onde não existia nada anteriormente. Quanto a isso, Reis observa que:

As cidades de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional possuíam certa liderança na economia do estado e disputavam a vaga de capital provisória, foram muitas as discussões que tinham como pano de fundo interesses de forças políticas locais, mas, por “decisão” do Presidente da República José Sarney (decreto nº 97.215 de 13/12/1988), Miracema do Norte (que mais tarde passou a se chamar Miracema do Tocantins), que não estava na disputa, foi a escolhida, tornou-se a capital provisória, enquanto a nova cidade seria gestada “do nada”, em posição centralizadora no mapa do Tocantins. O discurso dos gestores era de que a localização escolhida para Palmas representava um ponto de convergência relevante da gestão político-administrativa do estado, estando estrategicamente localizada no centro geográfico de Tocantins (Reis, 2010, p. 3).

A opção pela fundação de uma cidade nova atendia a dois argumentos básicos. Em primeiro lugar, Araguaína (localizada no norte do estado) estaria muito mais sob a influência do estado do Maranhão e de áreas que disputavam o garimpo e a posse de terras no estado do Pará; por outro lado, Gurupi (localizada ao sul de Tocantins) estaria muito próxima à área de atuação de Goiás. Em segundo lugar, era necessário ocupar o centro do estado, considerado a área mais atrasada e menos ocupada. Desse modo, estudos foram elaborados para que fossem encontradas áreas com características de topografia, relevo e paisagem compatíveis com a instalação da nova capital. Neste sentido, Teixeira destaca que quatro áreas foram escolhidas:

Duas delas situavam-se à margem esquerda e outras duas, na margem direita do rio Tocantins. Havia grupos pró-margem esquerda e pró-margem direita do rio Tocantins. A margem esquerda já havia sido beneficiada pela construção da rodovia Belém-Brasília, com impactos inclusive no esvaziamento das cidades mais antigas da região, junto às margens do rio Tocantins. A margem direita era tida como a mais atrasada do estado [...]. A decisão final foi tomada por uma comissão especial do estado, com decisiva influência do governador eleito. O sítio escolhido, um quadrilátero de 12x32

km, incluía terras das duas margens do rio Tocantins, situadas nos municípios de Taquaruçu do Porto e Porto Nacional (TEIXEIRA, 2009, p. 92).

Por fim, decidiu-se que a cidade seria construída em uma faixa de terra localizada entre a margem direita do rio Tocantins e a Serra do Lajeado (próxima ao antigo povoado de Canela), utilizando o já existente município de Taquaruçu do Porto. Esta área possuía em seu entorno cidades de médio porte que seriam importantes na construção da nova capital e receberiam influência positiva dela. Dessa forma, seria criada uma rede multiplicadora de povoamento no coração do estado.

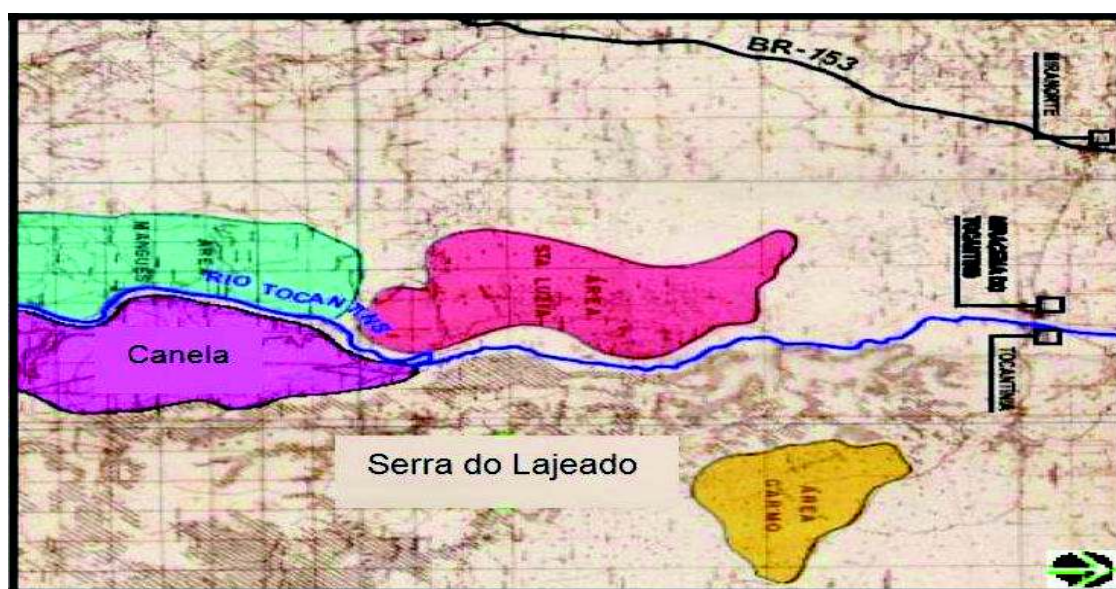


FIGURA 1: Palmas (TO): localização da área destinada à cidade planejada.

Fonte: Ipup, 2002.

De acordo com a Constituição Estadual do Tocantins, promulgada em 05 de outubro de 1989, a capital do estado (provisoriamente situada em Miracema do Tocantins) seria transferida para Palmas no dia 1º de janeiro de 1990. Ainda dentro desse contexto de legalidade jurídica, em 29 de dezembro de 1989, o município de Taquaruçu do Porto teve sua sede transferida para o onde estava sendo construída Palmas. A pedra fundamental da nova capital foi lançada naquele mesmo ano, em 20 de maio de 1989. No ano seguinte, a lei de 13 de fevereiro de 1990 anexou o distrito de Canela ao novo município de Palmas. Em 1995, a lei de 19 de dezembro daquele ano também anexou o distrito de Taquaralto a Palmas. Dessa forma, o

município de Palmas inclui hoje, além da sede, os distritos de Taquaruçu e Buritirana, enquanto que Taquaralto tornou-se um bairro da capital.



FIGURA 2: Vista de Palmas em 1993. Fonte: <<http://secom.to.gov.br/noticia/45685/>>.

O sítio urbano da cidade foi projetado levando em consideração a preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, bem como a proteção de suas matas de galeria. Acomodada entre o rio Tocantins e a Serra do Lajeado, a cidade permitia um projeto urbanístico e paisagístico linear.

Entre a rodovia e a via-parque foi projetada a Avenida Joaquim Teotônio Segurado, principal via da cidade, homenageando o pioneiro da luta regionalista do Tocantins. A Avenida Juscelino Kubitschek, cruzando a Teotônio Segurado, completa o traçado viário básico da cidade. No cruzamento dessas duas grandes avenidas foram localizados os principais edifícios públicos do governo estadual e a Praça dos Girassóis, que simbolizam a cidade. No local estão o Palácio Araguaia, sede do Executivo, o Palácio João d'Abreu, sede do Legislativo, e o Palácio Feliciano Machado Braga, sede do Judiciário. Em torno dessa praça foi prevista a localização de usos e atividades urbanas capazes de gerar centralidade, com bancos,

escritórios, clínicas médicas, restaurantes, cinemas e mesmo edifícios mistos com apartamentos a partir do primeiro andar (TEIXEIRA, 2009, p. 95).

Palmas foi projetada como se fosse uma grande rosa dos ventos, em que o eixo norte-sul é a Avenida Teotônio Segurado; o eixo leste-oeste é a avenida Juscelino Kubitschek; e as quadras seguem a nomenclatura da rosa dos ventos: nordeste, sudeste, sudoeste e noroeste — essa é a configuração do que chamamos de Plano Diretor.

Essa estrutura urbanística representa o que de mais moderno existe em uma cidade planejada e segue os princípios norteadores que tornaram Brasília uma referência em planejamento urbano. Ainda segundo Teixeira, um dos responsáveis pelo projeto:

As quadras foram planejadas como unidades básicas de organização da vida urbana, vindo até mesmo nos dias atuais a servir de base territorial para a criação de associações de moradores na cidade. O comércio e os serviços de caráter vicinal, de afluência mais imediata e cotidiana da população, foram previstos para trechos mais ou menos regulares das vias arteriais formadas pelas quadras (TEIXEIRA, 2009, p. 96).

Dessa forma, cada quadra interna pode funcionar, quando totalmente ocupada, como um condomínio interno, com controle de entrada e saída, pois cada quadra só possui duas entradas e saídas. Este formato permite que cada quadra tenha privacidade, mas, por outro lado, estimula o isolamento social, elemento expressivo nestas cidades planejadas, o que ainda iremos abordar em momento oportuno.



Figura 3: Localização das quadras em Palmas.

Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.119/3702>>.

Outro elemento importante na criação e ocupação de Palmas diz respeito ao processo da ocupação territorial, tendo em vista a velocidade com que este ocorreu, bem como os grupos que se estabeleceram naquele município. Teixeira observa que:

O impacto da fundação de Palmas atraiu gente de quase todos os lugares do país. A posição geográfica do estado no Brasil, fazendo fronteira com seis outros estados e situado em uma região de transição entre o Cerrado, o semiárido do Nordeste e a Floresta Amazônica, tornou Palmas um lugar de fácil afluência de migrantes de várias origens. Havia também o agravante da ausência de cidades próximas com força de contenção e triagem de parte dessa migração para Palmas. Os que se estabeleceram na cidade manifestaram vínculo e identidade com o lugar, assumindo compromissos de longo prazo com a decisão de se estabelecerem em Palmas (TEIXEIRA, 2009, p. 98).

Os nordestinos estão inseridos dentro desse contingente de migrantes que se fixou em Palmas no intuito de buscar um novo sentido para a vida. Desse modo, esses nordestinos puderam transmitir seus usos, costumes e características culturais próprias para o novo município.

CAPÍTULO 3

Migrações, região e regionalidade: os nordestinos e a nova capital

3.1 Região, regionalização e regionalidade

Para que o espaço seja apreendido como um território sobre o qual uma sociedade se organiza é fundamental termos em mente que tudo o que fazemos se passa dentro de um espaço e é fruto das nossas relações sociais. Sob esta perspectiva, região e regionalismo não são conceitos fáceis de estabelecer. Conforme assinala Maura Penna:

Enormes dificuldades cercam não apenas a delimitação dos espaços ou territórios regionais, como a própria conceituação de região, que é foco de "disputas" no campo científico. Não havendo consenso, diferentes concepções levam a demarcações distintas. Há conceituações que refletem uma abordagem do espaço eminentemente empírica, em que as "regiões naturais" correspondem a porções do espaço individualizadas, "com personalidade própria", ou seja, peculiarizadas por suas características — visão que sem dúvida depende de traços eleitos e priorizados para caracterizá-las (PENNA, 1992, p. 19).

Ao tentar definir região e regionalização entramos em um terreno movediço, pois um fenômeno ainda maior tem solapado esses conceitos — a globalização que, tal como um rolo compressor, tem destruído fronteiras e estabelecido novos paradigmas. Vivemos, diante disso, em um mundo liquefeito, onde novos parâmetros têm sido definidos. Haesbaert observa que:

Um primeiro pressuposto é o de que "regionalizar" significa, de saída, assumir a natureza do regional, hoje, ao mesmo tempo como condicionado e condicionante em relação aos chamados processos globalizadores — ou melhor, como seu constituinte indissociável — a ponto de, muitas vezes, regionalização e globalização se tornarem dinâmicas tão imbricadas e complementares que passam a ser, na prática, indiscerníveis, muitos apelando para neologismos como "glocalização" para entender a complexidade desses processos (HAESBAERT, 2010, p. 4).

Apesar das possibilidades de polissemia que cercam o termo “região”, ficaremos com aquela que nos remete ao espaço geográfico como algo construído em função de suas características geográficas, espaciais e culturais. Noutros termos, tal possibilidade não se limita aos aspectos físicos e econômicos de uma determinada região. Vale dizer, neste sentido, que levar adiante uma análise de região considerando apenas seus aspectos geográficos e econômicos equivaleria a fazer uma análise histórica apenas considerando a periodização histórica.

Pensar a região dentro de uma perspectiva mais ampla é pensar no processo de regionalização em que o espaço está inserido. Este espaço tanto conecta as ações dos sujeitos que o compõem, como recebe deles uma interação recíproca. Segundo Haesbaert:

Propomos aqui um caminho mais complexo, para o entendimento da região não simplesmente como um “fato” (em sua existência efetiva) nem como um mero “artifício” (enquanto recurso teórico, analítico) ou como instrumento normativo, de ação (visando a intervenção política, via planejamento). Propomos então tratar a região como um “artefato” (sempre com hífen), tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política (HAESBAERT, 2010, p. 7).

Haesbaert ainda demonstra que a região — entendida como *arte-fato* — rompe com alguns conceitos, apresentando-se como uma construção teórica (enquanto representação analítica do espaço) e identitária (enquanto construção do espaço vivido). A região é, dessa forma, produto e produtora das dinâmicas que tanto globalizam como fragmentam o processo de criação e difusão dos elementos culturais.

Pensar a região a partir de sua historicidade, tendo em vista apenas a luta de classes ou o fator econômico, limitaria sobremaneira a análise do processo em questão. De fato, a região se manifesta como uma realidade palpável, fora da linguagem e da ideologia, e dotada de elementos que promovem a sua “invenção”.

Uma vez definido o conceito de região, encontrado na estruturação do processo de regionalização, o que seria “regionalidade” para Haesbaert?

[...] a regionalidade estaria ligada, de forma genérica, à propriedade ou qualidade de “ser” regional. Mas “ser”, aqui, não no sentido ontológico de um “fato” regional bem definido e auto evidente. A regionalidade envolveria a criação concomitante da “realidade” e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra — o imaginário e a construção simbólica moldando o

vivido regional e a vivência e produção concretas da região, por sua vez, alimentando suas configurações simbólicas (HAESBAERT, 2010, p. 8).

Visto dessa forma o regionalismo não é negativo, mas produtivo. Este discurso regionalista nos permite perceber que o regional fabrica a região, não o contrário. Além disso, para que de fato uma região seja conhecida é preciso muito mais que mergulhar verticalmente em seu interior; no intuito de efetivamente compreendê-la é preciso explorar sua superfície e, aos poucos, promover seu aprofundamento.

No caso específico da região Nordeste, sua história e cultura acumuladas proporcionaram-lhe elementos identitários que a distinguem das demais regiões brasileiras. Utilizando os estudos sobre regionalidade como elemento explicativo de uma região, analisaremos o Nordeste tendo em vista o pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, cujas investigações tomam como ponto de partida a análise do discurso e tratam a região sob o ponto de vista da “invenção”, retomando Hobsbawm e a sua tradição inventada.

3.2 Nordeste: uma construção histórica

Pensar o Nordeste enquanto construção histórica nos remete ao conceito de “invenção das tradições”, formulado por Hobsbawm, bem como ao livro *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Albuquerque Júnior. Antes mesmo de pensarmos o Nordeste, precisamos entender o que estava acontecendo no Brasil quando foi estabelecida a dicotomia Norte-Sul, em que a região Sul representava o centro econômico do país, ao passo que a região Norte representava sua parte atrasada.

De acordo com Albuquerque Júnior, o Nordeste nasce da luta travada entre o regional e o nacional, em meados do século XX, momento em que ocorre o declínio econômico do Sul. Vale ressaltar que o termo Nordeste ainda não existia, visto que o Brasil, até aquele momento, dividia-se apenas em Norte e Sul. A respeito da dicotomia Norte-Sul, Vasconcelos observa que:

A grande diferença entre o Norte e o Sul do país sempre foi pauta de discussão entre muitos intelectuais da época, mais uma vez os paradigmas

naturalistas (questões de raça e meio) seriam responsáveis para explicar o descompasso no ritmo do desenvolvimento interno do Brasil. Para Euclides da Cunha o regime meteorológico é a principal causa da diferença entre o Norte e o Sul, tendo este (o Sul) condições *incomparavelmente superiores*. Para Nina Rodrigues havia um risco de esfacelamento da nacionalidade, pois no Sul estava presente uma civilização branca, moderna (considerada por ele superior), enquanto que no Norte havia uma predominância mestiça e negra que atravancaria o processo de desenvolvimento do país (VASCONCELOS, 2006, p. 3 — grifos no original).

Rompendo com esse paradigma que deixava o Norte em situação de inferioridade em relação ao Sul, surge no Nordeste, na década de 1920, um movimento regional capitaneado por Gilberto Freyre e outros intelectuais, os quais começaram a apresentar elementos capazes de distinguir o Nordeste do Norte. Como afirma Albuquerque Júnior:

Uma nova consciência do espaço surge, principalmente, entre intelectuais que se sentem cada vez mais distantes do centro de decisão, do poder, seja no campo político, seja no da cultura e da economia. Uma distância tanto geográfica, quanto em termos de capacidade de intervenção (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 50).

O autor ainda demonstra que a institucionalização do Nordeste, distinto do Norte e do Sul, surge dentro das crises que abalaram o Brasil, em especial o Sul do país.

A sensação de fragilidade que tomava conta dos produtores tradicionais de açúcar e algodão trazia também o medo da perda do domínio sobre o seu próprio espaço e, por seu turno, levou a uma crescente preocupação de unir esforços, para combater as revoltas das camadas populares, advindas também das próprias mudanças na sociabilidade tradicional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 73).

É dentro desse contexto de crise no Sul que os estados que posteriormente se caracterizaram como Nordeste passaram a se unir em prol de um projeto de unidade. A institucionalização dessa região, neste sentido, serviu-se de um discurso cultural capaz de sustentar uma consciência interessada em saber como seria e quais características teriam a nova região. Segundo Albuquerque Júnior era necessário modelar as características do Nordeste de acordo com os interesses da classe dominante.

A busca das verdadeiras raízes regionais, no campo da cultura, leva à necessidade de inventar uma tradição. Inventando tradições tenta-se estabelecer um equilíbrio entre a nova ordem e a anterior; busca-se conciliar a nova territorialidade com antigos territórios sociais e existenciais. A manutenção de tradições é, na verdade, sua invenção para novos fins, ou seja, a garantia da perpetuação de privilégios e lugares sociais ameaçados (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 76).

Dessa forma, a identidade nordestina é “inventada”, como resultado de uma construção regional promovida por escritores, cantores e literatos que teciam o “ser nordestino” com o auxílio de muitos retalhos culturais. O Nordeste da casa grande, dos engenhos, do cangaço, do sertão e do litoral passa a ser cantado em verso e prosa. Estabelece-se, assim, uma identidade que é fruto de uma construção simbólica.

3.3 O sertão como espaço de saudade

No livro *Fronteiras móveis: territorialidade, migrações*, organizado pelas professoras Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro e Cléria Botelho da Costa, Albuquerque Júnior, em capítulo intitulado “Sertão: um museu a céu aberto”, faz uma comparação entre os elementos encontrados em um museu e aquilo disponível no sertão que caracteriza o nordestino. O autor refere-se ao museu com as seguintes palavras:

Espaço de sonho e de desejo. Lugar de depósito, de guarda, de coleção de objetos, de imagens, de sons, de restos e rastros dos tempos. Espaço de sonho e de desejo de acumular os tempos, de reuni-los ao infinito, de recolher do tempo os mais minúsculos de seus grãos dourados. Templo das musas, onde elas vêm cantar a música dos tempos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 231).

O museu, diante disso, representa um lugar onde o tempo não passa, onde se manifesta um congelamento do passado, onde os visitantes fazem uma viagem no tempo; representa, em suma, um lugar onde o passado pode ser rememorado. Este espaço é rico e polissêmico, tanto para aqueles que rememoram o passado porque já experimentaram algo semelhante, como para os que não conheciam

aquela realidade e passam a materializar o que provavelmente só tinha sido visto nos livros de história.

Espaço de desejo e de sonho, mas que se realiza no presente, que se torna material, lugar utópico, mas que não é apenas promessa em um futuro, não é apenas uma miragem no horizonte, lugar que busca materializar a impossível eternidade que sempre buscamos, um espaço temporal que visa a atemporalidade, lugares assim Michel Foucault nomeou de heterotopias (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 232).

Dessa forma, ao adentrarmos o museu passaríamos a vivenciar um outro tempo e momento, pois estaríamos diante de um espaço que nos conduziria a um tempo não mais mensurável.

Remetendo a Foucault e abordando o museu como um espaço de heterotopias, Albuquerque Júnior nos apresenta o sertão nordestino como um lugar capaz de materializar nossas utopias de eternidade e imutabilidade do tempo. O autor assinala que:

O sertão não tem para nós este sentido de ser um espaço vindo de outros tempos, um espaço alijado e apartado do tempo presente, do mundo contemporâneo? Sob o conceito de sertão a cultura brasileira parece alojar seus sonhos e desejos de um espaço recuado e recusado em relação à temporalidade moderna, burguesa, citadina, industrial. O conceito de sertão parece recobrir nossas utopias de um mundo outro, distinto e distante do presente em que vivemos. O sertão parece ter sido sempre o depósito de nossas miragens, de nosso desejo de maravilhoso, do sonho do encontro com espaços outros, espaços onde a ordem social e o cotidiano apareceriam invertidos, virados de cabeça para baixo, saídos do eixo, rodopiando bem no centro de um redemoinho (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 233).

É verdade que, apesar de ainda existir elementos no sertão exatamente iguais aos lembrados pelo imaginário e pela memória daqueles que deixaram este espaço há muito tempo, o sertão como gostaríamos de colocar em quadro, ou no museu, já não existe mais; existe apenas na lembrança, na memória ou nos eventos que são criados para lembrá-lo. Além disso, Albuquerque Júnior demonstra que:

A televisão parece não ter ainda magnetizado os sertanejos, embora por todos os lugares que andamos hoje, e se diz sertão, as antenas parabólicas são mais frequentes de que os jumentos, este símbolo eterno do sertão, com seu andar banzeiro e seu jeito de quem está sempre cismando, meditando, tão parecido e aparentado com seu irmão, o sertanejo, jumento, este filósofo do sertão, que parece ter perdido o emprego para os filósofos bem menos

refinados da telinha, que dizem mais jumentices do que os animais sertanejos seriam capazes (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 240).

De qualquer forma, o sertão está cristalizado no imaginário popular como um espaço de manifestação de um tempo que foi, nas palavras de Zygmunt Bauman, liquefeito pelo rolo compressor da pós-modernidade. Embora parte do universo sertanejo tenha sido melancolicamente destruído, ainda encontramos, em várias cidades nordestinas, o jumento — animal que representou a solução para muitos problemas sertanejos e que foi cantado e imortalizado na música de Luiz Gonzaga. No entanto, com o advento da tecnologia, as motocicletas substituíram a velha força motriz daqueles animais, de modo que hoje eles estão abandonados e espalhados pelas cidades, causando inúmeros problemas de calamidade pública.

3.4 Migração como fator de luta

Falar sobre migração sem jamais tê-la experimentado é como falar de um filme sem tê-lo assistido. Noutros termos, o ponto de vista de quem convive com o migrante é diferente do ponto de vista do migrante. Quanto a isso, tenho certa experiência: em meados de 1989 minha família deixou Ribeirão Preto, interior de São Paulo e, deslocando-se quase dois mil quilômetros, estabeleceu-se no Tocantins, estado recentemente criado. Apesar da novidade, senti o impacto da mudança e percebi o olhar estranho da população local para a “filha do paulista”, conforme eu era alcunhada. Penna assinala que a migração:

Acarreta mudanças radicais no modo de vida, no nível do trabalho, da inserção comunitária [...], no acesso a bens materiais e simbólicos. [...] Tais mudanças refletem-se, sem dúvida, sobre os processos relativos à identidade social. Faz-se necessário, portanto, considerar a migração enquanto um processo dinâmico de transformação (destruição/ recriação) tanto do modo de vida e das relações com o espaço, quanto dos referenciais simbólicos (as representações de identidade) que marcavam a experiência pessoal (PENNA, 1998, p. 108).

Vale ressaltar que cada história contada por um migrante é rica de significados e única; embora os fluxos migratórios guardem certas semelhanças entre si, a história de cada migrante tem especificidades que a tornam singular.

Por isso, a migração não pode ser abordada de modo isolado, ou seja, o migrante nordestino deve ser apreendido de uma perspectiva social, política, econômica e cultural. Póvoa Neto também observa que:

“Migração pode ser uma forma de resistência: resistência à forma de exploração e dominação, às adversidades da natureza, à falta de perspectivas de vida; resistência, enfim, ao nível pessoal, à infelicidade e à destruição de sonhos (PÓVOA NETO, 1994, p. 22).

Seguindo o raciocínio do autor, podemos dizer que a migração tem sempre origens diversas. O impulso para que os nordestinos migrassem rumo ao Tocantins, por exemplo, pode ter vindo tanto de uma imposição das condições econômicas e sociais, como da adversidade ambiental enfrentada por eles. Migrar é, em última instância, resistir à situação de pobreza e miséria do sertão e criar seu próprio destino, em busca de novas esperanças. Sob este enfoque, a migração é uma escolha que reflete a luta dos nordestinos contra um cenário desfavorável.

Infelizmente, grande parte da literatura apresenta a migração como *inevitável* ao nordestino, como se o fato de ele conviver em um ambiente hostil o *obrigasse* a migrar. Diante disso, queremos oferecer ao migrante nordestino a condição de sujeito, portanto, capaz de *escolher* a migração no intuito de lutar contra uma situação adversa.

A migração implica uma mudança profunda de moradia, de perspectivas de trabalho e de condição social; significa, noutros termos, sair de uma possível “zona de conforto” e lançar-se em busca de novas possibilidades. A exemplo disso, os migrantes nordestinos se estabeleceram em Palmas visando reconstruir suas vidas em uma cidade que estava dando seus primeiros passos.

A migração também representa movimento, quase sempre de uma população pobre em busca de um lugar melhor para recomeçar. A esse respeito, a migrante nordestina Silvanete Mota Oliveira² esclarece que:

[...] eu esperava coisas melhores, porque a gente passava muitas dificuldades lá no sertão e meu irmão disse: “vende tudo pai e vem para cá”.

² Silvanete Mota Oliveira é da Bahia e reside em Palmas desde 1990, onde trabalha atualmente como assistente administrativa.

Naquele momento eu chorei porque eu tinha minhas raízes, minha infância foi lá na Bahia, mas eu acreditava que alguma coisa ia ser diferente.³

Como se nota, os sujeitos envolvidos em um processo migratório almejam um lugar melhor para se viver, mesmo que isso signifique abrir mão de suas raízes e de sua história. Conforme revela a migrante Silvanete Mota Oliveira,⁴ ela partiu rumo a Palmas porque acreditou que este lugar lhe traria novas oportunidades. Sobre esse sentimento, Souza assim se manifesta:

O migrante, ao contrário, apresenta-se num outro patamar, é um indivíduo que chega de outro lugar, trazendo consigo sua história, portanto, sua espacialidade, com memória de paisagens e de lugares deixados (temporariamente) para trás, vislumbrando, neste novo lugar, manter sua existência. Neste processo, transforma sua vida e os lugares que deixou e onde chega, um por meio de sua ausência sentida, o outro pela sua presença repentina (considerada muitas vezes inoportuna). Num lugar deixa vazio, noutro precisa conquistar espaço (SOUZA, 2015, p. 16).

Outro elemento importante sobre o migrante é sua capacidade de adaptação ao lugar onde chega. Ele se insere em um novo contexto, transformando-o e adaptando-o aos seus interesses. Apesar dessa capacidade de adaptação, o migrante mantém uma relação de permanente contato com seu passado, de modo que lança mão de uma série de elementos destinados a rememorar sua terra nesse novo local. Neste sentido, os nordestinos que migraram para Palmas construíram, ao longo dos anos, uma série de atividades capazes de rememorar a sua tradição cultural. Edson Mota de Oliveira⁵ comenta sobre a influência das tradições nordestinas na capital:

[...] muitas vezes a gente perde algumas coisas nossas típicas do nordestino, mas hoje a gente mantém a nossa cultura: uma saudosa buchada de bode, um sarapatel de porco, um feijão verde, um milho, pamonha, o curau que é conhecido como a canjica. Isso são coisas que a gente mantém e a parte cultural também que são as Festas Juninas, a

³ Entrevista concedida a Luciana Rodrigues Fracadosso em 6 de fevereiro de 2017. A íntegra da entrevista consta no anexo B desta dissertação.

⁴ Cf. notas 1 e 2.

⁵ Edson Mota de Oliveira, conhecido como Etinho Nordeste, veio da Bahia e reside em Palmas desde 1988, onde atualmente exerce o cargo de vereador pela segunda vez.

quadrilha [...] a evolução da gestão trouxe o *Arraiá da Capital*, um *arraíá* que hoje é tradição, conhecido nacionalmente.⁶

Diante dessas constatações, podemos afirmar que o migrante nordestino se torna sujeito de transformação, contribuindo, de forma decisiva, para o crescimento cultural de Palmas.

3.5 As grandes construções em Palmas como fator de atração migratória

A construção de Palmas se insere em um contexto que remonta a própria criação do Tocantins. Tal construção traduz um elemento épico de duplo sentido: ao mesmo tempo que desbrava o cerrado, cria do nada um novo lugar para a realização dos sonhos. Dessa forma, nas áreas de atuação do antigo norte goiano existe uma intensa propaganda governamental cujo intuito é apresentar o Tocantins, sobretudo Palmas, como uma espécie de “novo eldorado”, contrapondo-o ao sul do Pará, este dominado pelos garimpos auríferos já bem decadentes. Bezerra esclarece que:

O ideário de cidade projetada foi apropriado para alimentar a utopia migrante e forjar a construção de uma identidade para a cidade. Assim, o projeto de construção de Palmas decorreu, com base nesse processo, acompanhado de ações governamentais que se utilizaram de todos os recursos imagináveis para justificar e forjar uma identidade para a cidade e seus habitantes (BEZERRA, 2013, p. 260).

O Tocantins surge — somado a esse ideário desbravador do cerrado — como um grande canteiro de obras, um estado onde tudo estava para ser feito, onde uma capital seria construída do nada. Como podemos perceber, esta combinação de fatores permitiu que Palmas se tornasse uma cidade com intensa capacidade de atração populacional. Naquele contexto, dois grandes conjuntos de obras se apresentaram: a construção administrativa da cidade, incluída toda a estrutura de prédios públicos, e a construção da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, conhecida como Hidrelétrica do Lajeado.

⁶ Entrevista concedida a Luciana Rodrigues Fracadosso em 7 de fevereiro de 2017. A íntegra da entrevista consta no anexo A desta dissertação.



FIGURA 4: Vista aérea do traçado inicial do centro do poder em Palmas.

Fonte: <<http://iabto.blogspot.com.br/2011/07/estudo-mostra-historia-de-palmas-pela.html>>.

A ideia de Palmas como um canteiro de obras e de Tocantins como um novo eldorado foi uma ação deliberada do governador Siqueira Campos, descrita em entrevista recente:

Utilizei essa estratégia de fazer primeiro os prédios públicos — e definitivos — e isso fez com que as pessoas deixassem de lado o medo de a cidade não “ir para frente”. Elas se entusiasmavam com a construção de uma nova cidade, ao perceberem que o governo estava empenhado nisso. Construí casas para servidores públicos, abri muitas quadras e incentivei a compra de lotes a longo prazo (CAMPOS, 2017).⁷

Sob este enfoque, a construção da Hidrelétrica do Lajeado se materializa como a projeção de um sonho criado no momento em que se sobrevoava o Tocantins para determinar a instalação da nova capital. Ainda segundo o governador Siqueira Campos:

⁷ CAMPOS, S. Palmas é uma cidade incrível: [entrevista: 20 mai. 2017]. Entrevista concedida ao *Jornal Opção*.

Elaboramos um plano bem arquitetado e como sistema hídrico é o recurso mais precioso que nós possuímos, isso foi pensado minuciosamente, de forma a explorar a água existente, respeitando, contudo, os nossos mananciais. Fizemos o levantamento e os estudos acerca da transposição de águas, bem como de todos os recursos hídricos do estado do Tocantins e, também, de Palmas. O lago que margeia a capital foi planejado desde o primeiro dia, em que pese seu enchimento ter ocorrido apenas alguns anos depois da capital existir (CAMPOS, 2017, p. 1).

A implantação de todas essas construções está apoiada em um discurso desenvolvimentista de estado empenhado pelo então governador Siqueira Campos que, copiando o presidente Juscelino Kubitschek e diante de um mandato tampão de apenas um biênio, propunha 20 anos de progresso em dois anos de mandato. Aliás, não devemos nos esquecer que o discurso de tirar o norte goiano do atraso é recorrente em toda a história do Tocantins.

É significativo afirmarmos que o recorte de 1990 a 2000 está inserido neste contexto de grandes construções e representa um período em que Palmas registrou expressiva atração populacional. Abaixo reproduzimos um gráfico do crescimento populacional de Palmas que, em 2000, registrou a presença de mais de 120 mil habitantes. Se levarmos em consideração que em 1988 essa região era deserta, praticamente sem ocupação populacional, o que se vê é um fenômeno de crescimento populacional por imigração.

Segue-se ao gráfico uma tabela que demonstra esse crescimento populacional da capital do Tocantins em números totais.

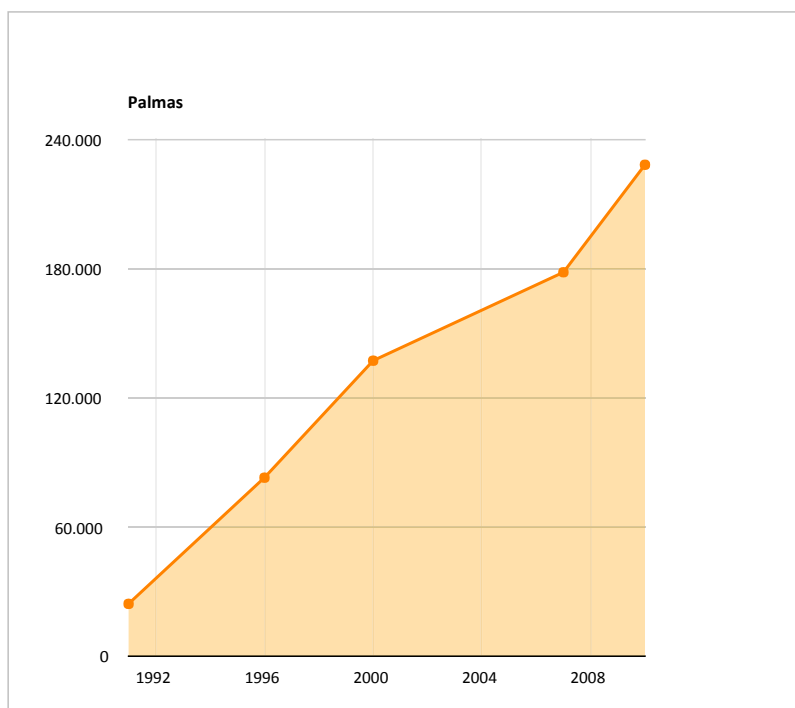


Gráfico 1: Evolução populacional de Palmas.

Fonte: <<http://cod.ibge.gov.br/358>>.

Ano	Palmas	Tocantins	Brasil
1991	24.334	919.863	146.825.475
1996	82.977	1.037.398	156.032.944
2000	137.355	1.157.098	169.799.170
2007	178.386	1.243.627	183.987.291
2010	228.332	1.383.445	190.755.799

Tabela 1: Evolução populacional de Palmas em números totais.

Fonte: <<http://cod.ibge.gov.br/358>>.

Neste momento, devemos estabelecer um divisor de águas, esclarecendo que o recorte acima citado se justifica como o período central de nosso trabalho

porque representou o que houve de mais intenso em termos de investimento estatal na estruturação de Palmas; além disso, coincidiu com as grandes construções palmenses e com um fluxo maior de migrantes em direção à nova capital. É dentro dessa intensa migração que estão contemplados, dentre os muitos grupos de migrantes, os nordestinos, alvo principal de nossa pesquisa.

O *Jornal do Tocantins* publicou, em 29 de novembro de 2015, a seguinte manchete: “O Tocantins é 8,9% maranhense, 6,5% goiano e 2,8% piauiense”, registrando depoimentos de vários nordestinos que se estabeleceram no estado (especialmente em Palmas) com o intuito de lá esboçar um novo projeto de vida. A costureira Geoneide Mota, por exemplo, faz parte dos 134 mil maranhenses que foram para o Tocantins e que hoje adotam Palmas como sua cidade, um lugar para viver e construir o futuro.

Tem uma coisa que eu nunca esqueço. Meu marido veio morar aqui primeiro, e eu ficava em trânsito entre Palmas e Imperatriz. Quando eu chegava aqui, ainda estava amanhecendo, via as luzes e uma cidade tão bonita que me encantava. Não tiro essa imagem da cabeça (MOTA, 2015).⁸

O vendedor Gilson Barbosa lembra bem da rodoviária de madeirite que encontrou quando chegou a Palmas. Ao lado dele já são 42 mil piauienses no Tocantins, a terceira maior população de migrantes por lá. Ele, como muitos outros migrantes, foi para Palmas no intuito de reconstruir sua vida:

Vim sem saber nem para que lado ficava Palmas. Fui chamado de louco. Quando cheguei, fui trabalhar como vendedor de picolé, ajudante de pedreiro, depois entrei para o ramo das tintas, trabalhei como motorista, vendedor, gerente, e é onde estou até hoje. Com o tempo, também conheci minha atual esposa, tocantinense de Dianópolis, com quem tive dois filhos. O que eu faço questão é dizer que sou piautins. Não abro mão das minhas origens, mas também não perco a oportunidade de falar que foi aqui onde construí minha família, vida profissional e fiz amigos (BARBOSA, 2015).⁹

⁸ MOTA, G. O Tocantins é 8,9% maranhense, 6,5% goiano e 2,8% piauiense: entrevista [15 nov. 2015]. Tocantins, *Jornal do Tocantins*. Entrevista concedida a Talita Melz.

⁹ BARBOSA, G. O Tocantins é 8,9% maranhense, 6,5% goiano e 2,8% piauiense: entrevista [15 nov. 2015]. Tocantins, *Jornal do Tocantins*. Entrevista concedida a Talita Melz.

Segundo os dados do censo demográfico apresentados por Abraão Cavalcante Lima, em sua tese de doutorado intitulada *Os determinantes da migração em Palmas*, o Nordeste contribuiu significativamente para a composição populacional de Palmas:

A região Nordeste contribuiu com 33.945 pessoas (24,71%), em 2000; passando para 49.041 (21,48%), em 2010, houve uma redução (3,23%). Destacou-se o estado do Maranhão com 20.381 (14,84%), em 2000; passando para 29.570 (12,95%), em 2010, com uma redução de 1,89%, no período; o segundo lugar foi o estado do Piauí, com 5.147 (3,75%) em 2000, passando para 7.525 (3,3%), houve uma redução de (0,45%), no período. Os outros a contribuição não foi significativa (LIMA, 2013, p. 43).

Diante disso, Maranhão e Piauí, seguidos da Bahia, foram os estados do Nordeste que exerceram maior influência no Tocantins. Se observarmos mais detidamente, veremos que esses três estados nordestinos apresentam proximidade fronteira com o Tocantins.

3.6 Elementos culturais nordestinos presentes em Palmas

Como já abordado ao longo desse capítulo, o Nordeste apresenta uma diversidade de elementos culturais, os quais se espalharam pelo país durante o processo migratório dos nordestinos, contribuindo para que a dinâmica de invenção e transmissão das tradições culturais fosse aprimorada. Em seguida, apresentaremos algumas das manifestações culturais que caracterizam o povo nordestino e que foram largamente incorporadas pelo estado do Tocantins.

O Carnaval é o evento popular mais famoso do Nordeste, especialmente em Salvador, Olinda e Recife. Nesse contexto de festividades, também podemos mencionar a Folia de Reis, manifestação cultural introduzida no Brasil colonial pelos colonizadores portugueses. Com relação às danças, destacam-se o bumba meu boi; o coco (conhecido por bambelô ou zamba, estilo de dança muito praticado nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte); o maracatu (originário de Recife, capital de Pernambuco); o frevo (que surge quando os capoeiristas dançam em frente aos cordões e às bandas de música); o quilombo

(folgado tradicional alagoano); e a capoeira (introduzida no Brasil pelos escravos africanos e considerada uma modalidade de luta e de dança).

Considerando os elementos culturais ligados à religiosidade, podemos dizer que a lavagem do Bonfim, realizada em janeiro, é uma das maiores festas religiosas populares da Bahia. Importante esclarecer que a Festa do Bomfim é uma manifestação religiosa ligada ao catolicismo popular, ao passo que a lavagem do Bomfim é uma manifestação ligada ao candomblé, culto dos orixás que representam as forças que controlam os fenômenos naturais como a água, o vento, as florestas e os raios, em sincretismo com o catolicismo. As Festas Juninas — que fazem parte do calendário religioso — estão presentes em todo o Nordeste e são um misto de dança, representação teatral e manifestação religiosa.

A literatura de cordel é bastante difundida no Nordeste e pode ser considerada uma das principais manifestações culturais nordestinas. Tal manifestação vincula-se fortemente ao sertão, espaço cantado e decantado pelo nordestino, e caracteriza-se pela elaboração de pequenos livros contendo histórias escritas em prosa ou verso sobre os mais variados assuntos: desafios, religião, política, ritos e cerimônias.

Outro elemento cultural que se manifesta no Tocantins é a culinária nordestina. Esta é bem diversificada, destacando-se em virtude dos temperos fortes e das comidas apimentadas. Alguns dos pratos típicos nordestinos são: carne de sol, buchada de bode, sarapatel, acarajé, vatapá, cururu, feijão-verde, canjica, tapioca, dentre outros. Tais produtos podem ser encontrados nas casas dos nordestinos ou vendidos em grandes quantidades nas feiras livres, as quais estão espalhadas pelo Brasil, a exemplo da famosa Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Nos parágrafos abaixo, no intuito de demonstrar os aspectos culturais nordestinos influentes em Palmas, discorreremos sobre as Festas Juninas, as feiras populares e a literatura de cordel presentes na capital.

Nesse contexto, falaremos das feiras como um lugar de resistência e saudade — resistência porque o nordestino vê nesse espaço um lugar de permanência, onde ele pode estar presente e encontrar produtos e serviços que o remetem para sua terra; saudade porque tem a possibilidade de reencontrar seus pares e rememorar elementos característicos da sua cultura.

Falar das feiras é como reconstruir a história e evolução do próprio homem. Muitas regiões e cidades surgiram como fruto desse fenômeno primitivo de trocas. O próprio capitalismo e suas instituições de intercâmbio e troca de mercadorias surgiram em função das trocas iniciadas com as feiras. Portanto, a feira não é uma instituição nova; ao contrário, faz parte da gênese do próprio homem. A esse respeito, Dantas observa que:

Os mercados ou feiras se constituem numa das manifestações da atividade comercial mais antiga e tradicional do mundo, tendo a sua difusão ocorrida juntamente com o crescimento das relações comerciais e o renascimento urbano na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. No Brasil, tais instituições surgem com o processo de colonização, e diferentemente de outros países da América Latina, que já as possuíam antes da chegada dos colonizadores, constituem uma inovação que era desconhecida da população nativa até então (DANTAS, 2007, p. 17).

No mundo ocidental, as feiras estão associadas ao fim do feudalismo e ao surgimento do capitalismo no processo de renascimento comercial. No Brasil, as feiras surgiram no Nordeste durante o processo de interiorização da região, quando algumas trocas passaram a ser efetuadas no caminho do gado. Segundo Dantas:

[...] a indicação dessas feiras e dessas localidades para a sua realização deveu-se, principalmente, ao comércio de gado que se disseminava pelo interior nordestino naquele momento. Este comércio só se estabeleceu, pois, como a atividade criatória foi a grande responsável pela ocupação do interior nordestino ainda no século XVII, inúmeros núcleos se estabeleceram ao longo dos “caminhos de gado”, o que influenciou a formação das praças de mercado e das feiras livres como conhecemos atualmente (DANTAS, 2008, p. 91).

A criação de gado foi, desde o início da colonização, uma atividade secundária, pois a exploração da cana-de-açúcar era a atividade principal da colônia e alvo de toda a atenção de Portugal. Dessa forma, a criação de gado contribuiu com a interiorização do Brasil, possibilitando a exploração agrícola e o surgimento de um comércio local.

As feiras, ainda hoje, continuam sendo de grande importância para a maior parte das cidades do Nordeste, o que também podemos verificar em Palmas. Apesar de este estado ser contemplado com uma rede de supermercados modernos, os quais fornecem à população uma gama variada de produtos, as feiras continuam presentes no Tocantins. Dessa forma, elas acabam se transformando em um ponto

de encontro onde podem ser obtidos aqueles produtos ausentes das grandes redes de supermercados. Isso posto, podemos dizer que as feiras remetem às origens dos nordestinos, representando um lugar de resistência à dinâmica globalizante da atualidade.

A música *A feira de Caruaru*, cujos versos dizem: “a feira de Caruaru, faz gosto a gente vê. De tudo que há no mundo, nela tem pra vendê, na feira de Caruaru”, foi imortalizada na voz de Luiz Gonzaga e retrata bem um espaço que, além de vender produtos, é um lugar de comunicação e relacionamentos.

As feiras estão espalhadas por todas as regiões de Palmas e representam um espaço onde os nordestinos podem encontrar aqueles produtos que se associam às suas origens. A exemplo disso, seu Edilson Conrado dos Santos, cearense que reside há muitos anos na capital tocantinense, dedica-se a vender farinhas e feijões ao público nordestino, conforme podemos observar nas figuras abaixo:



FIGURA 5: Feirante Edilson Conrado dos Santos. Fonte: arquivo pessoal da autora.



FIGURA 6: Farinha de puba. Fonte: arquivo pessoal da autora.



FIGURA 7: Feijões variados. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Podemos mencionar também a dona Glória, feirante especializada nas iguarias do Nordeste. Na sua banca de comidas típicas encontramos mocotó, dobradinha, baião de dois, buchada de bode, dentre outras iguarias.



FIGURA 8: Feirante dona Glória (com mocotó).
Fonte: arquivo pessoal da autora.



FIGURA 9: Dobradinha — buchada. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Um outro caso emblemático é o de seu Joaquim Conceição de Carvalho, mais conhecido como seu Joaquim sanfoneiro, um dos primeiros habitantes de Palmas. Ele é cego e ganha a vida há 20 anos na Feira da 304 Sul, localizada no centro de Palmas e considerada “elitizada”. Ele, na sanfona, e sua esposa Francisca, no zabumba, animam a feira em troca de alguns trocados. Seu Joaquim já participou de vários programas televisivos e de um curta-metragem que retrata sua vida, intitulado *Tocantino*, produzido pela Padam Filmes.¹⁰ Infelizmente, ele faleceu no dia dois de junho de 2017, deixando a Feira da 304 Sul mais silenciosa.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KcMxno3SU8>>.



FIGURA 10: Seu Joaquim e sua esposa Francisca. Fonte: *Jornal do Tocantins*.

Podemos reiterar que as feiras presentes em Palmas, responsáveis pela venda de produtos específicos do Nordeste, representam um espaço de encontro entre amigos, bem como um lugar de resistência ao mundo globalizado.

Ainda dentro do contexto de elementos culturais nordestinos presentes em Palmas, podemos mencionar o *Arraiá da Capital*, talvez a maior e mais importante manifestação cultural do estado tocantinense. Como este evento trata-se de uma releitura da cultura nordestina que agrega elementos bem típicos do Tocantins, não o encontramos mais com as mesmas características das antigas Festas Juninas típicas do Nordeste. De qualquer forma, independentemente do lugar em que sejam tocados, os versos de Carlos Braga e Alberto Ribeiro nos conduzem ao universo junino típico do Nordeste: “O balão vai subindo, vem caindo a garoa. O céu é tão lindo e a noite é tão boa. São João, São João, acende a fogueira no meu coração”.

Tais versos também nos remetem a uma roupa quadriculada, a um chapéu de palha e a comidas típicas das Festas Juninas. O fato é que estas festas representam aqueles elementos culturais presentes na tradição cultural de todo o Brasil. Apesar de estarem presentes em todo país, as Festas Juninas sofreram profundas transformações, assim como o Brasil, que passou de rural para urbano nos últimos 40 anos. Nas escolas e nas comunidades, as crianças continuam dançando as quadrilhas durante o mês de junho, porém não conhecem a história da

feira e dos seus santos, tampouco o significado dos seus rituais e mesmo as letras das músicas. Meneses e Ribeiro observam que:

É inerente à cultura, especialmente à cultura popular, certa capacidade de se reinventar, que revela a criatividade e a invenção dos indivíduos a fim de criar espaços e condições de se expressarem, sobretudo, e mesmo, na sociedade atual, nos tempos da convergência midiática, uma vez que entendemos que os espaços midiáticos continuam parte de contextos políticos e econômicos envolvidos em uma pseudodemocracia, espaços em que muitos atores sociais não transitam. Nesta sociedade mesma, o espaço cultural popular e folclórico tem se destacado como possibilidade de transformação social, reafirmação de laços de pertença e de visibilidade e valorização da imagem de grupos e indivíduos espalhados pelos interiores, pelos bairros periféricos, grupos marginalizados, pelas comunidades tradicionais, mas também pelo espaço da cibercultura (MENESES & RIBEIRO, 2015, p. 117).

As quadrilhas ou Festas Juninas se enquadram nesse contexto de ressignificação e reinvenção cultural promovidas pela pós-modernidade. Dessa forma, representam uma manifestação cultural que embora esteja presente em todo o Brasil, assimila elementos culturais locais, a exemplo das quadrilhas da região Norte, as quais difundem os elementos indígenas, o que ocorre inclusive em Palmas.

Vale ressaltar que as Festas Juninas têm suas origens para além da Europa, pois encontramos referências delas associadas aos rituais de fertilidade do Egito e da Mesopotâmia. Ademais, Rangel assinala que:

Se pesquisarmos a origem dessas festividades, perceberemos que elas remontam a um tempo muito antigo, anterior ao surgimento da era cristã. De acordo com o livro *O ramo de ouro*, de sir James George Frazer, o mês de junho, tempo do solstício de verão (no dia 21 ou 22 de junho o sol, ao meio-dia, atinge seu ponto mais alto no céu; esse é o dia mais longo e a noite mais curta do ano) no Hemisfério Norte, era a época do ano em que diversos povos — celtas, bretões, bascos, sardenhos, egípcios, persas, sírios, sumérios — faziam rituais de invocação de fertilidade para estimular o crescimento da vegetação, promover a fartura nas colheitas e trazer chuvas (RANGEL, 2008, p. 15).

No caso do Brasil, as Festas Juninas estão ligadas às danças de salão europeias de origem camponesa que foram incorporadas pelas cortes e popularizadas no século XVIII. Na colônia, as Festas Juninas foram introduzidas pelas elites e depois se popularizaram, sendo influenciadas pelas danças e ritmos brasileiros de tradição rural e popular, presentes sobretudo na região Nordeste.

Quando os portugueses iniciaram o processo de ocupação colonial do Brasil, os jesuítas introduziram no país as festas de São João, as quais passaram a ser o centro das comemorações no mês de junho. De certa forma, as comemorações nesse período eram contrárias às origens das festas que se vinculavam ao solstício de verão e às colheitas do Hemisfério Norte. No Brasil, essa época marcava o início dos rituais de preparo e plantio da terra pelos povos que aqui viviam. Nesse contexto, parte da Igreja Católica se apropriou de alguns elementos culturais, incorporando-os às festas de junho. Rangel explica que:

Houve, portanto, certa coincidência entre o propósito católico de atrair os índios ao convívio missionário catequético e as práticas rituais indígenas, simbolizadas pelas fogueiras de São João. Talvez seja por causa disso que os festejos juninos tenham tomado as proporções e a importância que adquiriram no calendário das festas brasileiras (RANGEL, 2008, p. 22).

As Festas Juninas estão presentes nas diversas regiões do Brasil e cada lugar traduz as marcas de sua identidade, dando novo significado àquelas festividades de acordo com sua regionalidade. A exemplo disso, no Tocantins, as Festas Juninas ganham força a cada ano e as quadrilhas se tornam o elemento mais importante desse evento. Para Meneses e Ribeiro:

O multiculturalismo, a diversidade, o hibridismo têm se tornado características cada vez mais complexas nas manifestações culturais, que tem buscado estabelecer laços identitários contrabalanceando-se à fluidez do mundo moderno. No cotidiano a cultura absorve outras, se adapta, se ressignifica e se difunde [...] Dentre as motivações para a formação, construção e ressignificação de identidades culturais estão as relações de pertencimento e a necessidade de as pessoas se agruparem, construir valores compartilhados, em busca de uma segurança dentro do mundo moderno globalizado (MENESES & RIBEIRO, 2015, p. 119).

O *Arraiá da Capital*, manifestação nordestina presente em Palmas, conseguiu ampliar sua área de atuação, tornando-se uma das maiores Festas Juninas da região Norte. Dentro desse mundo globalizado, esse evento consegue manter a tradição das Festas Juninas do Nordeste, ao mesmo tempo que lhes acrescenta temas e assuntos bem regionais e atualizados, conforme veremos a seguir.

O *Arraiá*, que é sucesso de público, encontra-se, no ano de 2017, em sua 25ª edição. O evento faz parte do calendário turístico de Palmas e movimenta a

economia da cidade, gerando empregos direcionados à própria estrutura do evento, bem como empregos direcionados ao turismo local.



FIGURA 11: Folder do *Arraiá da Capital* de 2016.

Fonte: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/cultural/noticia/1500120/quadrilhas-do-grupo-especial-emocionam-o-publico-no-arraia-da-capital>>.

O *Arraiá da Capital* previsto para o ano de 2017 apresentará quase 50 quadrilhas, previamente classificadas para os cinco dias de evento, com grande investimento em coreografia e figurino, este cada vez mais sofisticado e luxuoso, sendo caracterizado por peças exclusivas. Além disso, os participantes trocam de roupas durante a apresentação.

Tal como em uma ópera e em outras alegorias festivas, as quadrilhas cativam os olhares do público, visto que promovem um espetáculo repleto de sentidos estéticos, conforme podemos notar na figura abaixo:



FIGURA 12: Destaque para a quadrilha, no *Arraiá da Capital*.

Fonte: <<http://www.portaldotocantins.com>>.

Em geral, o *Arraiá da Capital*, como qualquer Festa Junina ocorrida em Tocantins, segue os passos e os temas nordestinos típicos. No entanto, em Palmas ocorre, cada vez mais, a inserção de temas locais e mesmo temas globalizados. Tanto a cultura tocantinense (antiga, mas ainda em processo de solidificação) como a cultura da jovem capital Palmas (ainda em processo de construção) absorvem a tradição dos nativos deste estado, ressignificando a cultura impressa naqueles migrantes que escolheram construir sua história de vida em Tocantins. Durante vários momentos, percebemos o entrelaçamento entre o estilo moderno e as novas significações presentes no movimento quadrilheiro. Isso traduz a função social desse movimento que representa, em suma, uma manifestação cultural brasileira arraigada à tradição nordestina.

Outro elemento importante no *Arraiá da Capital* diz respeito à comunidade responsável pela elaboração e planejamento do evento. Hoje, tal evento tem projeção não só estadual, mas também regional. Todavia, nem sempre foi assim. O *Arraiá da Capital* surgiu como um evento da comunidade e foi-se estruturando até adquirir os contornos atuais. Meneses e Ribeiro, comentando sobre o envolvimento da comunidade tocantinense nas Festas Juninas, esclarecem que:

Toda a comunidade se envolve na criação, costura, pintura e bordado das peças. Dentro destas associações quadrilheiras, em geral são realizadas ações de prevenção ao uso de drogas, violência e fortalecimento da família. Elas também oportunizam seus membros e outros jovens da comunidade a ter acesso a bens culturais, educação e arte, além de ampliar as experiências culturais dentro e fora do Estado e até em eventos internacionais. São ações que possibilitam uma nova visão da vida em comum e moldam a experiência cotidiana destas pessoas (MENESES & RIBEIRO, 2015, p. 127).

O *Arraiá da Capital* é atualmente um evento promovido pela prefeitura de Palmas e as quadrilhas são organizadas com o auxílio da Fequajuto (Federação das Quadrilhas Juninas do Tocantins), representante e reguladora das competições. A possibilidade de obter maior destaque nacional, a construção da cultura local, a projeção de imagem positiva dentro e fora do estado, a fomentação do turismo, o espaço conquistado na mídia e o crescimento do público são realidades que podem ser observadas no circuito das Festas Juninas do Tocantins. As próprias quadrilhas trabalham com profissionais capazes de atender as demandas de visibilidade dos grupos, pois uma boa divulgação da imagem dessas quadrilhas depende de trabalho especializado.



FIGURA 13: Fotografia e montagem da Festa Junina Borocoxó.

Fonte: acervo de divulgação do evento.

Como podemos observar, *o Arraiá da Capital* deixou de ser um evento puramente cultural e, conforme ocorre com os eventos da atualidade, adquiriu grande influência de um mercado consumidor que motiva, bem como empresta um novo significado ao elemento cultural. Quanto a isso, Meneses e Ribeiro afirmam que:

A inclusão da lógica do mercado e do consumo também é realidade nas quadrilhas em Palmas, que buscam alternativas de sustentabilidade as quais criam um contexto ressignificado, mas não menos significativo, das quadrilhas como mediadora social e cultural (MENESES & RIBEIRO, 2015, p. 132).

Dessa forma, o trabalho realizado pelos quadrilheiros de Palmas tem conquistado o reconhecimento do público local e nacional, possibilitando o empoderamento das comunidades envolvidas nesse evento, o que gera laços de pertencimento que fortalecem a comunidade local.

Finalizando as manifestações culturais nordestinas presentes em Palmas, apresentamos *Cordas e cordel: um projeto em prol da leitura*, desenvolvido por Valdemar Rodrigues de Sousa, professor de artes da rede municipal de ensino de Palmas. O projeto tem por objetivo incentivar o gosto pela leitura dos alunos matriculados nas escolas municipais e particulares do município tocantinense; para tanto, utiliza o cordel e a música nordestina. Apesar de pontual, tal projeto não teria reverberação na comunidade palmense se ela não entendesse o significado do cordel.

Cordas e cordel ganhou repercussão nacional, de modo que o poeta Valdemar foi convidado para participar do programa Encontro com Fátima Bernardes, onde explicou a importância do cordel para o aprendizado e desenvolvimento da leitura.



FIGURA 14: Professor Valdemar em sala de aula.

Fonte: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/04/poeta-estimula-leitura-em-escola-de-palmas-utilizando-literatura-de-cordel.html>>.

O projeto em questão, apesar de não equivaler a uma característica nordestina presente na cultura palmense, mostra-se compatível com essa ideia, pois os temas apresentados pelo cordel têm vinculação cultural com o público alvo do projeto, ou seja, os alunos matriculados na rede pública de ensino são indiscutivelmente influenciados pela cultura nordestina.

Por fim, esse capítulo se dedicou a apresentar algumas manifestações culturais nordestinas encontradas em Palmas. Entendemos que por ser uma cidade edificada em um espaço onde não existia praticamente nada, Palmas se encontra ainda em processo de formação. Aliás, essa é uma de suas características marcantes — conviver com elementos antigos e modernos e construir no cotidiano suas referências culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação analisou a participação dos nordestinos na construção de Palmas, no período de 1990 a 2002, momento em que tal município registrou expressiva atração populacional. Isso não exclui o fato de Palmas ainda atrair migrantes; apenas estabelecemos o período em questão porque naquele contexto algumas construções, a exemplo da Hidrelétrica do Lajeado, impulsionaram o desenvolvimento de Palmas, o que, conseqüentemente, atraiu muitos migrantes para lá.

Conforme expusemos ao longo dessa pesquisa, os nordestinos foram atraídos para Palmas com dois objetivos bem definidos: fugir das condições desfavoráveis do Nordeste e buscar reconstruir sua vida na nova capital.

Em função de ser culturalmente bem definido e orgulhoso de suas características, o nordestino difunde seus elementos culturais onde quer que se estabeleça, buscando reproduzi-los no intuito de resgatar seu passado, bem como de identificar-se com ele. Diante disso, os nordestinos contribuem para que Palmas — a cidade do tempo ausente, onde tudo está em formação — tenha um misto de contemporaneidade e antiguidade: contemporaneidade no sentido de ser uma cidade projetada; antiguidade porque convive com alguns elementos culturais típicos das pequenas e antigas cidades nordestinas.

Devemos ressaltar que os nordestinos participaram de um processo de migração que representava a busca por um novo espaço, capaz de garantir-lhes uma nova perspectiva de vida. Diante disso, constatamos que, ao construir a capital tocantinense do ponto de vista físico, os nordestinos também a construíram do ponto de vista cultural, pois muitas manifestações artísticas presentes nesse município são, na verdade, manifestações de cunho nordestino.

Neste sentido, as feiras em espaços abertos, típicas das pequenas cidades nordestinas, proliferam em Palmas; embora elas estejam sendo revitalizadas, mantêm, na medida do possível, suas características originais.

Destacamos também a Festa Junina, uma das mais bonitas e mais difundidas por todo o estado tocantinense. O elemento mais importante dessas festas é a quadrilha, conforme demonstra o *Arraiá da Capital*, evento que possibilita uma grande competição de quadrilhas. Geralmente os quadrilheiros misturam temas bem típicos do sertão nordestino com temas atuais e modernos. Nas competições de 2015, por exemplo, um casal indígena foi tema de uma das quadrilhas, o que gerou certa polêmica, mas que ia ao encontro dos Jogos Mundiais Indígenas ocorridos no Brasil naquele ano. Independente desse exemplo, o que se vê em Palmas é um *Arraiá da Capital* altamente tecnológico, com quadrilheiros cada vez mais profissionais. O fato é que não só os nordestinos o prestigiam, pois, a cada ano, um público bastante expressivo o tem frequentado, de modo que ele se tornou uma das atrações mais procuradas da capital. Para além desses eventos, frequentemente são preparadas festas nordestinas. Neste sentido, um dos nossos entrevistados, Luiz Barbosa de Melo, o Luiz Forró, é um produtor musical especializado em difundir o forró nordestino na capital tocantinense.

Ainda dentro das manifestações culturais presentes em Palmas, assinalamos as comidas típicas nordestinas, as quais são oferecidas especialmente nas feiras, espaço que também é utilizado como ponto de contato entre os “conterrâneos”. Ademais, é muito comum encontrar restaurantes palmenses que oferecem um cardápio só com pratos nordestinos ou mesmo pratos específicos para esse público.

Para além desses elementos culturais, devemos pontuar que, quando analisamos a criação de Palmas, buscamos uma referência importante no trabalho desenvolvido pela professora Valéria Cristina Pereira, em seu livro *Palmas, a última capital projetada do século XX: uma cidade em busca do tempo*. Dessa referência trouxemos os impactos causados por uma cidade projetada, revelando a difusão e permanência dos elementos culturais expressos em Palmas. Percebemos, diante disso, que uma cidade projetada é uma cidade do tempo ausente, em que o tempo histórico corresponde a uma mistura de presente e futuro, estes construídos simultaneamente, em um processo imbricado. Desse modo, o presente de Palmas traduz sua condição pós-moderna.

Apesar de a capital tocantinense não ter um passado histórico — e essa constatação é fundamental em nossa pesquisa —, os migrantes que a estão construindo carregam um passado dotado de referências culturais. Isso explica, em

larga medida, porque as características pós-modernas verificadas em Palmas convivem pacificamente com os elementos culturais tradicionais difundidos pelos nordestinos. Noutros termos, tais elementos contribuem para que os migrantes nordestinos perpetuem suas origens em um novo lugar.

Entendemos que essa relação simbiótica entre o pós-moderno e o moderno ou, para simplificar, essa ideia de que Palmas sempre foi uma cidade à frente de seu tempo não tem tempo certo para finalizar. Em função das concepções de tempo presente, se esse estudo for feito daqui a dez anos, encontraremos, em um novo tempo, novos elementos explicativos para esse processo. Diante disso, Palmas representa uma cidade que está sendo construída dentro do próprio processo de criação do estado do Tocantins.

Como Goiás não foi o objetivo do nosso trabalho (o que poderá acontecer futuramente), não discorremos sobre esse estado. Percebemos, no entanto, que existe uma espécie de “afastamento” de qualquer coisa que possa identificar Palmas com os goianos, apesar de este município estabelecer uma grande ligação econômica com a capital goiana. Esse “afastamento” que se verifica é fruto de uma intensa propaganda do governo do Tocantins no sentido de criar uma “identidade tocantinense”, fato não perceptível em Palmas, cujos moradores se sentem mais palmenses do que tocantinenses.

Identificada com o Palácio Araguaia e com as demais arquiteturas constantes da Praça dos Girassóis, bem como com o slogan de cidade moderna, Palmas se ergue do confronto entre o velho e o novo, o futuro e o presente, em um processo de eterna construção. Desse modo, o futuro está sendo inventado, imaginado, projetado e reinventado por aquelas miríades de culturas que compõem Palmas. Em suma, esta é uma cidade híbrida, projetada em um contexto pós-moderno e construída cotidianamente por migrantes que não perderam suas identidades. A cidade do futuro, neste sentido, não será a capital projetada, mas uma cidade surgida do real. Nas palavras do escritor José Gomes Sobrinho: “Ontem pasto, hoje pó, amanhã Palmas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

_____. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Sertão: um museu a céu aberto. In: COSTA, Cléria Botelho da & RIBEIRO; Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (Orgs). *Fronteiras móveis: territorialidades, migrações*. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: Sudeco, 1979.

AQUINO, Napoleão Araújo de. Cidades, migrações e memórias no Tocantins: (re)visitando escritas e falas na década de 1990. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, jul. 2011.

ARBUÉS, Margareth P. A migração e a construção de uma (nova) identidade regional Gurupi (1958-1988). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.

_____. A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1988). In: GIRALDIN, Odair (Org.) *A (trans) formação histórica do Tocantins*. 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004, pp. 395-442.

BARBOSA, G. O Tocantins é 8,9% maranhense, 6,5% goiano e 2,8% piauiense: entrevista [15 nov. 2015]. Tocantins, *Jornal do Tocantins*. Entrevista concedida a Talita Melz.

BARROS, José D'Assunção. Futuro, presente e passado: leituras sobre as concepções de Koselleck e Hannah Arendt acerca das temporalidades. *Revista História e Diversidade*, v. 2, n. 1, 2013.

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. A felicidade na produção do espaço urbano de Palmas — TO por meio da migração. *Ateliê Geográfico* v. 7, n. 2. Goiânia, ago. 2013, pp. 257-282.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação — elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL, Antônio Americano. *Pela história de Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1980.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRITO, Eliseu Pereira de. *O papel de Palmas — TO na rede de integração regional*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade da Grande Dourado, 2009.

BRUMES, Karla Rosário. Cidades: (re) definindo seus papéis ao longo da História. *Caminhos de Geografia*, v. 2, n. 3. Uberlândia, mar. 2001, pp. 47-56.

_____ & SILVA, Márcia da. A migração sob diversos contextos. *Boletim Geográfico*, v. 29, n. 1. Maringá, 2011, pp. 123-133.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, pp. 75-99.

CAMPOS, José Wilson Siqueira. Palmas é uma cidade incrível. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/tocantins/palmas-e-uma-cidade-incrivel-95065/>>. Acesso em: 20.4.2017.

CARNEIRO, Josué. A história oral como instrumento no desenvolvimento e elaboração da pesquisa. *Boletim de Geografia*, v. 30, n. 2. Maringá, 2012, pp. 121-131.

CARVALHÊDO, Wlisses dos Santos & LIRA, Elizeu Ribeiro. Palmas ontem e hoje: do interior do Cerrado ao Portal da Amazônia. *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 1, n. 2. Uberlândia, jul. 2009, pp. 51-73.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. Fronteiras de identidade regional no Sertão do Brasil Central. *Revista Presença*. Goiânia, 1986. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/CavalcanteMaria.pdf>>. Acesso em: 15.7.2016.

_____. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, v. 17, n. 2, jul.-dez. 2014, pp. 47-67.

_____ & CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Fronteiras móveis: territorialidades, migrações*. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

COSTA, Luís Artur & FONSECA, Tânia Mara Galli. Do contemporâneo: o tempo na história do presente. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, v. 59, n. 2. Rio de Janeiro, dez. 2007, pp.110-119.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. *Feira Livre de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

_____. Feiras no Nordeste. *Mercator* (Revista de Geografia da UFC), v. 7, n. 13, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, 2013, pp. 19-34.

DIAS, Karine Rodrigues & PORTO, César Henrique de Queiroz. Uma história do tempo presente? Possibilidades e desafios para o historiador. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=85>>. Acesso em: jun. 2016.

DIAS, Nara Lidiana Silva. A invenção do(s) Nordeste (s) e suas representações através da música na educação básica. *XXVII Simpósio de Nacional de História*. Natal, Rio Grande do Norte, 22-26 jul. 2013.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história de costumes* (volume 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História oral*, n. 1. São Paulo, jun. 1998, pp.19-30.

_____. História, tempo presente e história oral. *Topoi*. Rio de Janeiro, dez. 2002, pp. 314-332.

_____ et al. (Orgs). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

FREITAS, Sonia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *A microfísica do poder*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. *Diálogos*, mai.-ago. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305532629006>>. Acesso em: mai. 2016.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares*, n. 3 jan.-jun. 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 11-12.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

_____. Tempo e história: como escrever a história da França hoje? *História social*, n. 3. Campinas, 1996, pp. 127-154.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 9-23.

_____. O presente como história. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Campo religioso brasileiro e história do tempo presente. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 1, n. 3. São Paulo, 2009, p. 20.

JORNAL DO TOCANTINS. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/noticias/economia/tocantins-%C3%A9-8-9-maranhense-6-5-goiano-e-2-8-piauiense-1.997302>>. Acesso em: 10.1.2016.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al. (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992, pp. 134-146.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____ & NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, v. 20, 2014, pp. 1-20.

LIMA, Abraão Cavalcante. *Os determinantes da migração em Palmas (TO)*. Tese (Doutorado). Universidade Católica de Brasília. 2013.

MARTINS, Herbert Toledo. A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. *Caderno CRH*, n. 35. Salvador, jul.-dez. 2001, pp. 263-288.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MATOS, Júlia Silveira & SENNA, Adriana Kivanski. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historie*, v. 2, n. 1. Rio Grande, 2011, pp. 95-108.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. *Revista de História*. São Paulo, 2006, pp. 191-203.

MENESES, Verônica Dantas & RIBEIRO, Carla Josyenne Schultes. Reelaboração e invenção nas quadrilhas juninas no Tocantins. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, v. 13, n. 30. Ponta Grossa/PR, dez. 2015, pp.116-134.

MOTA, G. O Tocantins é 8,9% maranhense, 6,5% goiano e 2,8% piauiense: entrevista [15 nov. 2015]. Tocantins, *Jornal do Tocantins*. Entrevista concedida a Talita Melz.

MOTTER, Ana Elisete. Tocantins: memória da autonomia (1989-2002). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, jul. 2011.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Cidades ribeirinhas do Rio Tocantins: identidades e fronteiras*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

_____. Identidades nas margens do Rio Tocantins. In: *Anais do XIII Encontro de História*. Anpuh, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212956085_ARQUIVO_TextoIdentidadenasmargensdoRioTocantinsMariadeFatimaOliveiraXIIIEncontrodeHistoriaANPURJ2008.pdf>. Acesso em 12.1.2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade étnica, identificação e manipulação*. *Sociedade e cultura*, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2003, pp. 117-131.

_____. Os (des) caminhos da identidade. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, fev. 2000, pp. 8-21.

OLIVEIRA, Rosy de. A “invenção” do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (Org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. 2ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.

_____. *O movimento separatista do Tocantins e a Conorte (1981-1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas, 1998.

PALACÍN, Luís. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____ & SANT’ANNA, Maria Augusta Moraes. *História de Goiás 1722-1972*. 5ª ed. Goiânia: UCG, 1989.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do Tocantins*. Goiânia: UFG, 1999.

_____ & MIRANDA, Cynthia Mara. Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luís Eduardo Magalhães — TO. *Varia história*, v. 30, n. 53. Belo Horizonte, mai.-ago. 2014, pp.557-570.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras / São Paulo: Fapesp, 1998, pp. 89-112.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53. São Paulo, jan.-jun. 2007.

_____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PINTO, Luciano Rocha. A História como jogo: contribuições de Michel Foucault para o ensino de História. *História & Ensino*, v. 17, n. 1. Londrina, jan.-jun. 2011, pp. 149-165.

PÓVOA-NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil. *Travessia*, ano 8, n. 19, 1994, pp. 20-22.

RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. *Festas juninas, festas de São João: origens, tradições e história*. São Paulo: Publishing Solutions, 2008.

REINALDO, Thayssllorranny Batista; SILVA, Adriana Lima da; BRITO, Eliseu Pereira de. Seria Palmas uma cidade criada para desorganizar a elite agrária? *Revista Tocantinense de Geografia*, ano 01, n. 2. Araguaína (TO), jan.-jun. 2012, pp. 60-72.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como “representação intelectual”. *Fênix* (Revista de História e Estudos Culturais), ano VIII, v. 8, n. 2, mai.-ago. 2011.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. A construção do mito fundador do Estado do Tocantins (1988-2002). *X Encontro Nacional de História Oral*. Recife, 2010.

_____. Palmas: entre muros, vazios urbanos e ausência de vitalidade. *Arquitextos*, ano 10, n. 117.03. São Paulo, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.117/3379>>. Acesso em: jan. 2017.

RODRIGUES, Helenice. História do tempo presente e a problemática das fontes. *III Evento de Extensão em Pesquisa Histórica*, 2008. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/helenice.html>>. Acesso em: mai. 2016.

RODRIGUES, Jean Carlos. *Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105048>>. Acesso em: nov. 2016.

_____. Estado do Tocantins: 20 anos de representação entre o político e o religioso. *Revista Ra'e Ga*, n. 18. Curitiba, 2009, pp. 103-116.

_____. Experiência, identidade e a criação do Tocantins. *Revista Formação Online*, v. 1, n. 18, jan.-jun. 2011, pp. 24-38.

_____. Identidade, política e eleição no Estado do Tocantins: 1988-2010. *Boletim goiano de geografia*, v. 32, n. 2. Goiânia, jul.-dez. 2012, pp. 127-137.

_____. O tocantinense não é goiano: a identidade regional e a criação do Estado do Tocantins. *Espaço & Geografia*, v. 15, n. 2, 2012, pp. 475-490.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Atualidade da história do tempo presente. *Revista Historiar*, ano 1, n. 1, 2009, pp. 7-13.

SANTOS, Sônia Maria dos & ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História oral: vozes, narrativas e textos. *Cadernos de História da Educação*, n. 6, jan.-dez. 2007.

SCHURSTER, Karl. Ver e não ver: paradigmas das teorias do tempo presente. *Boletim do tempo presente*, v. 14. Rio de Janeiro, 2008, pp. 1-4.

SILVA, Halline Mariana Santos & SILVA, Suely dos Santos. Fronteira: uma categoria histórica. *Revista Itinerarius Reflectionis*, v. 2, n. 5. Goiânia, jul.-dez. 2008.

SILVA, Heloisa da & ROLKOUSKI, Emerson. A(s) voz(es) do passado — história oral: Paul Thompson X Philippe Joutard. *II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos*, 2004. Disponível em: <sepeq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt5/09.html>. Acesso em: jun. 2016.

SILVA, Rosa Maria Ferreira. A cidade e o urbano: categorias explicativas e experiências históricas. *Revista Alpha*, v. 13. Patos de Minas, 2012, pp. 235-243.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. A cidade no labirinto: descortinando metáforas da pós-modernidade. *Sociedade & natureza*, Uberlândia, abr. 2009, pp. 147-158.

_____. *Girassóis de pedra: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96721>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. *Palmas, a última capital projetada do século XX: uma cidade em busca do tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, Thiago Romeu de. *Lugar de origem, lugar de retorno: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo*. Tese (Doutorado). Universidade de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUZA, Washington Luis. Michel Foucault e o uso filosófico da História. *Revista Páginas de Filosofia*, v. 3, n. 1-2, jan.-dez. 2011, pp. 49-66.

SYDENHAM NETO, Lourenço & RAMOS, Vinícius da Silva. História do tempo presente: diálogos com a história pública e com o ensino de História: uma experiência exploratória. *Aedos*, n. 15, v. 6, jul.-dez. 2014.

TEIXEIRA, Luís Fernando Cruvinel. Dossiê cidades planejadas na hinterlândia: a formação de Palmas. *Revista UFG*, ano XI, n. 6, jun. 2009.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, 1998.

VIEIRA, Martha Victor. O movimento separatista do norte goiano (1821-1823): desconstruindo o discurso fundador da formação territorial do Estado do Tocantins. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*, v. 3, n. 1. Iporá: UEG/UnU, jan.-jun. 2014, pp. 63-84.

Relação dos entrevistados

MELO, Luiz Barbosa de. Conhecido como Luiz Forró, é produtor musical e difunde o forró nordestino em Palmas. Entrevista realizada em Palmas, no dia 20 de março de 2017.

OLIVEIRA, Edson Mota de. Natural do estado da Bahia e residente em Palmas desde 1988, onde atualmente exerce o cargo de vereador pela segunda vez. Entrevista realizada em Palmas, no dia 7 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Silvanete Mota de. Natural do estado da Bahia e residente em Palmas desde 1990, onde atualmente exerce o cargo de assistente administrativa. Entrevista realizada em Palmas, no dia 6 de fevereiro de 2017.

SOUSA, Valdemar Rodrigues de. Professor de artes da rede municipal de ensino em Palmas. Entrevista realizada em Palmas, no dia 15 de março de 2017.

ANEXOS — Transcrição das Entrevistas

ANEXO A — Entrevista com o vereador Edson Mota de Oliveira

Como você soube de Palmas?

Conheci Palmas através da família. Meu tio já morava no norte do Goiás, na cidade de Novo Alegre. Ele era conhecedor do que acontecia no Brasil, no mundo... foi quando surgiu a possibilidade de criação do estado do Tocantins, em 1988. Isso foi alimentado a gente, que tinha vontade de ir para o estado novo. A gente morava na Bahia, na cidade de Juçara. Isso foi alimentando nossa família, criamos uma expectativa de ir para o Tocantins e meu tio foi um dos mentores da cidade de Miracema. Em 1989, já se instalou em Miracema com alguns irmãos. E o nordestino é sempre muito unido com a família, isso também gerou expectativa em praticamente toda a minha família: pai, mãe... então viemos para Palmas.

O que te motivou a vir para Palmas?

A criação da cidade de Miracema, no estado do Tocantins, eu sabia que seria uma capital provisória. A criação de Palmas foi mais um incentivo para os nordestinos, a gente queria abraçar essa causa. Uma cidade surgindo no meio de uma fazenda incentivou e motivou a gente... poder participar disso como trabalhador braçal, como conhecedor das necessidades do campo e também como conhecedor de outras capitais. Já vi tudo pronto, então isso criou uma expectativa... poder contribuir com uma capital nova.

Mudanças sempre geram expectativas. O que você imaginou encontrar em Palmas?

Primeiro, encontrar o cerrado. Também encontrar pessoas vindas de todas as universidades do Brasil para poder interagir com elas e criar algo como uma família. Morar no sertão é difícil. Por que não criar uma expectativa de vida melhor em um lugar que estava surgindo? Cada um procura a melhor forma de algo, e a gente esperava surgir a capital do Tocantins para poder ser mentor dela.

O que você viu primeiro quando chegou aqui?

Ah! Foi a margem do rio Tocantins: de um lado, água; do outro, serra. Até hoje não me esqueço desse momento! Quando eu cheguei aqui, em 1991, era “Povoado do Canela”. Eu senti uma oportunidade da terra, aqui, com lajeado, sem a capital que estava sendo construída... a gente olhava aquela mansidão, aquele vão... e o primeiro olhar foi para essa beleza natural.

Quais costumes e hábitos nordestinos você ainda mantém?

Muitas vezes a gente perde algumas coisas típicas do nordestino, mas hoje a gente mantém a nossa cultura, a alimentação... uma saudosa buchada de bode, um sarapatel de porco, um feijão verde, um milho, pamonha, o curau que é conhecido como canjica. Isso são coisas que a gente mantém e a parte cultural também, as festas juninas, a quadrilha, o arraial nordestino. Com a evolução da gestão tivemos o *Arraiá da Capital*, que hoje é tradição, conhecido nacionalmente. E essa questão da convivência também, porque o nordestino, querendo ou não, tem uma convivência particular, aquela formação, aquele bom dia, aquele contato direto pegando na mão. Isso é regional, coisa do Nordeste mesmo, e isso a gente mantém até hoje, por sinal isso se encontra aqui ainda hoje.

Os nordestinos são muito calorosos no convívio com outras pessoas. Nas grandes capitais do Brasil as pessoas são mais distantes, diferentes dos nordestinos.

É... Palmas favorece os nordestinos no sentido do nosso cinturão verde. Palmas hoje é cercada de chácaras. As pessoas do sertão, do campo, têm muito a ver com isso... tanto é que eu morava na chácara. Eu não moro no centro da cidade de Palmas, e de vida e cultura eu gosto, isso até hoje carrega o jeitinho bom.

Você chegou aqui no ano de 1991?

Sim, mas minha família veio em 1990.

De lá para cá, quais mudanças você verificou na capital?

Palmas mudou em todos os aspectos. Primeiro, era o lugar onde não tinha residência e hoje é uma capital, com prédios e edifícios, com palácios do governo, foi a transformação e o alicerce. Teve a transformação da cultura também, para cá veio gente de todas as regiões. Palmas me surpreendeu, o olhar que eu tinha antes é diferente, em todos os aspectos, no aspecto político, no aspecto social e cultural, uma transformação para melhor. Palmas hoje é surpresa para qualquer um que chegou no início e viu sua formação.

Você acha que foi difícil manter a cultura nordestina ativa depois dessas mudanças?

Não, eu vejo que isso colaborou muito... porque aqui tem os empresários nordestinos nos restaurantes, nas lojas. Palmas teve um avanço grande e isso colaborou com o nordestino. Por exemplo, eu mesmo sou nordestino e hoje sou político aqui em Palmas. Talvez o nome Nordeste foi o que mais me colocou em foco para eu ser um político hoje.

ANEXO B — Entrevista com Silvanete Mota de Oliveira

Como você soube de Palmas e o que te motivou a vir para cá?

Eu soube de Palmas através da família, do meu irmão Edinho que já estava aqui com meus outros irmãos. Eu e meu irmão mais novo ficamos no sertão baiano com meus pais. Quando realmente a capital surgiu, meu irmão Edinho falou para vendermos tudo porque o nosso local seria Palmas, cidade que estava começando.

O que você esperava encontrar em Palmas quando decidiu que viria para cá ainda criança?

Eu tinha 13 anos, tinha a visão de menina do sertão, até porque fui criada nas raízes nordestinas. Eu fui criança até os 15 anos. A maioria nascida há 30 anos atrás vivia como criança, vivia das brincadeiras de roda, era como eu vivia. Quando vim para cá, esperava coisas melhores, porque a gente passava muitas dificuldades lá no sertão. Meu irmão disse para o meu pai: “vende tudo, pai, e vem para cá”. Naquele momento eu chorei porque tinha minhas raízes, minha infância foi lá na Bahia, mas eu acreditava que alguma coisa ia ser diferente.

Uma coisa que eu acho interessante no sertão é o fato de ele ser atrativo.

É sim.

A gente vê que mesmo sofrendo, mesmo passando dificuldades, os nordestinos sempre lembram o sertão com muitas saudades, há uma ligação muito forte de vocês com aquele lugar.

É uma ligação de amor à terra, eu acho que nordestino tem um diferencial. Eu acho não, eu tenho certeza! Eu voltei de lá faz 15 dias, eu fiz questão de ir à roça onde fui criada com meus irmãos e senti um amor grande. A gente tem aquela fé do sertanejo, aquele amor, aquele apego ao chão e à terra. Mesmo naquela seca,

naquela dificuldade, os sertanejos não abandonam a terra, acreditando numa chuva... porque se chover no sertão a terra produz. Só falta água. Se tiver água, com certeza, o sertanejo sai em busca de outras terras. Mas a dificuldade é muito grande, principalmente no sertão. Quando se fala do Nordeste a gente pensa no sertão, mas tem o litoral, na parte sul do Nordeste. Mas é lá no sertão que tem essa raiz nordestina, esse amor, essa paixão. E eu posso falar para você que é amor, um amor infinito que não acaba, não, você pode até sair de lá, mas aquele lugar não sai do seu coração.

E quando chegou a Palmas o que você viu primeiro? O que marcou sua chegada?

Ai, eu não me esqueço não... foi o Palácio Araguaia! Cheguei dia 31 de dezembro de 1992. Como era final de ano, tinha uma estrela. Quando eu era criança no sertão não tinha visto nada assim tão mágico de Natal e aquela estrela que estava no palácio me marcou bastante! Eu passei por lá e fiquei admirando a estrela, nunca me esqueço disso! E disse: “olha, mãe, que linda a estrela!” Só o palácio era uma corrente, tinha aquela arquitetura bonita... Dali já passei para Miracema, nós chegamos à noite, mas foi a visão... foi uma coisa que marcou.

De lá para cá, que mudanças você percebeu, tanto na sua vida quanto na capital?

Para mim foi um crescimento, são praticamente 26 anos de Palmas. Profissionalmente eu evoluí bastante, me formei, sou assistente social e me especializei na área de crescimento humano. O nordestino é muito apegado às pessoas mais velhas e à família. Eu acho que busquei essa área por isso! Profissionalmente eu estou realizada, gosto do trabalho que faço e faço com amor, não só o profissionalismo teórico, mas o sentimento faz diferença em cada profissão. Palmas proporcionou isso para mim, eu sou muito grata a essa cidade, pela oportunidade de estudar aqui. Tenho dificuldades, como todos, mas tenho a oportunidade de trabalhar, de contribuir, de passar o saber para a sociedade. De Palmas home ao tempo da capital é muita evolução. Tem horas que, nas ruas de Palmas, eu me esqueço de quando cheguei aqui, mas estou imaginando a Avenida

Segurado que tinha duas vias, não tinha iluminação na época. Em 1993 eu me lembro que o prefeito Eduardo Siqueira disse que a cidade estava aberta a todos que chegassem aqui. Palmas tem um diferencial. Eu fui a outra capital e percebi que nosso trânsito é bem diferente, bem organizado. Nossa cidade é limpa, planejada, arborizada. Tem todos os defeitos de uma cidade que está começando, mas Palmas tem um diferencial. A nossa cidade é muito acolhedora, e eu acho gostoso estar em Palmas. Até a parte arquitetônica da cidade foi construída, planejada, está organizada para receber. Nossos gestores têm sempre a visão de que Palmas precisa continuar planejada para se tornar um grande centro. A gente anda por aí sem planejamento, faltando infraestrutura. Eu acho que a partir do momento que os gestores tiverem a visão de construir essa cidade e de evoluir, Palmas será um espaço para muita gente boa.

Quais costumes, hábitos e tradições nordestinas você ainda mantém no seu dia a dia?

Com certeza o cuscuz com a carne de sol. Esse costume é nosso e de mais ninguém! A gente viaja no Nordeste todo dia, levando um cuscuz pela manhã ou à noite, e cada um transporta o seu. Tirando a buchada de bode e o pirão, que é tradicional de qualquer região nordestina, o cuscuz e a carniinha de sol eu mantenho. E o nosso forrozinho. Não tem jeito de falar do Nordeste sem falar do forró, está no sangue essa alegria que contagia. Dizem que é só a sanfona tocar que a gente já está ali balançando...

Já está balançando...

Já estamos mesmo. Quando você fala que o nordestino é acolhedor, eu acho que o forró também faz isso. É aquela dança que chega, se aproxima, que traz você no suingue como baiano, com pernambucano para dançar, ficar mais próximo. E a gente tem isso mesmo, é nato da gente querer estar próximo, sem nenhuma intenção, só de estar feliz naquele momento, curtindo a família, com os amigos. Eu acho que isso a gente não consegue perder, pode passar para onde for, esse aconchego é nosso.

Eu sei que você trabalha com o vereador, seu irmão. Você acha que as mulheres nordestinas têm ou tiveram dificuldades de entrar no mercado de trabalho de Palmas?

A princípio, eu acredito que sim, não só porque sou nordestina, isso é questão natural da mulher. Mas com esse tempo e a evolução na busca do conhecimento, tenho certeza que as portas começaram a abrir muito bem, até porque as mulheres têm o seu espaço. Quando a gente vai em busca do nosso brilho, ele é nosso. Não tem como falar que o espaço não está aberto, com dificuldade, sim. É diferente a visão de quando você é mulher, mulher nordestina. A sociedade ainda tem que crescer, abrir a mente um pouquinho. É um avanço ainda. Nessa construção a mulher e o homem têm o mesmo espaço e os mesmos direitos. Com certeza o tempo está fazendo essa mudança, é gradativo, eu vejo como um trabalho de formiguinha, porque não é fácil. A gente está tomando um espaço que era apenas dos homens. Hoje, para cada vereador há duas mulheres. Eu acho isso um diferencial, que bom que nós temos mulheres por aí mesmo. A mulher tem que estar inserida não só nos espaços de trabalho, mas na política também, porque a gente é um ser político, não tem jeito de viver sem a política, e a mulher, nesse momento, faz diferença, porque nossa visão, nosso olhar é diferenciado. Temos um olhar social, sabemos o que está doendo naquela família, a mulher sabe o que é ter um filho, sabe formar uma família, sabe o que é um pai ou uma mãe. Tudo isso nos dá uma visão política. Palmas deu muitas oportunidades para muitas mulheres e hoje a vice, que é nossa vereadora, ela é uma mulher. Temos a Josilma e a Duce na câmara dos vereadores...

Tem a vereadora...

Tem a vereadora Kátia Abreu, que faz diferença. Isso é importante, tem a Dorinha. A política faz diferença, a partir do momento que abre esse espaço na política outros espaços serão valorizados. Nós temos um preferencial porque somos fortes, eu acredito que somos fortes. As oportunidades aparecem e a gente está ali, firme e forte.

ANEXO C — Entrevista com Valdemar Rodrigues de Sousa

Professor, como você ficou sabendo de Palmas?

Bem, quando surgiu a capital, meu primo já tinha vindo para cá, aí começou... Primeiro, porque minha mãe é da região. Meu pai é nordestino e ela é nortista. Ela saiu daqui para ir para Goiás, para a cidade mais próxima, que era Goiânia, a capital do norte do Goiás, era a capital de Goiás, ainda não existia o Tocantins. Então minha mãe saiu em busca de melhores condições, tanto de empregos, de saúde, de educação. Ela foi para lá e quando chegou algum tempo, ela voltou. Isso foi uma das motivações que minha mãe tinha, então ela voltou para cá... então eu vim para ficar perto da minha mãe e porque eu me separei. Eu tinha uma família em Goiânia, daí eu me separei e essa separação gerou uma espécie de vontade de mudar de cidade, de área, e eu vim para cá. Mas também já tinha visitado a cidade com ruas largas, com outras coisas, com promessas de renovação, pois a cidade é nova, é uma capital nova, daí pensei assim: “puxa, vou recomeçar crescendo junto com a cidade e a questão cultural. Puxa, como eu tenho um legado... um legado da poesia da literatura de cordel”.

ANEXO D — entrevista com Luiz Barbosa de Melo (Luiz Forró)

Seu Luiz, como você soube de Palmas?

Bem, eu sou um homem viajado pelo Brasil afora. Conheço o Norte e o Sul do Brasil. Conheço o país de ponta a ponta. Há muitos anos eu ouvia falar de Palmas, da mais nova praia do Brasil, uma cidade planejada, nova... daí tive vontade de conhecer. Há 2 anos atrás, no forró em Natal, conheci uma pessoa que era daqui, tivemos um envolvimento, mais afinidade e ficamos conversando. Falei que um dia ia conhecer seu estado. Daí passei a conhecer. Um belo dia a gente ficou conversando, hoje ela é minha noiva, a gente está em um relacionamento saudável, gostoso, e estou aqui. Na primeira entrada em Palmas eu me apaixonei pela cidade, foi um amor incrível, Palmas... é um conceito novo de tudo, aqui é muito bom.

Qual foi seu primeiro olhar sobre a capital? Chegando aqui, o que você viu primeiro?

A primeira coisa que vi em Palmas foi o rio Tocantins, aquela ponte... me apaixonei! Aquela coisa linda, diferente. Quando desci no aeroporto, achei o aeroporto muito diferente, pensei: “nossa, que coisa diferente”. Geralmente só conhecia os aeroportos que eram grandes, de capitais grandes, mas sabia que Palmas era uma cidade muito bonita. Quando entrei na Teotônio, eu falei para a minha noiva assim: “me apaixonei pela cidade”. Depois de 15 minutos aqui, de uns 15 a 20 minutos, eu falei: “quero morar em Palmas”. Ela me chamou de doido: “você é doido, você não conhece nada da cidade, como quer morar aqui?” Mas me apaixonei pela cidade. Andando naquela Teotônio, aquelas ruas largas, uma amplidão, estava lá numa quarta-feira de cinzas, eu me apaixonei, eu falei que era o lugar que queria morar. Ela me chamou de doido, de maluco, porque eu estava dizendo naquele dia, no dia 10 de fevereiro de 2016, que vinha morar em Palmas. Ela me chamou de doido... eu achei Palmas linda, eu me encantei com o clima... eu sou acostumado com o clima.

Você está aqui recentemente. No caso, você veio para cá motivado pela sua noiva?

Também. Porque sou uma pessoa que gosta de desafios, como eu sou um bom nordestino, eu gosto de desafios, ela é uma carne dura de roer... eu insisti muito, e até hoje a gente brinca... por sua insistência, por sua pessoa bater o pé firme e eu vou, eu vou conhecer, eu quero conhecer sua família, quero conhecer você melhor e eu vim para passear e passei 15 dias, em fevereiro de 2016. De lá para cá, voltei depois de 21 dias, eu estava de mala e cuia. Vim para o terrestre, vim e me apaixonei por todos os lugares por onde andei em Palmas. Achei uma cidade encantadora, eu acho a noite de Palmas muito romântica, por ser uma coisa diferente. Eu já morei em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre... viajava... já morei em outras cidades pequenas, como Uberlândia, já morei fora do Brasil, já morei na Argentina, em Buenos Aires. Eu achei Palmas uma cidade muito romântica, uma cidade que tem um ar diferente à noite, eu acho isso incrível! Você pode ver no parque Cesarmar, você pode ver todas as famílias reunidas. Eu acho que nenhuma outra cidade tem isso que Palmas oferece: um conforto de qualidade de vida. Para as famílias ficarem unidas eu acho isso diferenciado, como em nenhuma outra cidade.

Quais costumes e hábitos nordestinos você ainda mantém na sua vida e no seu dia a dia?

Hoje... todos. Ando com meu chapeuzinho de couro e faço minha tapioca com carne de sol, que adoro. Adoro cozinhar minhas comidas típicas de lá, fazer meu peixe cozido, como a gente fala lá, todos os hábitos nordestinos da comida, de fazer o baião de dois, as paneladas do Nordeste, não perco nenhum! O sotaque, não quero perder meu sotaquinho. Eu acho que não vou deixar nenhum hábito. Tive um choque com a cultura daqui, por ser um pouco diferenciada, mas o meu sotaque, a minha raiz, eu não esqueço. Minha raiz está na minha alma, no meu sangue.

Sabemos que você realiza um trabalho voltado ao forró, divulgando as músicas nordestinas. Como os palmenses estão recebendo esse trabalho?

Bem, quando eu chequei aqui em Palmas, fiz vários trabalhos, eu já fiz meus trabalhos nas feiras, vendendo meus CDs e DVDs. Nisso eu já trabalho e trabalhava com isso no Nordeste, nas noites de forró pé de serra, resgatando a cultura do xaxado, o forró dos baianos, a autenticidade dos zabumbas, dos triângulos, e aqui tive uns contatos com uns trios de forró e tive a ideia de procurar um local que fizesse uma parceria comigo nos restaurantes ecológicos. Fiz a proposta de oferecer uma noite puramente regional, pura do Nordeste, pensando no forró pé de serra, no zabumba, sanfona, triângulo. A gente faz uma coisa autêntica, eu faço uma apresentação de dança sobre a cultura do Nordeste, a gente faz aquela noite diferenciada nas noites de Palmas, uma noite que resgata a cultura além da sanfona, do zabumba, do triângulo. Eu não me esqueço de que quem vai para lá come rapadura e farinha à vontade, até dar uma dor de barriga.